

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E POBREZA NO
CONTEXTO DE GLOBALIZAÇÃO. O CASO DE
MOÇAMBIQUE**

Maria Clara de Almeida Cândido

**Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações
Internacionais.**

Especialização Globalização e Ambiente

ABRIL, 2010

DECLARAÇÕES

Declaro que esta Dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

A Candidata,

Lisboa, ----- de ----- de-----

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apresentada a provas públicas.

A Orientadora,

A Orientadora,

Lisboa, ----- de -----de -----

AGRADECIMENTOS

O meu especial agradecimento vai para:

- Professora Doutora Teresa Fernandes Rodrigues
- Professora Doutora Ana Catarina Pereira Mendes Leal

Pela contribuição que tiveram na orientação da elaboração deste trabalho.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus, por me ter dado força para poder alcançar este objectivo, que ficou sempre adiado. Esta realização é para sua honra e glória.

RESUMO

Desenvolvimento Sustentável e Pobreza no Contexto da Globalização: O caso de Moçambique

Maria Clara de Almeida Cândido

Palavras-chave: Globalização, Pobreza, Meio Ambiente, Degradação Ambiental
Estratégias e Desenvolvimento Sustentável.

No presente trabalho de investigação pretendo abordar as consequências nefastas que tem vindo a assolar o mundo através da degradação ambiental, a questão da pobreza, como sendo uma das consequências desta causa, onde os países africanos são os mais atingidos, e ainda a temática, Desenvolvimento Sustentável como a possível solução do problema. No contexto da globalização, pretendo também apresentar o enquadramento desta problemática no caso Moçambicano, a influência dos ecossistemas no bem-estar humano e, conseqüentemente, a sua relação com vista a redução da pobreza. Procuro também compreender de que forma o “desenvolvimento sustentável” pode por si só erradicar a pobreza nos países pobres, quando estes países sobrevivem inconscientemente com a má utilização dos recursos naturais, por outro lado, sendo a maior preocupação de momento desses países, o desenvolvimento económico.

A pobreza extrema que ainda afecta mais de metade da população moçambicana não tem a ver com a falta de recursos naturais, deste modo é necessário identificar quais as razões deste flagelo, para que de uma forma consciente, seja possível alcançar um desenvolvimento sustentável no país. Que estratégias de desenvolvimento adoptar para por fim a pobreza?

A dissertação, encontra-se dividido em duas partes. A primeira parte do trabalho, intitulada “Enquadramento Conceptual e Teórico” encontra-se subdividida em três capítulos. O estudo começará por desenvolver-se na primeira parte onde se procura contextualizar o trabalho de investigação, aprofundando o quadro de pensamento teórico referencial, destacando as principais correntes teóricas que analisam o desenvolvimento do mundo e das sociedades.

Na segunda parte do trabalho, iremos nos dedicar ao Estudo de Caso de Moçambique e vamos abordar a realidade moçambicana. Esta parte, encontra-se subdividida em dois capítulos. Inicialmente iremos fazer a caracterização do país. Seguidamente, uma análise de conteúdo baseada na recolha documental de fontes primárias. Abordaremos a situação moçambicana de acordo com as linhas mestras definidas para o Desenvolvimento Sustentável colocada em termos de grandes Objectivos do Milénio. Posteriormente iremos fazer uma análise crítica neste contexto do Desenvolvimento Sustentável e erradicação da Pobreza, tendo especial atenção que Moçambique, é um país onde a maior parte da população para sobreviver precisa desses recursos, sem terem consciência dos riscos que representam para o ambiente. Apresentaremos ainda os principais desafios que Moçambique tem tido no combate a pobreza, bem como a análise SWOT de Moçambique, a fim de permitir identificar as ameaças e potencialidades.

Finalmente iremos apresentar as conclusões gerais deste estudo, onde constatamos a não de correspondência, pelo menos a curto prazo, entre o Desenvolvimento Sustentável e a erradicação da Pobreza em Moçambique.

ABSTRACT

Sustainable Development and Poverty in the Context of the Globalization: The case of Mozambique

Maria Clara de Almeida Cândido

Word-key: Globalization, Poverty, Environment, Ambient Degradation, Strategies and Sustainable Development.

In the present work of inquiry I intend to approach the consequences ominous that have come to devastate the world through the ambient degradation, the question of the poverty, as being one of the consequences of this cause, where the African countries are reached, and still the thematic one, Sustainable Development as the possible solution of the problem. In the context of the globalization, I also intend to present the framing of this problematic one in the case Mozambican, the influence of ecosystems in human well-being and, consequentement, its relation with sight the reduction of the poverty. I also look for to understand of that it forms the “sustainable development” can by itself eradicate the poverty in the poor countries, when these countries survive unconsciously with the bad use of the natural resources, on the other hand, being the biggest concern of moment of these countries, the economic development.

The extreme poverty that still affect more than half of the Mozambican population does not have to see with the lack of natural resources, in this way is necessary to identify to which the reasons of this afflicts, so that of one forms conscientious, either possible to reach a sustainable development in the country. Those development strategies to adopter for finally the poverty?

The dissertation, meets divided in two parts. The first part of the work, whose heading is “Conceptual Framing and Theoretician”, meets subdivided in three chapters. The study it will start for developing itself in the first part where if it looks for to contextualized the inquiry work, going deep the picture of referential theoretical thought, detaching the main theoretical chains that analyze the development of the world and the societies.

In the second part of the work, we will go in dedicating them to the Study of Case of Mozambique and go to approach the reality Mozambican. This part, meets subdivided in two chapters. Initially we will go to make the characterization of the country. After, an analysis of content based on the documentary retraction of primary sources. We will approach the Mozambican situation in accordance with the lines masters defined for the placed Sustainable Development in great terms of the Goals of the Millennium. Later we will go to make a critical analysis in this context of the Sustainable Development and eradication of the Poverty, having special attention that Mozambique, is a country where most of the population to survive needs these resources, without having conscience of the risks that represent for the environment. We will still present the main challenges that Mozambique has had in the combat the poverty, as well as analysis SWOT of Mozambique, in order to allow to identify to the threats and potentialities.

Finally we will go to present the general conclusions of this study, where we can to observe, not the correspondence lack direct between the Sustainable Development and the Poverty.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

PARTE I – ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL E TEÓRICO

CAPÍTULO I – O Fenómeno Da Globalização: Conceitos e Algumas Dimensões

- 1.1 – A Globalização
- 1.2 – A Globalização Económica
- 1.3 – A Globalização Política
- 1.4 – A Globalização Cultural
- 1.5 - Globalização: Fracassos e Desafios
- 1.6 – Emergência de Novos Conceitos de Desenvolvimento
 - 1.6.1 - O Desenvolvimento Sustentável
 - 1.6.2 - O Desenvolvimento Humano
 - 1.6.3 - Pobreza: 1º Objectivo do Desenvolvimento do Milénio

CAPÍTULO II – Ambiente e Sociedade

- 2.1 – Tomada de Consciência da Problemática Ambiental
- 2.2 – Evolução do Direito e da Política do Ambiente

CAPÍTULO III – Educação Ambiental: Novos Fins para a Educação

PARTE II – ESTUDO DE CASO: O CASO DE MOÇAMBIQUE (1988-2008)

CAPÍTULO IV – Realidades Moçambicanas

- 4.1 – Posição Geográfica
- 4.2 – Caracterização Ecológica
- 4.3 – Caracterização Socioeconómica
 - 4.3.1 – Indicadores e Dinâmicas

CAPÍTULO V – Degradação Ambiental em Moçambique

- 5.1 – Moçambique Rumo ao Desenvolvimento Sustentável
- 5.2 – ONGs: Parceiros para o Desenvolvimento Sustentável
- 5.3 – Acções Nacionais para o Ambiente

CAPÍTULO VI – Pobreza em Moçambique

- 6.1 – Desafios no Combate a Pobreza
- 6.2 – Estratégias de Acção Para A Erradicação da Pobreza

CAPÍTULO VII – Educação Ambiental em Moçambique

- 7.1 – A Emergência de um Novo Pensamento Educativo
- 7.2 – A Importância da Educação Ambiental para Criação de uma Sociedade Moçambicana mais Sustentável.

CAPÍTULO VIII – O Triângulo Sustentável em Moçambique

- 8.1 – A Análise SWOT
- 8.2 – Discussão de Resultados e Estratégias

CONSIDERAÇÕES FINAIS

BIBLIOGRAFIA

ANEXOS

ACRÓNOMOS

PNUD – Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento

CMMD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

INE – Instituto Nacional de Estatísticas

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

BM – Banco Mundial

WCED - World Commission on Environment and Development

ONU – Organização das Nações Unidas

ONG – Organização Não Governamental

FAO – Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação

PALOP – Países Africano da Língua Oficial Portuguesa

ODM – Objectivos Desenvolvimento do Milénio

BAD – Banco Africano Desenvolvimento

APD – Ajuda Pública ao Desenvolvimento

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

FMI – Fundo Monetário Internacional

IUCN – International Union for Conservation of Nature

RENAMO – Resistência Nacional de Moçambique

FRELIMO – Frente Libertação de Moçambique

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

MICOA – Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental

UNEP – Programa das Nações Unidas para o Ambiente

PEI – Iniciativa para a Redução da Pobreza Absoluta

MPD – Iniciativa para a Redução da Pobreza Absoluta

UN-HABITAT – Programa das Nações unidas para a Habitação

UNIDO – Organização das Nações Unidas para o desenvolvimento Industrial

CDS – Centro de Desenvolvimento Sustentável

PARPA – Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta

PROAGRI – Programa Nacional para o Desenvolvimento Agrário

GTA – Grupo de Trabalho Ambiental

FEMA – Fórum empresarial para o meio Ambiente

AFD – Agência Francesa de Desenvolvimento

DCP – Documento Quadro de Parceria

CONDES – Conselho Nacional para o Desenvolvimento Sustentável

CTV- Centro Terra Viva

EADS – Estratégia Ambiental do Desenvolvimento Sustentável

PRE – Programa de Reabilitação Económica

PRES – Programa de Reabilitação Económica e Social

AID – Agência Internacional para o Desenvolvimento

IAF – Inquérito de Agregado Familiar

MMAS – Ministério da mulher e Acção Social

INDE – Instituto Nacional de Desenvolvimento e Educação

CIADAJ – Comité Intersectorial de Apoio ao Desenvolvimento do Adolescente e Jovem

PIB – Produto Interno Bruto

CIDA – Agência Canadiana para o Desenvolvimento Internacional

SADC – Southern African Developmnt Communities

IPCC – Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas

SWOT – Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats

RNB – Rendimento Nacional Bruto

LISTA DE FIGURAS

Figura 4.1 – Mapa de Moçambique.....	51
Figura 4.2 – Taxa de Crescimento Real do PIB (2008).....	59
Figura 4.3 – Sectores que Contribuíram para o Crescimento em 2008.....	60
Figura 6.1 – Indicadores do HIV/SIDA (2008 a 2010)	77
Figura 6.2 – Exportação de Bens (2007 e 2008)	83

LISTA DE TABELAS

Tabela 4.1 – Indicadores Sociais de 2007.	58
Tabela 8.1 – Análise SWOT de Moçambique.....	90

INTRODUÇÃO

O sistema ambiental, ou ecossistema em que o homem se integra e que está constantemente a variar e a ajustar-se, é um reservatório de energia e de massa armazenada nas plantas, nos animais e nas matérias inertes em constante mutação, devido aos processos biológicos, físicos e químicos que ali ocorrem. É este ecossistema que o homem tem modelado ao longo dos tempos, através de tecnologias poderosas por ele inventadas.

A intervenção humana sobre o ambiente, trouxe consequências graves que se tornaram evidentes a diferentes escalas. A intensidade desta intervenção consequentemente a escala a que o ambiente está sujeito é tal que, muitas vezes, a destruição de recursos ultrapassa a própria capacidade de recuperação dos ecossistemas. A solicitação crescente dos recursos não renováveis, não dando tempo para que a natureza providencie a sua renovação, parece ser uma das características mais flagrantes.

Como resultado do desenvolvimento, principalmente o industrial, tornou-se ameaçador para o ambiente em que vivemos. Contudo, a degradação generalizada da qualidade ambiental, constituem factores relevantes para que se começasse a lutar contra a má qualidade do ar e da água, a destruição de florestas, a extinção de várias espécies de animais, o buraco de ozono e o efeito de estufa.

Assim, torna-se pertinente que nos interroguemos sobre o que, sistematicamente falamos: degradação ambiental, escassez ou esgotamento dos recursos. Outrora de carácter regional/local (poluição do ar, mar e água doce, degradação do solo, desertificação, desflorestação, resíduos, etc.), os problemas ambientais transformaram-se em problemas globais (destruição da camada de ozono, biodiversidade, combustíveis fósseis, etc), impondo um limite ao crescimento e ao desenvolvimento.

O crescimento populacional, multiplicado pelo rápido desenvolvimento económico do mundo ocidental e de novas regiões da Ásia, América Latina e Países de Leste, tem tido enorme impacto no ambiente nestes últimos anos. Os cuidados impostos por esta mudança estão a dar origem ao desenvolvimento de novas actividades económicas. A Europa lidera o crescimento da indústria do Ambiente a nível mundial.

Os custos do crescimento económico e demográfico acelerado, põem em causa a sobrevivência da vida na terra, caminha-se para um ponto em que não é possível crescer como até agora. As mudanças tecnológicas podem adiar o problema mas não podem eliminá-lo: os limites da acção humana sobre o ambiente são cada vez mais nítidos, limites impostos pelo próprio ambiente à utilização do solo, do ar, da energia, das matérias-primas, da água.

Os limites manifestam-se sob a forma de subida de custos de exploração e dos preços de certos recursos e, de aumento do número e frequência dos desastres ecológicos. Além destes problemas, existem outros mais prementes, como são os dos limites da capacidade do meio ambiente para servir de receptáculo da poluição provocada do crescimento económico.

Para garantir qualidade de vida e proteger a qualidade do ambiente e dos recursos é fundamental um desenvolvimento equilibrado, evitando que a degradação ambiental incida sobre as gerações futuras ou os países mais pobres.

Esta acção passa também pela educação ambiental dos cidadãos, pela procura de alternativas ao actual modelo de desenvolvimento económico, pela repartição por todo o mundo dos benefícios de desenvolvimento, por uma utilização de tecnologias que sejam menos intensivas em recursos naturais menos poluentes e agressivos, pela internacionalização dos custos ambientais, nos custos de produção, por um combate crescente a pobreza, à exclusão, a desertificação, em suma, por um desenvolvimento sustentado à escala global.

Delimitação Espacial e Temporal da Investigação

Durante o percurso a este Mestrado, foi possível conhecer muitas dificuldades que caracterizam o mundo contemporâneo, alargando o horizonte de interrogações e de dúvidas, e que fizeram a candidata chegar a este Mestrado, a fim de dar sua contribuição sobre a referida temática. A investigação prende-se com uma preocupação da

problematização e questionamento dos acontecimentos e fenómenos que nos rodeiam e que exigem uma atitude reflexiva cada vez mais profunda.

Iremos procurar situar esta investigação num paradigma de desenvolvimento que valoriza a pessoa como sujeito, promovendo o desenvolvimento global e integrado da pessoa humana, numa perspectiva humanista e antropocêntrica.

A questão sobre Desenvolvimento, pobreza e meio ambiente, e busca pelo Desenvolvimento Sustentável, faz da pobreza e da degradação ambiental temas emblemáticos pela crescente preocupação mundial quanto à preservação dos recursos naturais e ambientais.

De acordo com Relatório Brundtland (WCED, 1987; CMMD, 1991), a condição da pobreza é a maior causa e o maior efeito da degradação ambiental, onde “ (...) os povos pobres são obrigados a usar excessivamente seus recursos ambientais a fim de sobreviverem e, o facto de empobrecerem seu meio ambiente os empobrece ainda mais, tornando sua sobrevivência ainda mais difícil e incerta” (CMMD, 1991:29).

A partir deste Relatório intitulado “Nosso Futuro Comum”, também conhecido como Relatório Brundtland, a degradação ambiental passou a ser associada ao grau de pobreza da população, já que esta é considerada a maior causa e o maior efeito da degradação ambiental. Todavia, como a incidência da pobreza é maior nas zonas rurais (Echeverria, 2000), estas passaram a ser consideradas potenciais poluidoras e, conseqüentemente degradadoras do meio ambiente.

Sendo Moçambique considerado um dos países mais pobres do mundo que desafios terá de enfrentar para sair desta situação? A condição de pobreza que se encontra o país, cai na chamada armadilha¹ da pobreza (*poverty-trap thesis*), onde o pobre para sobreviver degrada o ambiente e, essa degradação agrava a condição de pobreza através de um círculo vicioso (*vicious circle ou cycle*).

Neste sentido diz o autor “somente al romperse el círculo de la pobreza y del deterioro de los recursos naturales puede originarse un círculo virtuoso en que la

¹ A hipótese do círculo vicioso ou da armadilha da pobreza é citada pela literatura através de expressões como vicious circle ou cycle, downward spiral, poverty-trap thesis, poverty-environment hypothesis, etc.

restauración de los recursos naturales contribuye a la reducción de la pobreza” (Echeverria, 2000:156).

Será que é possível romper o círculo, quando a população rural depende dos recursos naturais para sobreviver?

Foi neste sentido a escolha de Moçambique como delimitação espacial na área de investigação, na medida em que, é um país com uma população predominantemente rural, com 54% da população moçambicana a viver na pobreza (INE:2004), com o crescimento populacional ainda elevado, e ter indicadores relevantes para a elaboração do estudo.

A delimitação temporal do estudo escolhida é entre 1998 a 2008. A escolha deste período, deve-se ao facto de ter sido neste período que foram produzidos várias leis e regulamentos em relação ao ambiente e gestão ambiental, e outros documentos relevantes de legislação e política sectorial. Nesta altura, começou haver também maior consciência em relação aos problemas ambientais. A primeira Lei do Ambiente nº 20/97 em 1 de Outubro, onde estabelece as bases da política e do enquadramento institucional da gestão ambiental em Moçambique.

Objectivos do Estudo

A temática do Desenvolvimento Sustentável tem vindo a assumir, tanto a nível nacional como internacional, uma visibilidade crescente. Foi a partir da Cimeira Mundial do Rio (2002) e da Cimeira de Joanesburgo (2003), realizada sob o tema do Desenvolvimento Sustentável, que emergiu a necessidade de uma compreensão global de um crescimento equilibrado, cujo pilar essencial é o Desenvolvimento Humano sustentado no progresso do homem e das suas capacidades. Trata-se de um projecto à escala mundial que deverá ter a participação não só de governos como das pessoas em geral através de uma participação cívica activa, onde cada pessoa terá a sua cota de responsabilidade no processo de desenvolvimento (Relatório sobre o Desenvolvimento Humano – PNUD: 2002).

A abordagem do Desenvolvimento Sustentável não se limita aos modelos económicos clássicos, é preciso atender os contornos filosóficos e antropológicos que abrem perspectivas para uma nova problemática do desenvolvimento. Muitas dessas

alterações são mudanças conceptuais, estruturais e teóricas que sustentam uma nova reflexão sobre o desenvolvimento.

Deste modo, torna-se necessário criar condições para que os cidadãos possam ter um papel activo, democrático, esclarecido e participante, construindo o seu próprio futuro. Aqui está o grande desafio para nossos dias, “O Desenvolvimento Sustentável”².

A questão fundamental deste estudo é: procurar compreender até que ponto o Desenvolvimento Sustentável pode erradicar a pobreza nos países pobres, quando esses países, sobrevivem com a utilização dos recursos naturais, tendo como consequência a degradação ambiental, ou seja, em que medida se pode aliviar a pobreza através do desenvolvimento sem crescimento?

No caso de Moçambique, considerado um dos países mais pobres do mundo, e, sendo uma das maiores preocupações de momento, o crescimento económico, poderá o país conseguir conciliar por um lado o crescimento económico, e por outro a preservação ambiental? De que forma poderá gerir o, crescimento económico, preservação ambiental e erradicação da pobreza?

Para ajudar a compreender esta problemática abordamos as seguintes questões:

- Que novos conceitos emergem da nova problemática do desenvolvimento, como o Desenvolvimento Sustentável e o Desenvolvimento Humano?
- Quais são os indicadores que monitorizam e avaliam o progresso das políticas do desenvolvimento?
- O facto de os pobres serem dependentes dos recursos naturais para a sua sobrevivência, faz dos pobres os maiores causadores da degradação ambiental?
- Como pode Moçambique pensando no crescimento económico, simultaneamente preservar o ambiente e erradicar a pobreza?

Neste sentido, o que se propõe neste estudo é uma análise crítica, do documento de referência que reflecte o pensamento teórico do Desenvolvimento Sustentável, que a

² Desenvolvimento Sustentável é o desenvolvimento capaz de satisfazer as necessidades da geração presente, sem comprometer a possibilidade que as gerações futuras consigam satisfazer as suas próprias necessidades (WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT, 1987:43)

pobreza é a maior causa da degradação ambiental, uma visão de que os países em desenvolvimento exercem maior pressão nos recursos naturais, uma degradação mais expressiva em relação aos países desenvolvidos. Pois como refere António Teodoro (2003:19), o objecto de estudo situa-se ao nível da identificação das variáveis independentes e das variáveis dependentes e na procura das relações de causalidade que as liguem.

Aspectos Metodológicos

Pretendemos justificar as nossas opções metodológicas, tendo em conta a problemática alargada que pretendemos analisar. Neste sentido, delimitamos a nossa pesquisa às principais organizações internacionais com preocupações no campo do desenvolvimento sustentável e pobreza. Trata-se de uma análise documental a fontes primárias, ou seja, documentação produzida directamente pelas organizações onde estão reunidos os dados pertinentes para este estudo, procurando corresponder o campo de abrangência dos documentos e o campo de análise da investigação. Deste modo, o conjunto de organizações delimitadas foi: Nações Unidas PNUD, OCDE, INE, BPI, Banco Mundial.

Neste sentido, a nossa análise teve por base os principais documentos de referência publicados por estas instituições. Estes documentos, definem os objectivos e metas, e que fazem a avaliação dos resultados em relação aos objectivos delineados. Foi também valorizada a pesquisa intensiva de sites com selecção de informação.

A identificação dos principais documentos produzidos por estas organizações internacionais, foi o resultado de uma pesquisa bibliográfica e documental, que nos permitiu definir um conjunto de referências documentais com relevância mundial.

Os documentos que permitiram a análise da nossa problemática são vastos. Optámos por trabalhar os dados dos documentos mais recentes, susceptíveis de nos fornecerem informações sobre o problema levantadas, tais como: relatórios oficiais, estudos, indicadores oficiais nacionais, onde se pode depositar a maior credibilidade.

Importa dizer que tivemos dificuldades no tratamento dos dados recolhidos das várias fontes documentais, visto que existe uma grande heterogeneidade de indicadores identificados por cada organização. Contudo, é importante salientar a escassez de dados actualizados disponíveis, em relação ao tema de investigação.

O trabalho encontra-se dividido em duas partes: A primeira parte refere-se ao enquadramento teórico da investigação, abordando os conceitos básicos e as principais correntes teóricas.

A segunda parte refere-se ao estudo de caso de Moçambique, onde se procura dar resposta a possível correspondência entre o Desenvolvimento Sustentável e a Pobreza, através da análise das dimensões: social, económica e ambiental. Seguidamente uma análise SWOT onde se irá identificar os pontos fortes e fracos do País, as ameaças e possíveis oportunidades.

PARTE I

ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL E TEÓRICO

Capítulo I – O Fenómeno da Globalização: Conceito e Algumas Dimensões

“A globalização representa uma grande promessa se for administrada de maneira adequada. Mas ela só funcionará se os vencedores dividirem os seus benefícios com os perdedores”.

Joseph E. Stiglitz, Prémio Nobel da Economia 2001

Neste capítulo iremos abordar o conceito de globalização e apresentar um quadro teórico em torno das suas características, enquanto motor de grandes transformações nas suas dimensões políticas, económicas, sociais e culturais, bem como os novos conceitos de desenvolvimento e, ainda o conceito de pobreza.

1.1 – A Globalização

O processo de globalização trás profundas transformações para as sociedades contemporâneas. O acelerado desenvolvimento tecnológico, em especial na área da comunicação, caracterizou uma nova etapa do capitalismo, que coloca novos desafios para o homem.

A globalização recebeu no âmbito teórico várias denominações, tais como aldeia global, mundialização cidade global, etc, que ao final buscam descrever e interpretar um mesmo significado: um movimento social, político, económico, cultural, jurídico, que visa transformar e modificar todo o sistema de relações internacionais, reorientando e reformulando as decisões dos Estados-nação, desde as mais diversas áreas da vida social até os diversos sistemas produtivos e financeiros, com reflexos imediatos no sistema de emprego e nas diferenças entre países ricos e pobres.

Malcom Waters (1999:8), identifica três posições relativamente a esta questão:

- 1- A que defende que a globalização é um fenómeno que sempre existiu e que nos momentos mais recentes veio sofrer uma aceleração;

- 2- A que argumenta que a globalização surge com modernização e o desenvolvimento e, que igualmente sofreu uma aceleração nos tempos mais recentes;
- 3- E a que considera que a globalização é de todo um fenómeno recente que está associado a pós-industrialização e pós-modernização.

O autor, defende que os fundamentos da teoria da globalização se concentram na relação entre organização social e territorialidade, e que essa relação é determinada pelos tipos de troca que a cada momento predominam nas relações sociais: trocas materiais; trocas políticas; trocas simbólicas.

Contudo, o processo de globalização intensificou-se no último quarto do século XX com o desenvolvimento da *tecnologia*. Estas dinâmicas deram origem uma série de outras transformações que modificaram completamente o modelo de desenvolvimento das sociedades, passando a existir interdependência entre os Estados, uma vez que muitas actividades deixaram de ter um carácter nacional para assumirem um carácter transnacional, como consequência uma cultura global onde nada está isolado e onde existe uma inter-relação em todo o planeta.

A globalização implica ou pressupõe a localização, ou seja, não existe condição global para a qual não encontramos nenhuma raiz local, uma imersão cultural específica. Tanto vivemos num mundo localizado como num mundo globalizado. A razão pela qual se prefere o último termo, está relacionada basicamente com o facto de o discurso científico hegemónico tender a privilegiar a história do mundo na versão dos vencedores.

Existe um enorme consenso na descrição da globalização como um processo de conversão das economias nacionais distintas, numa economia mundial integrada (Horst e Klodt 2001:162)

Peter Dicken (1998), acrescenta ainda que a globalização é como uma complexa rede de processos que se inter-relacionam, envolvendo não apenas uma extensão geográfica da actividade económica, como também a integração funcional dessas actividades internacionalmente dispersas.

“We live in a world of increasing complexity, interconnectedness and volatility; a world in which the lives and livelihoods of every one of us are bound up with processes operating at a global scale” (Dicken, 1998: 5).

Algumas correntes teóricas e ideológicas assentam essencialmente em explicações relacionadas com o desenvolvimento do capitalismo, como uma das principais dinâmicas impulsionadoras do mundo globalizado, sustentada por uma produção exponencial, acumulação de capital e um aumento crescente de relações comerciais.

Neste sentido, Friedman (2000:471) define a globalização como a integração do capital, da tecnologia e a informação para lá das fronteiras nacionais, criando um mercado global único e, em certa medida, uma aldeia global.

Uma revisão dos estudos sobre este processo, mostra-nos que estamos perante um fenómeno multifacetado com dimensões económicas, sociais, políticas, jurídicas, religiosas interligadas de modo complexo.

A globalização é também o reflexo do permanente desequilíbrio das relações de classe e de hegemonia de alguns Estados. Tornou-se um conceito muito usado para explicar a realidade das sociedades contemporâneas. Deste modo, partilhamos a ideia de Alexandre Melo, quando afirma que o ponto de partida para a compreensão do mundo de hoje, é a análise da noção de globalização (2002:16).

Analisando a globalização na perspectiva das relações internacionais, essa não deve ser desvinculada de outras transformações de natureza estrutural que marcaram a evolução do sistema internacional contemporâneo. Portanto, a globalização deve também ser compreendida à luz de suas relações com outros condicionamentos e processos políticos e em perspectiva histórica, o que permite um entendimento mais amplo sobre a articulação do sistema de Estado-nação que se “globalizou”, passando ambos a constituírem elementos centrais do actual panorama das relações internacionais.

É importante firmar a ideia que a expressão globalização é carregada de contradições, desigualdades e complexidades. Consegue agregar com a mesma intensidade o bem e o mal. Além disso, deve-se frisar que a globalização somente conseguiu quebrar as barreiras do sistema internacional dos Estados-nação, devido à revolução tecnológica dos sistemas de comunicação e informação.

Este conceito, no plano das ciências sociais tem levado a desenvolver análises mais transdisciplinares, abrangendo várias áreas do conhecimento.

1.2 - A Globalização Económica

Depois de analisar alguns contributos para o conceito de globalização, iremos abordar aquela que parece ser a mais generalizada, a globalização económica.

A evolução do processo de globalização económica, como sendo uma sucessão de fases, foi reflectida por muitos autores. É neste sentido que Malcom Waters (1999:91), apresenta-nos três fases de evolução do processo de globalização, sendo a primeira fase a qual chamou de “economia capitalista”; a segunda fase de “economia política” e a terceira fase de “economia cultural”.

A primeira fase do processo de globalização económica, a chamada fase da “economia capitalista”, compreende o período de 1600 a 1870. Assume a forma de impérios absolutistas em decadência com fracos Estado-Nação em emergência.

A fase da “economia política” compreendida entre o período de 1870 a 1970, o poder do Estado dependia da capacidade da sua economia, das suas empresas nacionais, de modo a poder influenciar o sistema económico internacional, através do comércio e investimento.

A fase actual, onde os mercados vão para lá dos Estados e das unidades de produção económica, “tornando-se uma economia globalizada”, a que o autor denominou de “economia cultural”.

O processo de desenvolvimento da economia mundial como um processo descontínuo onde se intercalam períodos de crescimento de produção e de trocas comerciais, acompanhados por uma expansão demográfica, é defendida por muitos por muitos autores (Dicken, 1998: 20).

Considerando a sucessão de fases, Wolfgang, Riel e Stevens (2001:12), referem-se ao processo de globalização económica como um conjunto de acontecimentos excepcionais (um com a Revolução e o outro a seguir à II Guerra Mundial) que tem vindo a acontecer ao longo da história Económica, sendo estes períodos chamados de “expansão duradoura”.

Como podemos caracterizar actualmente a globalização económica?

De acordo com Philip McMichael (1996), em qualquer parte do mundo estamos a participar no processo social global, onde as interdependências entre as pessoas e as nações são imediatas.

O processo de globalização económica gerou condicionalismos que poderão estar relacionados com a exigência de uma melhor redistribuição dos ganhos e de uma melhor sustentabilidade ecológica.

Embora a globalização económica seja o traço mais visível da globalização, visto ser o principal objectivo do modelo de desenvolvimento, as suas consequências abrangem a outras dimensões também importantes a abordar.

1.3 - A Globalização Política

Numa perspectiva mais genérica, parece fazer mais sentido falar de globalização política no século XX, dado que ocorreram neste século duas grandes guerras mundiais: a I Guerra Mundial e a II Guerra Mundial (Melo, 2002:31). No final da I Guerra Mundial foi criada uma organização política internacional, a Liga das Nações, que embora todos os esforços, não evitou o desenrolar de mais uma guerra.

No fim da II Guerra Mundial, foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU), que visou por em prática uma política global assente num “equilíbrio geoestratégico bipolar” (Melo, 2002:33), que mais tarde se veio a designar de Guerra-fria. Posteriormente observou-se a queda do muro de Berlim, reflexo do colapso das ditaduras comunistas dos países do leste.

Desde então, temos vindo a assistir à emergência de vários países que se pretendem democráticos, baseados na defesa dos direitos do homem, o que abriu a oportunidade de criação de uma nova ordem mundial.

O “capitalismo desenvolvido” que caracterizou a economia mundial desde a II Guerra Mundial, assentava numa política com objectivos essencialmente económicos de fomentar o crescimento do emprego, proporcionando um ambiente estimulador para o consumo e o investimento, à escala nacional, tendo o Estado como missão reduzir as

desigualdades sociais com vista à propensão ao consumo (Murteira, 1995:40). Esta foi a “época feliz do capitalismo” (idem: 42).

Nos anos 90, passam a entender o desenvolvimento como sinónimo de competitividade no mercado mundial, obrigando os governos nacionais a reorientar as suas políticas económicas e sociais (Murteira, 1995: 58). A globalização política assume, assim, um nível sem precedentes.

Um outro fenómeno importante de referir é a crescente dependência financeira dos países pobres em relação aos países ricos, devido aos endividamentos provocados pelos apoios concedidos. Esta dependência económica é visível através das organizações internacionais que definem as políticas económicas, como é o caso do G8, da OCDE e do Banco Mundial.

Allemand e Borbolan (2001:80) defendem uma globalização que seja mais benéfica para os países pobres, e que seja sustentada por uma nova ordem política e económica mundial, diferente da herdada do período pós-guerra.

Muitos autores acreditam que estamos a assistir à emergência de um novo Estado, a fim de que consigamos atingir uma globalização sustentável, através de um conjunto de políticas de Segurança Social que apoiem as pessoas a lidar com este modelo global. Só assim se poderá ter um equilíbrio correcto. (Friedman, 2000: 471).

Este autor refere ainda que este equilíbrio terá de passar por democratizar a globalização educacionalmente; democratizar a globalização financeiramente; e democratizar a globalização politicamente (Friedman, 2000: 476). “Democratizar a globalização não é apenas a maneira mais eficaz de torná-la sustentável, é também a política mais útil e moral que um governo pode adoptar” (idem: 482).

Temos vindo a assistir o surgimento de várias correntes sejam elas anti-globalização ou apologistas da globalização que visam pressionar os Estados a assumirem as suas responsabilizações económicas, sociais e ambientais. Allemand e Borbolan (2001:61) chamam “cidadania global”, *comprovando* que a globalização tem um cada vez maior peso na mobilização da opinião pública.

1.4 - A Globalização Cultural

As questões éticas levantadas pelo efeito da globalização, assumem actualmente especial relevância. Em praticamente todos os domínios sociais se vive uma mudança de paradigma, o que nos leva a questionar a perda de certos valores.

O receio de uma cultura global que anule as culturas tradicionais aumenta. Nos países ocidentais, assiste-se a permanentes criações culturais que resultam das escolhas feitas pelos indivíduos de entre um conjunto de valores e de práticas, permitindo simultaneamente a identificação com várias culturas (Allemand e Borbolan : 2002).

Deste modo, Murteira (1995:30) refere um aparente paradoxo do modelo de desenvolvimento actual: “por um lado um sistema de economia mundial globalizado e interdependente, único, sem alternativa; por outro lado, uma crescente heterogeneidade de condições de vida, de contextos culturais e de espaços”.

Na opinião de Joaquim Coelho Rosa (2002), a cultura é a verdadeira natureza dos humanos. Para o autor uma moral universal, válida para todos em qualquer circunstância que se sobreponha às circunstâncias particulares de todas as outras morais só poderia ser a da própria natureza humana. São eles que com os seus actos, vão construindo historicamente a própria humanidade.

Jacques Attali³, não suporta a ideia do fim das civilizações num caos generalizado ou na fusão de todas elas num modelo ocidental. Para ele, a civilização permanecerá o primeiro tesouro a preservar e as civilizações dissolver-se-ão a pouco e pouco num gigantesco “puzzle de valores”.

Com a diversidade das civilizações, vamos construindo nós próprios os nossos sistemas de valores, onde os conhecimentos e as crenças se vão confundindo rumo a uma cultura da nova ordem mundial. A globalização faz desaparecer muitas formas de vida tradicional, mas, ao mesmo tempo, constitui um passo em frente para o conjunto da sociedade.

³ Jacques Attali, é um intelectual francês, autor do Dicionário do século xx1, referido num artigo de Leonete Botelho, publicado no Jornal Público de 17 de Outubro de 2002.

Muitos autores afirmam que o facto de vivermos numa “aldeia global”, condicionou de forma, nunca antes vista, os modos de vida quotidianos. Allemand e Borbolan (2001: 97).

Os movimentos culturais são dinâmicos e dialécticos, e todas as sociedades estão sujeitas a influências culturais que por sua vez podem gerar diversidade conforme acima referido por Attalli, como “puzzle de valores”. Actualmente, as referências culturais não estão dependentes de determinismos geográficos ou territoriais, ou seja, “as culturas assumiram uma forma que se deve chamar transcultural, na medida em que se atravessa as fronteiras culturais clássicas” (Melo, 2002: 50).

No entanto, este “puzzle cultural” não deve ser confundido com a emergência de uma cultura global comum que anule todas as outras, com vista ao surgimento de uma cultura comum. Pois, segundo Melo, a dinâmica cultural produz simultaneamente mais uniformidade e mais diversidade.

1.5 – Globalização: Fracassos e Desafios

A partir dos anos 70 com o progresso técnico, começaram a tornar-se visíveis as desvantagens do progresso, nomeadamente o empobrecimento da biodiversidade; a poluição e as alterações climáticas; a explosão dos grandes centros urbanos; a escassez de recursos naturais; a incapacidade do ecossistema planetário para reciclar resíduos; o surgimento de novas doenças na humanidade.

O modelo de desenvolvimento industrial baseado num modelo de consumo excessivo de recursos naturais, levou a um desgaste energético acima dos valores suportáveis pelo planeta, causando consequentemente um enorme cenário de poluição e ameaça para a natureza.

É nesta época que começaram a surgir os primeiros acordos internacionais em relação ao ambiente. O primeiro passo para a emergência de uma consciência ambiental, foi com o tema “codesenvolvimento”. Com os movimentos ecológicos como a Greenpeace, os Estados foram sensibilizados para a necessidade de se mobilizarem para fazer face a catástrofes naturais que tem acontecido em grandes dimensões por todo o mundo. Foi com o surgimento da noção de Desenvolvimento Sustentável que se definem valores comuns ao

nível da sobrevivência do planeta, a necessidade de uma estratégia global que possa travar o rumo actual do desenvolvimento das sociedades, limitando os efeitos do desenvolvimento económico para um futuro ecológico do planeta.

Outro aspecto negativo da globalização, é o aumento do endividamento dos países pobres, que os tornou ainda mais pobres. As (ONGs) Organizações Não Governamentais, têm tido um papel muito importante na luta contra as desigualdades, mobilizando fundos e pressionando os Estados para estabelecerem com prioridade estratégias de luta contra a pobreza.

“A queda das fronteiras interdisciplinares e interculturais e a multiplicação das hibridações e mestiçagens é um fenómeno que integra a dinâmica multiculturalista e a desautorização teórica das concepções tradicionais de identidade cultural, concepções assentes nas ideias de raiz, origem, herança e património e alimentadas por ideias nacionalistas e fundamentalistas” (Melo, 2002: 61).

Ou seja, a sociedade produz desigualdades e esta deve-se a inúmeros factores ligados ao próprio desenvolvimento do mundo actual. Contudo, as sociedades têm vindo a desenvolver mecanismos que ultrapassem essas desigualdades e assimetrias. Mas as desigualdades permanecem e é a própria sociedade que a mantém (Schwartz, 1984).

Parafraseando Peter Dicken, os mercados totalmente desregulados não são sustentáveis nem socialmente justos, sendo necessário criar um sistema de governação legitimado pelos Estados-Nação e pelas comunidades e grupos de interesse que as constituem (1998:461).

De facto, a globalização não só transformou os sistemas mundiais como também introduziu enormes alterações ao modo de vida das sociedades. Neste sentido Joseph E. Stiglitz afirma que, “Para a maior parte do Mundo a globalização, como tem sido conduzida, assemelha-se a um pacto com o demónio. Algumas pessoas nos países ficam mais ricas, as estatísticas do PIB – pelo valor que possam ter – aparentam melhoras, mas o modo de vida e os valores básicos da sociedade ficam ameaçados. Isto não é como deveria ser.”

É neste contexto, que somos obrigados a repensar o processo de desenvolvimento, na medida em que, a promessa de que todos os países seguiriam um ideal de progresso, não

se concretizou. Por outro lado temos a consciência cada vez maior dos limites ambientais, emergindo a urgência de um processo de desenvolvimento sustentável.

Perante as consequências negativas que a globalização provocou, Mário Soares (2002) fala-nos de tentar inverter o processo; “globalizar a dignidade humana”, através de uma “terapêutica global”. Assim, na opinião do político, será possível lutar por uma “globalização ética”, de “rosto humano”.

As preocupações sociais emergentes do processo de Globalização não são restritas a um país ou região. Mesmo a questão do desenvolvimento dos países mais pobres deverá ser considerado um problema de todos.

1.6 - A Emergência de Novos Conceitos de Desenvolvimento:

1.6.1 - O Desenvolvimento Sustentável

“Há só uma terra, mas não só um mundo. Todos nós dependemos de uma biosfera para conservar nossas vidas. Mesmo assim, cada comunidade, cada país luta pela sobrevivência e pela prosperidade quase sem levar em consideração o impacto que causa sobre os demais”.

Relatório Brundtland, Nosso Futuro Comum

O actual modelo de crescimento económico gerou enormes desequilíbrios; se, por um lado nunca houve desenvolvimento e prosperidade, por outro lado, a miséria, a degradação ambiental e a poluição aumentam dia-a-dia. Diante desta constatação, surge a ideia do Desenvolvimento Sustentável, buscando conciliar o desenvolvimento económico com a preservação ambiental e, ainda o fim da pobreza.

Esta complexidade do processo de transformação do planeta, não somente continuamente ameaçado, mas também directamente afectado pelos riscos socio-ambientais, é cada vez mais visível.

Foi no final da década de 1960 e meados da década de 1970, que surgiram as discussões sobre o desenvolvimento sustentável muito expressas, através de estudos de

diversos órgãos não governamentais, e mediante a observação de uma crise ambiental e da preocupação da sobrevivência humana, tornando-se necessária a conciliação do desenvolvimento económico com o respeito ao meio ambiente e as futuras gerações.

O impacto mundial deu início às grandes discussões sobre preservação ambiental, onde atingiu o seu pico na Conferência de Estocolmo, alertando para o facto de, a acção humana estar a causar séria degradação da natureza, criando severos riscos para o bem-estar e para a própria sobrevivência da sociedade (Machado, Santos e Souza, 2006:124).

A Conferência de Estocolmo realizada em 1972, direccionou as suas abordagens para o ambiente sustentável, destacou também os problemas da pobreza e do crescimento da população e elaborou metas ambientais e sociais, cujos resultados acabaram por constituir a Declaração sobre o Ambiente Humano, ou Declaração de Estocolmo e, foi criado ainda um organismo denominado Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUA (Machado, Santos e Souza, 2006).

A Conferência evidenciou-se também pelo confronto entre as perspectivas dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Enquanto os países desenvolvidos preocupavam-se com os efeitos da devastação ambiental sobre a terra, propondo-se um programa internacional voltado para a conservação dos recursos naturais e genéticos do planeta, e que medidas preventivas teriam de ser contratadas imediatamente, para que se evitasse um grande desastre, os países em desenvolvimento, partiam da proposição de que se encontravam assolados pela miséria, com graves problemas de moradia, saneamento básico, atacados por doenças infecciosas, e que necessitavam, de forma rápida, promover o desenvolvimento económico. Assim, questionavam as questões defendidas pelos países desenvolvidos, cuja industrialização estava alicerçada na utilização predatória dos recursos naturais, e ao recomendarem o controlo ambiental estariam retardando a industrialização dos países (Machado, Santos e Souza, 2006:124).

Neste sentido, o desenvolvimento deve considerar as preocupações e interesses de toda a população, cujo resultado do desenvolvimento pode ser partilhado de forma colectiva (Machado, Santos e Souza, 2006).

O marco importante na consciencialização foi principalmente a partir da Cimeira da Terra realizadas no Rio de 1992 (Eco 92), embora não se tenha chegado a decisões

concretas. Foi a partir daí que as questões ambientais passaram para o primeiro plano, em termos políticos, nomeadamente, o problema das alterações climáticas, com efeitos na sobrevivência da vida na Terra.

O conceito de Desenvolvimento Sustentável surge para enfrentar a crise ecológica, e dar resposta à uma necessidade de harmonizar os processos ambientais com os socioeconómicos, maximizando a produção dos ecossistemas para favorecer as necessidades humanas presentes e futuras. Falar de desenvolvimento significa, hoje em dia, falar de melhoria da qualidade de vida através da melhoria dos sistemas de educação, saúde, liberdade, etc., compatível com a preservação ambiental. A ênfase na sustentabilidade diz respeito ao esforço político em busca do desenvolvimento futuro.

O projecto de desenvolvimento baseado num Desenvolvimento Sustentável, ganhou destaque com o resultado do relatório Brundtland em 1987, intitulado “Our Common Future”. Este relatório definia o Desenvolvimento Sustentável como “o encontro das necessidades do presente sem comprometer a sobrevivência das gerações futuras” (McMichael, 1996:218).

O relatório, Nosso Futuro Comum, fundamentou-se numa análise comparativa entre a situação do mundo no começo e no final do século XX, declarando que no princípio do século XX o número de pessoas existentes e a tecnologia vigente não prejudicavam significativamente os sistemas de apoio a vida na Terra e que, ao findar este mesmo século, a situação havia mudado radicalmente (Camargo, 2005:53).

Em 1993, este conceito foi introduzido na Política Comunitária Europeia, com a adopção do 5º Programa Comunitário de Acção em matéria de ambiente intitulado: “Para um Desenvolvimento Sustentável” e de uma forma mais abrangente na própria formulação do Tratado de Maastricht.

A preocupação com o Desenvolvimento Sustentável, representa a possibilidade de garantir mudanças sociopolíticas que não comprometam os sistemas ecológicos e sociais que sustentam as comunidades.

Neste sentido, de acordo com o Relatório da Comissão Brundtland elaborado em 1987, uma série de medidas devem ser tomadas pelos países para promover o Desenvolvimento Sustentável, tais como:

- Limitação do crescimento populacional;
- Garantia dos recursos básicos (água, alimentos, energia) a longo prazo;
- Preservação da biodiversidade e dos ecossistemas;
- Diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias com uso de fontes energéticas renováveis;
- Aumento da produção industrial nos países não-industrializados com base em tecnologias ecologicamente adaptadas;
- Controle da urbanização desordenada e integração entre campo e cidades menores;
- Atendimento das necessidades básicas (saúde escola morada)

O crescimento populacional é um dos factores relacionados à condição de pobreza e é apontado condição *sine qua non* na degradação do meio ambiente⁴, porque faz com que uma maior procura de alimentos, água e outros recursos naturais aumente de forma insustentável. Como consequência, mananciais são poluídos, e florestas são derrubadas a fim de originar novas terras agricultáveis, o que resulta no agravamento da pobreza (CMMD, 1991).

Neste sentido, o pobre acarreta a degradação ambiental visto que reduz o tempo de descanso na terra, a fim de alimentar um número crescente de pessoas, o que o leva a exaustão do solo (Mink, 1993). Com o aumento da população pobre, faz com que as áreas de mata passem a ser utilizadas em áreas de cultivos e em criação de animais, com vista ao aumento de alimentos, levando ao incremento da degradação do meio ambiente ao que Barbier (1998 e 2000) e Dasgupta e tal, (2003) chamam de *causação cumulativa* (cumulative causation).

Para Ekbom e Bojö (1999:12), sob certas condições como económicas, políticas e culturais, há uma interacção entre crescimento da população, pobreza e degradação ambiental. Acrescenta dizendo que o crescimento populacional em muitas situações não é a causa principal da degradação ambiental e, nem pode ser relacionado à condição de pobreza.

⁴ Poverty is a major cause and effect of global environmental problems (WCED, 1987:3).

Autores que se opõem ao Relatório Brundtland quanto ao crescimento populacional e a degradação ambiental. Boserup (1986, 1965 apud Ekbom e Bojö, 1999), argumentam que a escassez de recursos e o crescimento populacional induzem a mudanças tecnológicas, inovações e intensificação, o que não necessariamente tem impactos negativos sobre o meio ambiente. Segundo a autora, pobreza e crescimento populacional, tornam-se agentes positivos da mudança na dinâmica da relação pobreza e meio ambiente.

De acordo com Ismail Serageldin (1995:25), a ideia de Desenvolvimento Sustentável, pode ser representada por um triângulo cujos vértices são ocupados pela dimensão social, pela dimensão económica e pela dimensão ambiental:

- Dimensão social – equidade, coesão social, participação, empowerment.
- Dimensão económica – crescimento sustentável, capital, eficiência.
- Dimensão ambiental – Integridade ecossistémica, recursos naturais, biodiversidade.

Para o autor, a sustentabilidade implica uma contribuição adequada para a manutenção do crescimento e do capital, bem como o uso eficiente dos recursos naturais. Ele distingue ainda graus de sustentabilidade no processo de manutenção de quatro tipos de capital. Por um lado, o capital criado pelos humanos, que é o capital fabricado pela indústria e que é o mais mensurável; por outro lado, o capital natural que diz respeito aos bens fornecidos pelo meio ambiente; depois o capital humano, que ele identifica como sendo o novo paradigma do desenvolvimento que cada vez mais valoriza o investimento nos recursos humanos, considerado como fundamental para a estratégia de desenvolvimento; finalmente o capital social, que são as bases institucionais e culturais para o funcionamento da sociedade (1994:27).

Neste sentido, sustentabilidade ecológica significa o respeito pela integridade do ecossistema. O lado social é igualmente importante pois o seu desenvolvimento assegurará a equidade, a mobilidade social, a coesão social, a participação, o *empowerment*, a diversidade cultural e o desenvolvimento institucional.

As ideias que estão por detrás deste tipo de desenvolvimento não são novas, mas durante muito tempo os debates em torno do processo de desenvolvimento perderam de

vista o fim principal do desenvolvimento – o bem-estar das pessoas. O crescimento económico deverá ser considerado apenas um meio importante para atingir esse fim.

O tema da sustentabilidade confronta-se com o paradigma da “sociedade de risco”, o que implica a necessidade de práticas sociais baseadas no direito ao acesso à informação e à educação ambiental em uma perspectiva integradora, como caminhos possíveis para alterar o quadro actual de degradação sócio-ambiental. Trata-se de promover o crescimento da consciência ambiental, expandindo a possibilidade de a população participar neste processo em um nível mais elevado, como uma forma de fortalecer sua co-responsabilidade na fiscalização e no controle dos agentes de degradação ambiental.

De acordo com o Programa de Acção para o Desenvolvimento Sustentável (1992) “a educação, incluindo a educação formal, a consciência pública e a formação devem ser reconhecidas como um processo pelo qual, os seres humanos e as sociedades podem desenvolver plenamente as suas potencialidades. A educação desempenha um papel fundamental na promoção do Desenvolvimento Sustentável e no aumento da capacidade das pessoas para abordar questões de meio ambiente e de desenvolvimento. Ainda que a educação básica sirva de alicerce para o ensino em matéria de ambiente e desenvolvimento, este último deve ser incorporado como parte essencial da aprendizagem. Tanto a educação formal como a informal são indispensáveis para modificar a atitude das pessoas, para que estas tenham capacidade de avaliar e lidar com os problemas do Desenvolvimento Sustentável. A educação é também fundamental para conferir uma consciência ambiental e ética, valores e atitudes, técnicas e comportamentos em consonância com o desenvolvimento sustentável para a participação pública efectiva na tomada de decisões. Para ser eficaz, a educação sobre o meio ambiente e o desenvolvimento deve abordar a dinâmica do desenvolvimento, tanto do meio físico/biológico e do socioeconómico, como do Desenvolvimento Humano (que pode incluir espiritual), deve ser integrada em todas as disciplinas e empregar métodos formais e informais e meios de comunicação eficazes”. (Agenda 21: Programa de Acção para o Desenvolvimento Sustentável, 1992:264).

Entre as grandes transformações mundiais das duas últimas décadas, aquelas vinculadas à degradação ambiental, assumem um lugar de destaque de um lado, os impactos da crise económica dos anos 80 e a necessidade de repensar os paradigmas

existentes; e de outro, o alarme dado pelos fenómenos de aquecimento global e a destruição da camada de ozono, entre outros. Neste sentido, o desenvolvimento sustentável refere-se a uma estratégia ou um modelo múltiplo para a sociedade, que deve levar em conta tanto a viabilidade económica como a ecológica ou pode ser entendido como um processo que, de um lado, as relacionadas com a exploração dos recursos, a orientação do desenvolvimento tecnológico por outro, o crescimento deve ter em conta os aspectos qualitativos, notadamente os relacionados com a equidade, o uso de recursos – em particular da energia – e a geração de resíduos e contaminantes. Além disso, o desenvolvimento deve fixar-se nas necessidades básicas, na superação dos deficits sociais e na alteração de padrões de consumo, nos países desenvolvidos, para poder manter e aumentar os recursos-base, sobretudo os agrícolas, energéticos, bióticos, minerais, ar e água.

Deparamos com vários obstáculos e desafios ao alcance de sociedade sustentável, devido a falta de consciência na sociedade a respeito das implicações do modelo de desenvolvimento em curso. O caminho a seguir passa necessariamente por uma mudança no acesso à informação e por transformações institucionais que garantam acessibilidade e transparência na gestão, por meio de práticas centradas na educação ambiental que garantam os meios de criar novos estilos de vida e promovam uma consciência ética, que questione o actual modelo de desenvolvimento marcado desigualdades sócio-ambientais.

Nesse contexto, segundo Reigota (1998), a educação ambiental aponta para propostas pedagógicas centradas na consciencialização, mudança de comportamento, desenvolvimento de competências, capacidade de avaliação e participação dos educandos. Para Pádua e Tabanez (1998), a educação ambiental propicia o aumento de conhecimentos, mudança de valores e aperfeiçoamento de habilidades, condições básicas para estimular maior integração e harmonia dos indivíduos com o meio ambiente.

A preocupação com o desenvolvimento sustentável representa a possibilidade de garantir mudanças sociopolíticas que não comprometam os sistemas ecológicos e sociais que sustentam as comunidades.

Retomando ao tema da tese, Desenvolvimento Sustentável e Pobreza, que relação? Com base neste suporte teórico, será possível a erradicação da pobreza através do Desenvolvimento Sustentável, ou esta teoria não passa de uma utopia?

Certos autores consideram o conceito de Desenvolvimento Sustentável como uma utopia para o século XXI, postulando a necessidade de buscar um novo paradigma científico, capaz de se substituir ao industrialismo.

Dado a realidade histórica mundial, os países desenvolvidos precisaram de aproximadamente metade dos recursos do planeta para alcançar a prosperidade. Além de alterarem profundamente o seu meio ambiente, foram também responsáveis pela devastação dos recursos naturais de suas colónias, hoje nações independentes. Estes países destruíram florestas, cresceram e prosperaram, ou seja, para adquirir riqueza tiveram que intervir profundamente no meio ambiente através do consumo crescente dos recursos naturais.

Vivemos no limiar de um colapso ambiental, dado o desgaste histórico dos recursos naturais oriundo de um modelo de desenvolvimento predatório. Os países pobres, têm direito a crescer economicamente, mas com um grande desafio pela frente, de não repetir o modelo dos países desenvolvidos, e buscar formas de produzir riqueza sem destruir as matas nem contaminar água. Será isso possível, ou não passa de ilusão?

Desenvolvimento, não se pode confundir com crescimento económico, constitui apenas a sua condição necessária porém não suficiente. Em última instância, o desenvolvimento depende de cultura, não se pode limitar unicamente aos aspectos sociais e sua base económica, ignorando as relações complexas entre o porvir das sociedades e a evolução da biosfera.

A sustentabilidade no tempo das civilizações humanas, vai depender da sua capacidade de se submeter aos preceitos de prudência ecológica e de fazer um bom uso da natureza. E por isso falamos em Desenvolvimento Sustentável. Esta teoria do Desenvolvimento Sustentável é vista por alguns como uma mera armadilha ideológica inventada por políticos do primeiro mundo para perpetuar seu domínio sobre os países pobres.

Assim Mahbub Ul Haq (1976)⁵ levantou a tese de que as sociedades ocidentais, depois de um século de crescimento industrial acelerado, fecharam este caminho de

⁵ HAQ, Mahbub ul (1976). The poverty curtain choices for the Third World. Nova York.

desenvolvimento para os países pobres, justificando essa prática com uma retórica ecologista.

De acordo com o Atlas da Globalização – Le Monde diplomatique, (p. 186), ao abordar o tema “A África Subsariana, Uma Zona Abandonada”, refere que África dispõe de um potencial natural e humano considerável e inexplorado, considerando-o, por conseguinte, os seus recursos inexplorados.

Markandya (2001) atenta para o facto de, o tema desenvolvimento, pobreza e meio ambiente ser “rico” em teorias, mas “pobre” em estudos empíricos.

Contudo, não significa que a noção de Desenvolvimento Sustentável tenha pouca utilidade, pelo contrário, deve ser entendida como um dos mais generosos ideais surgidos no século passado, onde se experimentam desejos colectivos como o de paz, democracia, liberdade, igualdade, vista como resposta as crises actuais.

1.6.2 – O Desenvolvimento Humano

O ideal do desenvolvimento praticado após a II Guerra Mundial, colocava o progresso económico como o principal objectivo dos modelos de desenvolvimento. No entanto, as desigualdades sociais, as assimetrias mundiais e as carências ambientais, fizeram emergir a necessidade de construir novos modelos de desenvolvimento mais justos quer para as pessoas quer para o ambiente.

Assim, destacamos o conceito de Desenvolvimento Sustentável e de Desenvolvimento Humano. O Desenvolvimento Sustentável conforme já referido, surge como forma de equilibrar as principais dimensões dos modelos de desenvolvimento (social, económica, ambiental) de forma a assegurar a sobrevivência das gerações actuais e das futuras, e o Desenvolvimento Humano como aspecto fundamental dos modelos de desenvolvimento das sociedades, que se pretendem sustentáveis.

Desde os anos 60 que as Nações Unidas tomaram consciência das assimetrias económicas do mundo. Face a essa situação durante a década de 90, promoveram uma série de cimeiras e encontros sobre as enormes transformações de que as sociedades estão a ser alvo. Estas cimeiras e encontros tinham como objectivo debater questões fundamentais para

o bem-estar da humanidade, tais como (a situação das mulheres, os direitos humanos, o desenvolvimento social, o ambiente, os direitos da criança.)

Constata-se que as várias definições existentes de Globalização, partilham a identificação dos elementos económicos envolvidos no conceito e, convergem na ideia das dimensões humanas e ambiental como um factor de potencial risco para o bom desenvolvimento do processo da globalização económica.

O processo de globalização origina factores potencialmente destabilizadores das identidades culturais. O mundo hoje encontra-se dividido em um mundo rico em conhecimento e desenvolvido, e um mundo pobre em conhecimento e menos desenvolvido. Ou seja, verificamos actualmente que a acção humana está desprovida de uma ética que lhe dê sentido, que lhe atribua algumas referências valorativas.

É neste sentido que Murteira (1995:95) apresenta possíveis cenários ideológicos para o futuro, distinguindo três possíveis vias: a via da Revolução anti-sistémica que questiona a natureza da investigação científica e dos movimentos sociais anti-sistémico, mas apenas no quadro do capitalismo; a segunda via, será admitir que irá emergir um governo mundial sustentado por um ideal de “humanismo ecuménico”, baseado nas ideias do Desenvolvimento Humano e Desenvolvimento Sustentado; a terceira via, é admitir que poderemos estar a aproximar-nos de uma cultura económica comum no centro do sistema mundial.

O conceito de *Desenvolvimento Humano*, foi criado pelo Programa das Nações Unidas – PNUD na década de 90, ao desenvolver o Índice de Desenvolvimento Humano. Aderiram a este conceito a maioria dos países e governos apelando à construção de estruturas que lutem para a erradicação da pobreza em prol da dignidade humana. O objectivo é criar estruturas que permitam o desenvolvimento das capacidades humanas, em sistemas sociais com um justo e livre acesso a oportunidades de modo a equilibrar o crescimento económico das sociedades e partilhar equitativamente os seus ganhos e gastos.

Deste Modo, o Desenvolvimento Humano dependerá de *condições de sustentabilidade do processo de Desenvolvimento*, ou seja, dependerá da participação e responsabilidade cívicas de cada indivíduo. “Esta compreensão focaliza-se no conceito de

Desenvolvimento Humano no sentido do progresso de todos os homens e das suas capacidades” (Ambrósio, 2003).

Os chefes de Estado no ano 2000, reunidos na Cimeira do Milénio em Nova Iorque, estabeleceram compromissos para criar um mundo mais justo e equilibrado. Foi neste contexto que a comunidade internacional comprometeu-se a expandir a visão de desenvolvimento, de forma a promover o Desenvolvimento Humano como a chave para um progresso social e económico sustentado em todos os países. Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, mais tarde conhecido como a “Declaração do Milénio”, foram aceites como o quadro de referência para medir o progresso do desenvolvimento.

Os Estados-Membros das Nações Unidas comprometeram-se a cumprir até 2015 os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, assistindo assim ao surgimento de uma parceria global para o desenvolvimento.

Os valores orientadores da Declaração do Milénio incluem a liberdade, a igualdade, a solidariedade, a tolerância, o respeito pela natureza, a responsabilidade partilhada (Relatório Desenvolvimento Humano, 2003:8).

“O Desenvolvimento Humano tem a ver com pessoas, com a expansão das suas opções para viverem vidas plenas e criativas com liberdade e dignidade. Crescimento económico, maior comércio e investimento, progresso tecnológico – tudo é muito importante. Mas são meios, e não fins. Fundamental para a expansão das opções humanas é construir capacidades humanas. As capacidades mais básicas para o Desenvolvimento Humano são viver uma vida longa e saudável, ser educado, ter um padrão decente de vida e gozar de liberdades cívicas e políticas para participar na vida da sua comunidade”. (Relatório Desenvolvimento Humano 2003:13).

Mas o que podemos constatar através dos relatórios sobre o Desenvolvimento Humano do PNUD, é que a dignidade humana é cada vez diminuta nas mais variadas partes do globo.

O processo de desenvolvimento das sociedades segundo o relatório do Desenvolvimento Humano, deve ter como directriz a formação de sistemas democráticos que permitam a participação de todas as pessoas, de modo a que se sintam parte integrante e que contribuam para a sociedade em que vivem.

Referindo-se aos Relatórios do Desenvolvimento Humano do PNUD, Mário Murteira (1995) realça que nestes relatórios é apontado que o fim último do crescimento económico só poderá ser o Desenvolvimento Humano, o que poderá significar haver mais liberdade e oportunidades para os indivíduos realizarem os seus projectos pessoais.

Parafraseando Griffin e Mckinley (1994:6) uma abordagem baseada no Desenvolvimento Humano tem várias vantagens. Primeiro, porque contribui directamente para o bem-estar das pessoas; em segundo lugar porque é construída tendo por base a igualdade de oportunidades; terceiro, porque ajuda a criar uma distribuição mais igual dos benefícios do desenvolvimento; em quarto lugar, porque permite explorar os vários tipos de investimento nas pessoas; e finalmente a vantagem de complementar o capital físico com o capital humano.

Segundo Amartya Sen, a liberdade individual é a base e o meio mais eficaz para a sustentabilidade da vida económica e para o combate à pobreza e à insegurança. Para o autor, a liberdade é tida como sinónimo de desenvolvimento, e o desenvolvimento visto enquanto liberdade. Existe um movimento recíproco entre ambos. Deste modo, para Amartya Sen, a acção livre e sustentada surge como motor essencial do desenvolvimento.

“O desenvolvimento tem de ser mais referido à promoção da vida que construímos e às liberdades de que usufruímos. Alargar as liberdades que, com razão, valorizamos não só torna as nossas vidas mais cheias e desimpedidas como também nos permite sermos pessoas socialmente mais completas, dando expressão à nossa vontade e interagindo com – e influenciando – o mundo em que vivemos”. (Amartya Sen, 2003, p. 31)

1.6.3 - Pobreza: 1º Objectivo do Desenvolvimento do Milénio

“A fome e a pobreza são irmãs horrendas. Não podemos ver-nos livre de uma se não combatermos a outra também...A fome, é simultaneamente causa e consequência da pobreza extrema. Um ser humano faminto não consegue pensar para além da próxima refeição... Isto tem consequências devastadoras no desenvolvimento económico e social da sociedade como um todo”.

Kofi Annan, Secretário-Geral das Nações Unidas

Nesta abordagem, pretendemos contextualizar a pobreza em termos do 1º Objectivo do Desenvolvimento Milénio e, por isso reunimos todos os indicadores dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Considerámos pertinente desenvolver todo o quadro de indicadores deste documento internacional para que possamos compreender como é avaliada a pobreza em termos de Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, permitindo-nos analisar os referidos objectivos e indicadores.

Actualmente, a fome afecta mais de mil milhões de pessoas no mundo – um sexto da população mundial – e o fenómeno tem vindo a piorar, é o alerta é dado pela FAO. E de acordo com Jacques Diouf, director-geral da FAO classifica de “intolerável” o facto de, entre 2008 e 2009, mais 100 milhões de pessoas se tenham juntado à multidão de subnutridos⁶.

Acrescenta, dizendo que temos meios económicos e técnicos para fazer a fome desaparecer, o que falta é vontade política para a erradicar», acusou Diouf, durante uma apresentação, em Roma, do relatório da FAO sobre a subnutrição no mundo. Segundo o director-geral da FAO, a nível global, a maioria dos atingidos está na região da Ásia-Pacífico, onde foram detectados 642 milhões de vítimas da fome. Segue-se a África subsaariana, com 265 milhões e a América Latina, com 53 milhões.

A pobreza extrema que atinge milhões de seres humanos, especialmente nos países em desenvolvimento, representa uma perda irreparável no potencial das respectivas sociedades, na medida em que as impede na criação de riqueza. De entre vários países, Moçambique enquadra-se nesta realidade e é considerado um dos países mais pobres do mundo.

Com o objectivo de reflectir sobre as questões do desenvolvimento, de forma a definir um modelo de desenvolvimento mais justo e equilibrado, tem vindo a ser desenvolvidas inúmeras iniciativas por parte da comunidade internacional, com a finalidade de as regiões mais pobres poderem beneficiar um pouco das vantagens do mundo globalizado. A redução do fosso entre os países desenvolvidos e os países mais pobres tornou-se, assim, o desafio mais importante no quadro da cooperação para o desenvolvimento.

⁶ Retrato num artigo do Jornal OJE, em 14 de Outubro de 2009.

As Nações Unidas que tem por missão a manutenção da paz, a democracia e os direitos humanos sejam uma realidade para as sociedades. Enquanto que nas décadas de 60, 70 e 80, os trabalho das Nações Unidas para o desenvolvimento se concentrava, principalmente, no crescimento económico, actualmente, o seu trabalho tem vindo a promover o bem-estar da humanidade e a erradicação da pobreza como o último fim do desenvolvimento do mundo.

Assim, em Setembro de 2000, na Cimeira do Milénio das Nações Unidas, os dirigentes mundiais comprometeram-se a atingir um conjunto de objectivos e metas reunidos na *Declaração do Milénio*, que foi subscrita por 191 países. Até 2015 o assumir destes objectivos como prioridades guiará um conjunto de esforços colectivos no sentido do combate à pobreza, como por exemplo a redução de número de pessoas a viver com menos de 1 dólar por dia e, na prossecução de um modelo de Desenvolvimento Sustentável.

A Declaração do Milénio, adoptada em 2000, por todos os 191 Estados Membros da Assembleia-geral das Nações Unidas, veio lançar um processo decisivo da cooperação global no século XXI. Nela foi dado um enorme impulso às questões do Desenvolvimento, com a identificação dos desafios centrais enfrentados pela Humanidade no limiar do novo milénio, e com a aprovação dos denominados Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (MDGs) pela comunidade internacional, a serem atingidos num prazo de 15 anos.

“Tal como está esclarecido na Declaração do Milénio, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio são pontos de referência do progresso no sentido de uma visão de desenvolvimento, paz e direitos humanos, orientada por certos valores fundamentais...essenciais às relações internacionais no século vinte e um”. (Relatório Desenvolvimento Humano 2003:13).

Os referidos valores fundamentais, tanto na Declaração do Milénio como nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio são: a liberdade, a igualdade, a solidariedade, tolerância, respeito pela natureza, responsabilidade partilhada.

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio⁷ são os seguintes:

Objectivo 1 - Erradicar a pobreza extrema e a fome

Objectivo 2 - Alcançar o Ensino Primário universal

Objectivo 3 - Promover a igualdade de género e dar poder às mulheres

Objectivo 4 - Reduzir a mortalidade das crianças

Objectivo 5 - Melhorar a saúde materna

Objectivo 6 - Combater o HIV/SIDA, malária e outras doenças

Objectivo 7 - Assegurar a sustentabilidade ambiental

Objectivo 8 - Promover uma parceria mundial para o desenvolvimento

Cada um destes objectivos engloba um aspecto ligado à pobreza. Deste modo, os *Objectivos de Desenvolvimento do Milénio* devem ser analisados em conjunto, pois cada um dos objectivos reforça o outro e, para atingir um desenvolvimento humano sustentável dependerá dos progressos de cada um dos objectivos.

Para melhor cumprimento destes objectivos, foram ainda estabelecidas **metas**, com vista a possibilitar o acompanhamento dos progressos efectuados na sua concretização.

Objectivo 1 - Erradicar a Pobreza Extrema e a Fome

Meta 1	Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção de pessoas cujo rendimento é menor que 1 dólar por dia.
Meta 2	Alcançar o pleno emprego e assegurar que todas as pessoas, incluindo as mulheres e os jovens, consigam encontrar um trabalho digno e produtivo.

⁷ Os objectivos de desenvolvimento do Milénio encontra-se aprofundado no site www.un.org/millennium.goals

Meta 3	Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção de pessoas que sofrem de fome.
-------------------------	--

Objectivo 2 – Alcançar o Ensino Primário Universal

Meta 4	Garantir que até 2015 todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino primário.
-------------------------	--

Objectivo 3 – Promover a Igualdade de Género e dar Poder às Mulheres

Meta 5	Eliminar a disparidade entre os sexos no ensino primário e secundário, se possível até 2005, e em todos os níveis de ensino, o mais tardar até 2015.
-------------------------	--

Objectivo 4 – Reduzir a Mortalidade Infantil

Meta 6	Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade de menores de cinco anos.
-------------------------	--

Objectivo 5 – Melhorar a Saúde Materna

Meta 7	Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade de menores de cinco anos.
Meta 8	Alcançar, até 2015, o acesso universal à saúde reprodutiva.

Objectivo 6 – Combater o VIH/SIDA, Malária e outras Doenças

Meta 9	Deter e começar a reduzir a propagação de VIH/SIDA, até ao ano de 2015.
Meta 10	Alcançar até 2010, o tratamento universal para HIV / SIDA para todos aqueles que precisam.
Meta 11	Deter e começar a reduzir até 2015 a incidência da malária e outras doenças.

Objectivo 7 – Assegurar a Sustentabilidade Ambiental

Meta 12	Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas dos países e inverter a actual tendência para a perda de recursos ambientais.
Meta 13	Reduzir a perda de biodiversidade, até 2010, alcançar uma diminuição significativa da taxa de perda.
Meta 14	Reduzir para metade, até 2015, a percentagem da população sem acesso permanente a água potável e saneamento básico.
Meta 15	Melhorar consideravelmente, até 2020, a vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados.

Objectivo 8 – Promover uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento

Meta 16	Satisfazer as necessidades especiais dos países sem litoral e dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.
--------------------	--

Meta 17	Continuar a desenvolver um sistema comercial e financeiro multilateral aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório. Satisfazer as necessidades especiais dos Países Menos Avançados
Meta 18	Tratar de forma integrada o problema da dívida dos países em desenvolvimento, através de medidas nacionais e internacionais, de forma a tornar a sua dívida sustentável a longo prazo.
Meta 19	Em cooperação com as empresas farmacêuticas, proporcionar o acesso a medicamentos essenciais a preços acessíveis, aos países em desenvolvimento

O tema pobreza não é assunto novo na história humana. A novidade é a sua redução ter se transformado em uma das metas do milénio para a humanidade e estar, pelo menos enquanto retórica, no centro das atenções das instituições multilaterais e da maioria das autoridades governamentais. Não iremos entrar em pormenor nem desenvolver cada objectivo, na medida em que todas elas no seu conjunto, complementam-se, e com uma finalidade, a erradicação da pobreza, com vista a alcançar um desenvolvimento humano sustentável. Neste sentido iremo-nos debruçar sobre a pobreza, primeiro Objectivo do Desenvolvimento do Milénio.

O que está em causa não é a perda da biodiversidade onde as espécies vão ficando em extinção, ou a devastação de florestas, não é a questão das águas poluídas ou do ar poluído por causa das indústrias e fábricas que poluem o ambiente, ou mesmo o hidróxido de carbono dos automóveis que acelera os gases com efeito de estufa, o que está em causa são vidas humanas, é a pobreza, a fome, a exclusão e é a morte prematura de milhares de pessoas que não tem por vezes nem uma refeição por dia.

Desde logo, será necessário definir um conceito de pobreza que foque a condição específica dos pobres e ajude assim a identificá-los.

O que significa ser pobre?

O significado do que é pobreza, assim como a forma da sua medição e avaliação são aspectos que dividem os estudiosos.

A pobreza é vista como uma questão de privação, afectando o bem-estar das pessoas. As privações de que sofrem os indivíduos em condição de pobreza são variadas e podem ser analisadas sob diferentes pontos de vista. O objectivo não é fazer um estudo sobre pressupostos teóricos da pobreza, mas sim abordar o aspecto da privação para caracterizar a pobreza, nomeadamente necessidades nutricionais mínimas para a manutenção da eficiência meramente física e psíquica, como um dos elementos a ter em conta na análise da pobreza. Entretanto, a pobreza pode implicar a privação de um conjunto mais vasto de necessidades básicas ou mínimas que devem ser identificadas.

Ravallion (1992) considera que a pobreza está associada ao facto de, numa determinada sociedade, as pessoas não serem capazes de atingir o nível material e de bem-estar assumido como o mínimo razoável nessa sociedade. Defende assim um estudo da pobreza a partir da renda, que a considera uma boa medida de avaliação de oportunidades de consumo.

A concepção da pobreza baseada no aspecto material é também vista por grande parte das organizações internacionais.

“Entende-se como pobre, todo aquele que vive numa situação de privação permanente da satisfação das suas necessidades básicas, bem como as do seu agregado familiar, tais como saúde, segurança alimentar, habitação, saneamento básico, água potável, etc., e ainda de acesso à educação, à informação, à participação social e a um rendimento que confere a si e ao seu agregado familiar um modo de vida durável” (ACEP, 2000:38).

Contudo, o estudo da pobreza a partir da renda levanta um debate teórico. Na perspectiva do Desenvolvimento Humano, a pobreza vista como uma negação de escolhas e de oportunidades para uma vida mais aceitável (PNUD, 1997). James Speth, no Relatório do Desenvolvimento Humano de 1997, considera que a pobreza tem muitas facetas e que é mais do que uma questão de baixa renda, pois reflecte um problema de educação e saúde escassos, privação de conhecimento e de comunicação, falta de condições para exercer os direitos humanos e políticos, ausência de dignidade, confiança e respeito próprio.

Já Marc Wuyts (2004) sugere dicotomias conceptuais no tratamento da pobreza. A primeira: A pobreza como insuficiência de recursos ou como produto de desigualdades sociais e, a segunda: A pobreza como um “estado” em si ou comum processo.

A pobreza como insuficiência de recursos, significa analisar a pobreza enquanto que um problema de insuficiências que caracteriza os indivíduos de baixa renda e como produto de desigualdades sociais, significa considerar o contexto das desigualdades internas resultantes da interacção social entre as pessoas.

Pobreza como um “estado em si”, significa falta de dinheiro, viver abaixo do limiar de pobreza, necessitar de ajuda, ser excluído e não ter poder ou seja, pobreza como uma condição específica de vida num dado momento.

Finalmente, como um processo significa centrar-se nos processos de empobrecimentos existentes numa sociedade.

De acordo com o estudo empírico realizado por Cavendish (1999b), sobre a relação entre a pobreza rural e degradação ambiental, o autor identifica na África, uma contribuição dos recursos naturais na composição da renda dos agricultores, bem como a importância que esses recursos têm em várias actividades exercidas pelos pobres. Os resultados do estudo, mostram que os pobres são mais dependentes dos recursos naturais do que os ricos, ou seja, a parcela da renda que advém da exploração desses recursos diminui quando a renda agregada aumenta. Contudo, os ricos são os que mais utilizam o meio ambiente, de forma quantitativa, isto é, embora os pobres necessitem mais dos recursos naturais para sobreviver, os ricos exploram quantidades muito superiores às quantidades utilizadas pelos agricultores pobres.

Segundo Cavendish (1999b), a procura dos recursos naturais é afectada diferentemente pelas mudanças na renda. Diferentes variáveis socioeconómicas (sexo, idade, composição familiar) afectam o uso do recurso, levando a diferentes padrões de utilização, ou “diferentes agricultores usam diferentes recursos por diferentes razões e em diferentes épocas”.

Deste modo, o argumento de que a quantidade crescente da procura dos recursos naturais e a utilização desses recursos, causam degradação ambiental, e que a pobreza é a maior causa da degradação ambiental, é afastada na medida em que não foram tomados em

conta os variáveis socioeconómicos, como o sexo, a idade e composição familiar que afectam o uso dos recursos.

A multidimensionalidade do conceito da pobreza e do meio ambiente, permite constatar de que generalizar a pobreza como maior causa de degradação ambiental e, que a relação entre ambas acontece sob forma de uma armadilha ou de um círculo vicioso, pode ser prejudicial na busca do Desenvolvimento Sustentável.

IUCN (2003: 8), a multidimensionalidade da condição de pobreza deve ser levada em consideração ao analisar-se a relação entre essa condição e a degradação ambiental, já que “a pobreza é um conceito complexo e não pode ser precisamente mensurada e entendida por índices estatísticos como a linha de pobreza”.

Contudo os estudiosos são unânimes de que o problema da pobreza está associado a insuficiências.

De modo geral, o estudo da pobreza é adoptado o critério de medições de limites de linhas de pobreza a partir do nível de renda e a produção de riqueza do total da população. Mas a pobreza não é somente uma questão quantitativa, é também qualitativa, tendo em atenção a diversidade humana. Portanto a pobreza pode ser entendida como um estado de penúria, carência de oportunidades e capacidade para obter o mínimo para realização de algumas necessidades elementares, tais como: nutrição, lazer, saúde, educação, moradia digna, família, participação nas decisões políticas. Ou seja, as capacidades individuais correspondem às liberdades substanciais que permitem a um indivíduo seguir o tipo de vida que considera mais adequado para si próprio.

Segundo o autor, a pobreza e as privações devem ser entendidas tendo em conta a existência real que levam as pessoas e as liberdades das quais elas desfrutam. É neste sentido que é fundamental desenvolver as capacidades humanas, a favorecer directamente e indirectamente o enriquecimento das vidas humanas e a redução das privações.

“É um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Nesta abordagem, a expansão da liberdade é considerada (1) o fim primordial e (2) o principal meio do desenvolvimento. Podemos chamá-los, respectivamente, ‘papel constitutivo’ e o ‘papel instrumental’ da liberdade no desenvolvimento. O papel constitutivo relaciona-se à importância da liberdade substantiva no enriquecimento da vida humana. As liberdades

substantivas incluem capacidades elementares como, por exemplo: ter condições de evitar privações como a fome, a subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura, bem como as liberdades associadas a saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão etc. Nessa perspectiva constitutiva, o desenvolvimento envolve a expansão dessas e de outras liberdades básicas: é o processo de expansão das liberdades humanas, e sua avaliação tem de basear-se nessa consideração.” (Sen, 1999:52).

Seguidamente, esclarece:

“Nas visões mais estreitas de desenvolvimento (...), é comum indagar se a liberdade de participação e disseminação política é ou não conducente ao desenvolvimento”. À luz da visão fundamental do desenvolvimento como liberdade, essa questão parecia mal formulada, pois não considera a compreensão crucial de que a participação e a dissensão política são partes constitutivas do próprio desenvolvimento. Mesmo uma pessoa muito rica que seja impedida de expressar livremente ou de participar de debates e decisões públicas está sendo privada de algo que ela tem motivos para valorizar. (...) Essa consideração fundamental é distinta do argumento “instrumental” de que essas liberdades e direitos também podem contribuir muito eficazmente para o progresso económico.” (Sen, 1999:53).

A pobreza é um fenómeno multidimensional provocada essencialmente por factores históricos. África começou mal, e África está mal. Quando numa corrida o atleta inicia mal a partida, mesmo que seja por uns segundos, provavelmente esse atleta ficará nos últimos lugares.

Deste modo Barbier (2000) diz que, a vida económica de muitos pobres rurais parece ser directamente dependente da exploração de terras, as quais são altamente vulneráveis á degradação. A pobreza extrema desses agricultores influencia suas habilidades e disposições de controlar a degradação das terras e, para o autor, o pobre está na África, convertendo terra para subsistência, fazendo com que a pobreza rural tenha um papel significativo na degradação do meio ambiente.

Entretanto, segundo um Relatório da ONU, (Organizações das Nações Unidas), a erradicação da pobreza, para metade até 2015, não está caminhando como o esperado. Especialistas prevêem que se o progresso continuar como caminha hoje, será preciso pelo menos cem anos para que as metas sejam cumpridas.

Além do número de famintos no mundo, a ONU alerta para o problema da “fome escondida”. Ou seja, mesmo não passando literalmente fome, as pessoas são malnutridas porque sua dieta não possui os elementos necessários para uma vida saudável, atingindo especialmente mulheres e crianças.

Capítulo II – Ambiente e Sociedade

2.1 - Tomada de Consciência da Problemática Ambiental

Neste capítulo iremos abordar a questão ambiental, considerando o meio ambiente como factor condicionante do crescimento económico e parte integrante para um desenvolvimento sustentável, na medida em que deve-se promover a sua preservação para que as gerações futuras também possam usufruí-lo.

O evoluir das sociedades eleva a interacção e a dependência do indivíduo sobre o ambiente para o desenvolvimento das actividades culturais, política e económica, interferindo de forma directa ou indirecta sobre o meio ambiente. O indivíduo face ao ambiente actua sob a forma de cidadão, consumidor e institucionalmente em que as funções poderão decorrer em simultâneo interferindo de forma directa ou indirecta sobre o meio ambiente.

Durante muitos séculos o meio ambiente foi visto apenas como uma fonte supridora de matérias-primas para as actividades económicas. Acreditava-se que os recursos naturais eram inesgotáveis, e que o crescimento económico poderia continuar nas mesmas proporções sem preocupar-se com os stocks de recursos (Oliveira, 2004). Num passado não muito distante, a economia renegava a questão ambiental, actualmente, diante dos efeitos negativos cada vez mais visíveis causados pelas actividades económicas ao meio ambiente, esta tem incorporado as variáveis ambientais como dimensão importante dos modelos económicos vigentes.

Países desenvolvidos e em desenvolvimento sentem-se ameaçados pelo ambiente; enquanto os países desenvolvidos mostram-se preocupados com a escassez dos recursos, os países em desenvolvimentos reivindicam o seu momento de crescimento económico.

A problemática da sustentabilidade assume neste novo século um papel central na reflexão sobre as dimensões do desenvolvimento e das alternativas que se configuram.

O quadro sócio-ambiental que caracteriza as sociedades contemporâneas revela que o impacto dos humanos sobre o meio ambiente tem tido consequências cada vez mais complexas, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos.

Foi no final dos anos 60 que ocorreram várias catástrofes ecológicas de grande dimensão que iria mudar a consciência humana no que diz respeito ao seu meio ambiente. Um acidente historicamente relevante. Em Maio de 1967, o petroleiro Torrey Canyon afunda-se, ocasionando um derrame da sua carga, poluindo as costas Francesas, Belgas e Britânicas, numa extensão de largas dezenas de quilómetros, obrigando ao homem a encontrar uma resposta. Deste modo, deu origem nos finais dos anos 60, a um debate político e social sobre a protecção do meio ambiente e dos direitos do Homem, numa Conferência Internacional dos Direitos do Homem.

Com a deterioração dos valores naturais do planeta e o aumento da poluição, a humanidade começa a ver ameaçado o mais primário dos seus direitos, o direito à existência. Estabelece-se a tomada de consciência da relação directa entre a vida, qualidade desta, saúde e ambiente.

Em 1968, a Assembleia Geral das Nações Unidas, exprime a sua inquietação no tocante às repercussões das mudanças súbitas do meio sobre a condição do homem, o seu bem-estar físico, mental, social e a possibilidade que lhe é dada de usufruir dos seus direitos fundamentais. No mesmo ano, assiste-se à convocação pela Assembleia-geral das Nações Unidas, da Conferência Internacional dos Direitos do Homem (Teerão, 1968) onde se apelava já a um equilíbrio entre o progresso técnico-científico e a elevação intelectual, espiritual, cultural e moral da humanidade, a Assembleia da ONU chamou à atenção para a interdependência entre a protecção do ambiente e os direitos do homem.

Começa então a haver uma maior produtividade legislativa e conventual de protecção dos recursos naturais, tendo o direito surgido como um meio de combate à poluição, privilegiando-se uma intervenção de carácter sancionatório.

Já, a década de 1970 foi marcada pela formação de diversas organizações internacionais, com a finalidade de discutir os problemas ambientais em âmbito mundial.

Surge no meio político a preocupação com os recursos naturais. Segundo Camargo (2005:47), “neste mesmo período ocorreram à emergência e expansão das agências estatais de meio ambiente, que também aumentaram as actividades de regulação e de controlos ambientais”.

2.2- Evolução do Direito e da Política do Ambiente

O primeiro período do Direito do Ambiente foi no início de século XIX até aos anos 60 e, caracterizava-se pela preocupação de assegurar uma utilização não conflituosa dos recursos naturais, que começavam a ser disputados como factores de produção ou como bens de consumo, como por exemplo, a água.

O processo de criar leis internacionais é menos certo e mais variado que os procedimentos encontrados nos sistemas legais nacionais ou comunitários. Contudo, ele situa-se, com excepção de alguns países, logo abaixo da Constituição e daí a sua importância.

Foram feitos acordos através de Tratados e Convenções, criaram normas onde vinculavam apenas os estados e as organizações que os aceitavam.

Os tratados são acordos governados por lei internacional e firmados entre estados ou entre estados e organizações internacionais. Tradicionalmente, os tratados são negociados e concluídos em conferências convocadas e albergadas por um Estado. Modernamente a maioria dos tratados são projectados e adoptados nas malhas de uma organização internacional, como as Nações Unidas ou o Conselho da Europa.

Após a segunda Guerra Mundial, começaram a surgir em maior número, convénios relativos a questões que hoje não hesitamos em designar de ambientais, como sejam a protecção de espécies e a protecção de cursos de água internacional, como por exemplo, a Convenção que criou a União Internacional para a Conservação da Natureza, (Fontaineblau, 1948)

O ano de 1968 é apontado como um ano charneira, onde se menciona expressamente esta relação a resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, na qual este órgão exprime a sua inquietação no tocante às repercussões das mudanças súbitas do

meio sobre a condição do homem, o seu bem-estar físico, mental, social e a possibilidade que lhe é dada de usufruir dos seus direitos fundamentais.

A Conferência da Suécia vinca o imperativo da utilização racional dos recursos, por a evitar malefícios gravosos que afectem os ecossistemas, pela sua exploração excessiva e irracional. Isto para manter a capacidade produtiva da Terra e para protecção da Natureza em si, mormente a fauna e a flora e evitando o esgotamento de recursos não renováveis. Ela responsabiliza os governos pela preservação e melhoria do ambiente,

Com grandes reuniões planetárias debruçadas sobre o ambiente, podemos afirmar que nasceu uma nova idade, em que o ambiente ganha uma dignidade constitucional, havendo países a assumir o ambiente como direito fundamental dos cidadãos.

Capítulo III - Educação Ambiental: Novos fins para educação

Neste capítulo iremos abordar a educação tida como o maior recurso de que se dispõe para enfrentar essa nova estruturação do mundo, na mudança comportamental dos cidadãos e consciência em relação ao ambiente.

“ (...) A médio e longo prazos, a chave central desse futuro sustentável da política de ambiente passa, sem nenhuma dúvida pelo entendimento da Educação Ambiental como elemento decisivo da competência cívica do nosso tempo: nos dias que correm não se pode ser cidadão sem algumas competências ambientais mínimas. Trata-se de uma nova forma de alfabetização. Essas competências que hoje se afirmam e desenvolvem nas escolas, no trabalho muitas vezes silencioso e invisível de animadores culturais, de professores, de organizações não governamentais, são tão fundamentais como o foram e sempre serão o ler, o escrever e o contar.” (Viriato Soromenho-Marques, O Futuro Frágil, 1998:104).

A necessidade de uma mudança radical nos sistemas de conhecimento, dos valores e do comportamento é urgente, sem o qual, não é possível resolver os crescentes complexos problemas ambientais e reverter as suas causas (Leff 2001).

Como já foi referido nos capítulos anteriores, a noção de desenvolvimento a partir da segunda metade do século XX apoiava-se numa visão positivista, guiada pela confiança no progresso ilimitado através da industrialização. Acreditava-se que o bem-estar social

seria consequência directa do crescimento económico. Dada a incapacidade de resposta aos problemas sociais e ambientais que se agravavam, a partir da década de 70 este modelo de desenvolvimento começa a ser questionado. Deste modo, houve a necessidade de implementação de novos modelos de desenvolvimento baseados na sustentabilidade humana. Esta abordagem, centrada no próprio ser humano, substitui a ideia de valorização de recursos para o crescimento económico, dando lugar à valorização pessoal baseada na liberdade de escolha.

Nesta perspectiva, e tendo em conta o contexto de globalização que caracteriza as nossas sociedades, o desenvolvimento terá de ser não apenas desenvolvimento económico, mas desenvolvimento social, cultural e pessoal.

O surgimento de organizações internacionais, favoreceram a criação de fortes espaços de referência para a formulação de políticas educativas, mais precisamente em relação ao chamado Terceiro Mundo. Estas organizações baseadas nas Teorias do Capital Humano, sustentavam uma ideia de educação como forma de suportar uma modernização das sociedades.

Com a constatação do fosso cada vez maior entre o primeiro e o terceiro mundo a partir dos anos 60, começaram a ser criticados os discursos técnicos produzidos por estas organizações, que eram apoiadas em teorias exclusivamente económicas e, com base em análises quantitativas. Por outro lado, na educação, criticava-se a ideologia funcionalista que estava na base da maioria das práticas comparativistas.

A educação, no contexto de um modelo de Desenvolvimento Sustentável assente no Desenvolvimento Humano, assume uma função fundamental. O papel que desempenhava a educação como instrumento de produção de meios tecnológicos que servissem o modelo económico, dá lugar ao paradigma da aprendizagem ao longo da vida. Este paradigma, confere a pessoa humana o papel central de todo o processo de desenvolvimento.

Deste modo, a Educação assume um novo papel, que passa a ter um carácter contínuo por poderem ocorrer ao longo da vida e em vários contextos, que não apenas a escola. A educação, torna-se assim, o principal meio de formação pessoal ao longo da vida sendo “ao mesmo tempo motor do emprego, motor do desenvolvimento, mas também a sua finalidade” (Ambrósio, 1998: 11).

É neste sentido que o Desenvolvimento Humano é considerado como a possibilidade de todos os cidadãos construírem uma sociedade mais evoluída e mais justa e de desenvolverem o seu potencial humano com menor grau possível de privação ou exclusão. A sociedade poderá usufruir colectivamente do mais alto grau e capacidade humana.

Sendo o princípio fundamental do capitalismo a maximização do lucro privado, as políticas neoliberais resultaram, segundo Dave Hill (2003:28), “numa perda de equidade e da justiça económica e social; numa perda de democracia e da responsabilidade democrática; numa perda de pensamento crítico dentro de uma cultura de desempenho”.

Importa-nos destacar/abordar as teorias que defendem a Educação como o principal meio para transformar a sociedade, perspectivando uma maior justiça social. Dentro destas teorias temos:

- *Teorias Personalistas* (C. Rogers), também chamadas de *Teorias Humanistas*, como sendo teorias de carácter libertário apoiadas essencialmente na noção de sujeito, de liberdade e autonomia, onde a pessoa deve ser sujeito da sua própria educação utilizando as suas energias interiores.
- As Teorias Sociais (Bertrand) definiram as teorias educativas como sendo teorias que defendem o princípio de que a Educação deve ser um meio de resolução dos problemas sociais, culturais e ambientais, preparando os alunos para a resolução desses problemas. Para os autores destas teorias, a educação participa na transformação do real, e educar é favorecer a emergência de novos fenómenos de transformação do real.

Jacques Grand'Maison propõe uma teoria da educação enraizada no concreto e no real. Na opinião deste autor, o mundo industrializado gerou uma escola baseada em modelos instrumentais, onde os fins se estabelecem em proveito do lucro.

Ainda nas Teorias Sociais, Bertrand refere a Teoria da ecossociedade, baseada numa nova economia de equilíbrio para melhor responder às necessidades humanas, assegurando a evolução e segurança do sistema social, em equilíbrio com a natureza e a Teoria

Complexa da Educação (Bertrand 2001:190), que define que os sistemas cognitivos evoluem da mesma forma que os sistemas humanos, o que implica uma atitude dinâmica.

Estas *Teorias Sociais* da educação, insistem no carácter fundamentalmente social da educação, que deve preparar os alunos para a resolução dos problemas da sociedade. Os autores defensores destas teorias defendem que é urgente e necessário assumir uma consciência ecológica de solidariedade, e para isso assumir o controlo da evolução do mundo. Assistimos à emergência de novos paradigmas que suportam a definição de novas metas e objectivos.

Licínio Lima (2002:21) defende a Educação ao longo da vida, que não deve ter como fim exclusivo a produção de Capital Humano para responder aos desafios de um mercado económico competitivo, mas sim, que a educação é um processo de desenvolvimento das capacidades do próprio indivíduo ao longo de toda a sua vida, alargando deste modo o conceito de educação a todos os espaços e contextos. De acordo com Tomás Patrocínio (2002:67), “esta perspectiva de educação e de aprendizagem ao longo da vida em termos individuais implica uma postura de inquietação permanente perante a vida, uma assunção dos nossos limites, da nossa incompletude, do nosso inacabamento.”

A comunidade internacional cada vez mais defende que a educação desempenha um papel fundamental na promoção do desenvolvimento Sustentável, no sentido em que proporciona às pessoas as capacidades necessárias para poderem abordar as questões do ambiente e do desenvolvimento. Falamos de uma educação que deve abordar a dinâmica do desenvolvimento tanto na sua dimensão física e biológica, como na sua dimensão socioeconómica, e na sua dimensão humana e espiritual.

É neste sentido que o Relatório Mundial da Educação da Unesco (2000:126), refere que a educação para a paz, para os direitos humanos e para a democracia, bem como a educação para o desenvolvimento são vistos como tendo o mesmo fim.

A falta de responsabilidade da população, verifica-se principalmente pela desinformação e falta de consciência ambiental e de um deficit de práticas comunitárias, baseadas na participação e no envolvimento dos cidadãos, que proponham uma nova cultura de direitos baseada na motivação e na co-participação da gestão ambiental.

A educação ambiental assume cada vez mais uma função transformadora, na qual a responsabilização dos indivíduos torna-se um objectivo essencial para promover um novo tipo de desenvolvimento – o desenvolvimento sustentável. Entende-se portanto, a educação ambiental, como sendo a condição necessária para modificar um quadro de crescente degradação sócio-ambiental. O educador deve ter a função de mediador na construção de referenciais ambientais e saber usá-los como instrumentos para o desenvolvimento de uma prática social centrada no conceito da natureza.

A relação entre meio ambiente e educação para a cidadania, assume um papel cada vez mais desafiador, no sentido de, formular uma educação ambiental que seja crítica e inovadora, em dois níveis: formal e não formal. Assim a educação ambiental deve ser acima de tudo um acto político voltado para a transformação social. A sua acção deve buscar uma perspectiva que relaciona o homem, a natureza e o universo, tendo em conta que os recursos naturais se esgotam e que o principal responsável pela sua degradação é o homem.

Para Sorrentino (1998), os grandes desafios para os educadores ambientais são, de um lado, o resgate e o desenvolvimento de valores e comportamentos (confiança, respeito mútuo, responsabilidade, compromisso, solidariedade e iniciativa) e de outro, o estímulo a uma visão global e crítica das questões ambientais e a promoção de um enfoque interdisciplinar que resgate e construa saberes.

Quando nos referimos à educação ambiental, colocamo-la num contexto mais alargado, o da educação para a cidadania, onde cada pessoa deverá ser portadora de direitos e deveres e tornar-se em um actor responsável na defesa da qualidade de vida.

Parafraseando Reigota (1998:43), podemos dizer que a educação ambiental na escola ou fora dela, continuará a ser uma concepção radical de educação, não porque prefere ser a tendência rebelde do pensamento educacional contemporâneo, mas sim porque nossa época e nossa herança histórica e ecológica exigem alternativas radicais, justas e pacíficas.

As organizações internacionais constroem e sustentam estas novas concepções e aprendizagens. Por exemplo, o Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, coordenado por Jackques Delors (1996:11), refere que o papel da Educação é

essencial no desenvolvimento contínuo, tanto das pessoas como das sociedades, sendo esta a via que conduz a um desenvolvimento humano mais harmonioso que possa fazer face aos graves problemas com que as sociedades hoje se debatem, como a pobreza, a exclusão social, etc.

A Educação teve, assim, um enorme desenvolvimento, através das actividades desenvolvidas pelas organizações internacionais que, basicamente, serviram apenas para as os governos dos vários países legitimarem as suas políticas.

PARTE II

ESTUDO DE CASO: O CASO DE MOÇAMBIQUE (1998-2008)

Capítulo IV – Realidades Moçambicanas

Neste primeiro capítulo da segunda parte deste trabalho, irei abordar o estudo de caso de Moçambique na perspectiva do “Desenvolvimento Sustentável e Pobreza”, procurando analisar a relação entre o ambiente, o social e o económico, pilares fundamentais e interligados para que se possa atingir um desenvolvimento sustentável. Neste sentido, o estudo será mais direccionado para a dimensão social, económica e ambiental, a fim de se saber se é possível alcançar uma harmonia entre estas três dimensões.

Figura 4.1 – Mapa de Moçambique



Fonte: Google [on-line], Março, 2009,
http://farm4.static.flickr.com/3093/2289175079_6830dbf164.jpg

Disponível em

4.1 – Posição Geográfica

Moçambique é um país da África Austral que se situa entre a foz do Rio Rovuma e a República da África do Sul, fazendo fronteira com a República da Tanzânia, a Norte, Malawi, Zâmbia, África do Sul e Swazilândia, a Ocidente, República da África do Sul a Sul, banhado pelo Oceano Índico em toda a sua extensão a Leste. Ocupa uma área de cerca de 799.380 km².

Ao longo da costa existem numerosas ilhas, nomeadamente o arquipélago das Quirimbas, na província de Cabo Delgado, a Ilha de Moçambique, e, as ilhas de Goa e Sena na província de Nampula, o arquipélago de Bazaruto, em Inhambane, as ilhas de Inhaca, Elefantes e Xefina na província de Maputo.

Moçambique conquistou sua independência de Portugal em 1975. Mas, cinco anos depois, mergulha numa guerra civil que só terminou em 1992, com a assinatura de um acordo de paz entre as duas forças adversárias: a RENAMO e a FRELIMO – que ficou com o poder.

O país caracteriza-se por um clima predominantemente tropical húmido, com duas estações: fresca e seca e quente e húmida. Com efeito, durante a maior parte do ano o tempo é dominado por um sistema de altas pressões que se mantém sobre a zona sul do Planalto Africano, enquanto que as massas de ar NE e SE provenientes do Oceano Índico geram precipitações durante os meses de Outubro a Março, sendo as chuvas mais intensas no período Dezembro-Fevereiro. Toda a linha de costa recebe cerca de 800-900 mm de precipitação por ano, tendo quatro focos húmidos adicionais nas zonas do litoral SO e NE.

A sul do País a precipitação é relativamente elevada no litoral, de onde decresce rapidamente em direcção às zonas do interior, aumentando depois nas encostas das montanhas dos Libombos, nas fronteiras ocidentais. O interior da província de Gaza, região fronteiriça com a África do Sul e Zimbabwe, é árido. É na província de Gaza que se localiza Pafuri, um dos pontos mais secos do País (com precipitação média anual da ordem dos 300 mm).

O norte é, de um modo geral, mais húmido que o Sul, com a excepção do Vale do Baixo Zambeze, na Província de Tete que, recebe menos de, 600 mm por ano. É notória

uma gama de focos bastante húmidos ao longo da fronteira ocidental, nas encostas mais elevadas das montanhas que se encontra na fronteira com o Zimbabwe.

Existe uma relação estreita entre as vastas zonas ecológicas e a precipitação. As regiões que recebem acima de 2.000 mm/ano são caracterizadas por florestas densas, havendo um decréscimo da precipitação na gradação entre a savana húmida e a savana árida.

O relevo moçambicano é constituído por planícies, planaltos e montanhas; do litoral para o interior o relevo vai de planície a montanha mas nalguns casos as montanhas ocorrem em plena planície.

A planície ocupa cerca de 1/3 do território nacional, aproximadamente 250.000 km² ao longo do litoral desde a foz do rio Rovuma até à ponta do Ouro. A maior extensão encontra-se nas províncias de Sofala, Inhambane e Gaza, tornando se cada vez mais estreita quando do se caminha para norte. A planície moçambicana é muito homogénea, sem grandes flutuações: a altitude não ultrapassa os 200 m mas distinguem-se 2 faixas, designadamente uma no litoral tendo como máximo 100 m de altitude e outra a seguir a esta cuja altitude varia de 100 a 200 m.

Os planaltos ocupam no sul apenas uma faixa nas províncias de Maputo e Gaza, ao longo da fronteira com República da África do Sul e o Zimbabwe. A maior extensão está na região norte e centro, donde progridem para a fronteira ocidental. A região planáltica ocupa cerca de 2/3 do território sendo, de vez em quando interrompida por montanhas.

Morfologicamente distinguem-se os planaltos médios cuja altitude varia entre os 250 e os 500 m e os altiplanaltos que possuem entre 500 e 1000 m.

As montanhas não chegam a constituir uma zona contínua e homogénea. As principais formações ocorrem na zona centro e norte do país, erguendo-se na zona planáltica. As principais formações montanhosas estão agrupadas em cadeias montanhosas⁸

⁸ a) Cadeia montanhosa de Maniamba-Amaramba – ocorre no Niassa, ao redor do Lago. Tem na Serra Jéci, com 1.836m dos pontos mais altos.

b) Formações Chire-Namuli – encontra-se na Zambézia, e tem como pontos mais altos o monte Namuli e a Serra Inago, com 2.419m e 1.807m, respectivamente.

Moçambique apresenta uma grande variedade de solos, sob influência das condições geológicas e do tipo de climas característicos do país. A norte, os solos predominantes são argilosos, variando entre franco argilosos – avermelhados que ocupam a maior parte do país, os vermelhos acastanhados profundos com boa permeabilidade e drenagem; e os solos franco argilosos, bastante vulneráveis à erosão

A presença de rochas do Fanerozóico no litoral da zona norte provoca uma alteração dos solos. Aqui predominam os arenosos de dunas costeiras e fluviais, mas existem extensões de solos francos argilosos, arenosos acastanhados ao sul de Tete, prolongando-se ao longo da bacia do Zambeze. No curso médio inferior deste rio os solos fluviais com elevada fertilidade tomam lugar, misturando-se primeiro com os anteriores e tornando-se mais dominantes na costa.

No sul predominam solos arenosos de baixa fertilidade e baixo poder de retenção de água, sendo interrompidos de quando em vez por solos arenosos brancos fluviais e marinhos. Ao longo dos vales dos rios encontram-se solos fluviais de alta fertilidade. Ao longo da fronteira sul e associando-se à cadeia dos Libombos, existem solos delgados e pouco profundos, pouco aptos para agricultura.

4.2 - Caracterização Ecológica

Existe em Moçambique um vasto leque de vegetação. Mais de 5.500 espécies foram registados e, pressupõe-se que o número real é bastante superior. Estima-se que das espécies identificadas, 250 espécies sejam endémicas.

A floresta de Miombo constitui o tipo de vegetação mais vasto e é dominante no norte e centro do país. As espécies dominantes neste tipo de vegetação são *Brachystegia speciformis*, frequentemente misturada com *Jubernardia globiflora*. Vários são os tipos de miombo que ocorrem em Moçambique.

O segundo tipo de vegetação mais extensa, é a floresta de Mopane que ocorre na região do Limpopo-Save e no Vale do Alto Zambeze, sendo dominado pela espécie arbórea *Colophospermum mopane*. Outras três espécies arbustivas comuns incluem *Adansonia digitata* (embondeiro ou baobá) *Albizia quanzensis* (chanfuta) e *Sterculia rogersii*.

Ao longo da fronteira com o Zimbabwe e o Malawi onde as planícies moçambicanas se elevam de uma forma acentuada em direcção à orla ocidental do grande planalto da África Austral, ocorrem pequenas “ilhas” de habitats afromontanos, compreendendo florestas húmidas e pradarias montanhosas. Estas áreas são reconhecidas pelo seu alto nível de biodiversidade e endemismo.

As comunidades halófitas do interior, ocorrem em grande medida no vale de Changwane, um dos afluentes do rio Limpopo. A vegetação é composta por plantas suculentas tais como *Arthocnemum* sp, *Chenolea* e *Salicornia* e matas dispersas de *Atriplex*, *Suaeda*, etc.

Nos vales do Zambeze, Limpopo e Incomati, predominam as formações vegetais de planícies aluvionares. Florestas marginais compostas de espécies fornecedoras de madeira como *Ficus* sp, *Syzigium Cordatum* e *Kigelia* Africana ocorrem ao longo dos bancos imediatos dos rios. Por trás desta zona as planícies são periodicamente inundadas e mal drenadas, caracterizadas por extensas pradarias.

A zona costeira é constituída por um complexo mosaico de diferentes tipos vegetacionais que incluem florestas de dunas, bosques, pradarias, planícies deltaicas de inundação e mangais. As florestas de mangais são floristicamente bem desenvolvidas nas regiões norte e centro e menos no sul.

São reconhecidos vinte e dois tipos vegetacionais, a que correspondem diversos subtipos.

Ecologicamente, Moçambique tem ressentido altos índices de erosão de solos, especialmente nas zonas costeiras, a destruição de mangais, e há indícios de poluição de rios e das águas de estuários e dos portos em alguns pontos da costa Moçambicana. Do ponto de vista ecológico, as cheias, apresentam vantagens e inconvenientes: Se por um lado, aumentam a fertilidade dos solos, reduzem a sua salinidade através da lavagem das incursões salinas nos rios durante os anos das secas, por outro lado, aumentam a erosão, debilitam os recursos humanos através da incidência de doenças, destroem as infra-estruturas económicas e a produção agrícola.

Devido a sua posição geográfica e existência de uma bacia hidrográfica ampla e grande costa marinha e diferentes relevos que lhe confere diferentes climas subtropicais, Moçambique possui uma biodiversidade considerável que faz deste País rico em recursos naturais como o carvão, o titânio, o gás natural, a energia hidroeléctrica, o

tântalo e a grafite. Estima-se que haja 80 milhões de hectares de terra, 20% das quais irrigadas por águas continentais, 13% das quais são parques nacionais e 21% estão cobertos por florestas (República de Moçambique e PNUD 2005). Existem zonas definidas como áreas de reserva e de protecção da flora e da fauna bravia como também áreas de protecção da biodiversidade marinha. Embora o País tenha instituições ligadas à protecção dessas reservas e de ecossistemas marinhos munidos de guardas florestais ou de fiscais florestais, estes não possuem capacidade para controlar na sua totalidade, devido à falta de meios apropriados para tal associados ao grande índice de corrompimento destes por partes de agentes que exploram esta riqueza para próprio benefício.

Moçambique possui também uma biodiversidade marinha ampla. Desta biodiversidade, parte dela serve como fonte de alimentação e de rendimento para o País, com exportações para países o qual não são privilegiados por uma costa marinha ou de fraco recurso marinho. O rio Zambeze, o terceiro maior de África, vindo de outros países de África e desaguando na costa moçambicana, transporta consigo muitos nutrientes para o desenvolvimento de uma grande biodiversidade. Contudo, devido à grande procura deste produto no mercado mundial, faz com que a sua captura seja, em alguns, casos excessiva se tomarmos em conta que hoje em dia os sistemas de pescas estão desenvolvidos, ameaçando algumas espécies de extinção. O sistema de segurança costeira em Moçambique é muito fraca ou inexistente. Hoje o próprio País desconhece quantos navios pesqueiros ilegais se encontram nas águas moçambicanas praticando actividades pesqueiras. Portanto, desconhece a amplitude destruição do ecossistema e da biodiversidade marinha e se por “lapso” se interceptam ilegais a praticarem estas actividades, estes não sofrem nenhuma sanção punitiva, visto que há uma facilidade corromper o sistema de fiscalização.

Mas os ecossistemas moçambicanos são altamente vulneráveis. Durante a última década, diversas partes do país sofreram ou secas severas ou ciclones e cheias devastadores. A acrescer, uma prolongada guerra civil associada a catástrofes naturais têm conduzido ao aumento da população nas zonas urbanas e costeiras, com consequências nefastas para o ambiente, como a desertificação e a poluição das águas superficiais e costeiras.

Em relação à fauna, e tendo em conta que grande parte da população Moçambicana esteja concentrada em Centros Urbanos, (Cidades, Vilas e Localidades) encontramos vastas áreas florestais com muito baixa densidade populacional ou inexistência da população. Hoje essas áreas possuem uma grande diversidade de animais bravios, que foi crescendo durante os últimos 16 anos após o término da guerra fria, tendo em conta que a população que era rural e que fugiu da guerra, hoje se transformou em urbana e nunca mais regressou para suas zonas de origem.

Os parques nacionais e as reservas começam a ter um número considerado de diversidade animal, coisa que já não existia no período da guerra. A flora moçambicana é vasta e diversificada, encontramos biodiversidades diferentes na zona Norte, Centro e Sul do País; da zona costeira possui vastas áreas de planícies e no interior, vastas áreas constituídas por planaltos e montanhas, com temperaturas baixas em relação às zonas costeiras de planície. Encontramos variedades de plantas, desde medicinais a plantas para exploração de madeira de diferentes tipos e, muitas delas de alta qualidade e de muita procura no mercado estrangeiro, tendo como exemplo o pau preto, jambire, chanfuta, pau roza, pau ferro, sândalo, de entre outros.

Moçambique dispõe também um grande potencial turístico. Além da Ponta do Ouro, podemos encontrar um dos mais belos lugares do mundo: o Arquipélago do Bazaruto. Nas cinco ilhas protegidas por um parque nacional temos paisagens impressionantes. Dunas com mais de 60 metros de altura, praias oceânicas, ondas perfeitas e lagoas de água doce que abrigam inocentem aves, perigosos crocodilos, manguezais, savanas, arrecifes submersos onde vivem milhares de espécies de corais, crustáceos, moluscos e peixes que completam o cenário.

4.3 – Caracterização socioeconómica

“A economia cresce e se desenvolve melhor quando a maior parte da população possui as ferramentas para participar e beneficiar do crescimento”.

James D. Woltensoh, 2004

Desenvolvimento não se pode confundir com crescimento económico, este último, constitui apenas a sua condição necessária, porém não suficiente. Em última instância, o desenvolvimento depende de cultura, não se pode limitar unicamente aos

aspectos sociais e à sua base económica, ignorando as relações complexas entre o porvir da sociedade e a evolução da biosfera, ou seja, há desenvolvimento se as populações têm acesso a alimentação adequada, aos recursos naturais, ao emprego e prevalece a equidade. A economia não é a ideia mais ampla de desenvolvimento.

Moçambique parte de um nível de desenvolvimento extremamente baixo, no 172º lugar do Índice do Desenvolvimento Humano (vide ANEXO I), na sequência de um longo período de recessão/estagnação, apenas terminado em meados da década passada.

O crescimento *económico tende a ser positivo e rápido mas insuficiente para produzir sinais* satisfatórios em termos de desenvolvimento social. É de considerar que para além da guerra que destruiu a capacidade produtiva do país, conta-se o fraco poder de investimento privado e público, fraco desenvolvimento do factor humano o que se traduz na fraca produtividade da força de trabalho na agricultura e na indústria.

A recuperação económica de Moçambique pós-guerra, é considerada uma das mais bem sucedidas da África Subsaariana. As taxas de crescimento económico real mantiveram-se elevadas durante vários anos, com uma média de cerca de 8% entre 1997 a 2003, tendo outro indicador macroeconómico (por exemplo, inflação, taxas de juro e dívida) permanecido de forma geral estável. Apesar do encorajador desempenho macroeconómico, Moçambique continua a ser um dos países mais pobres do mundo. Mais de metade da população situa-se abaixo da linha de pobreza nacional.

4.3.1 – Indicadores e Dinâmicas

Tabela 4.1 - Indicadores Sociais de 2007

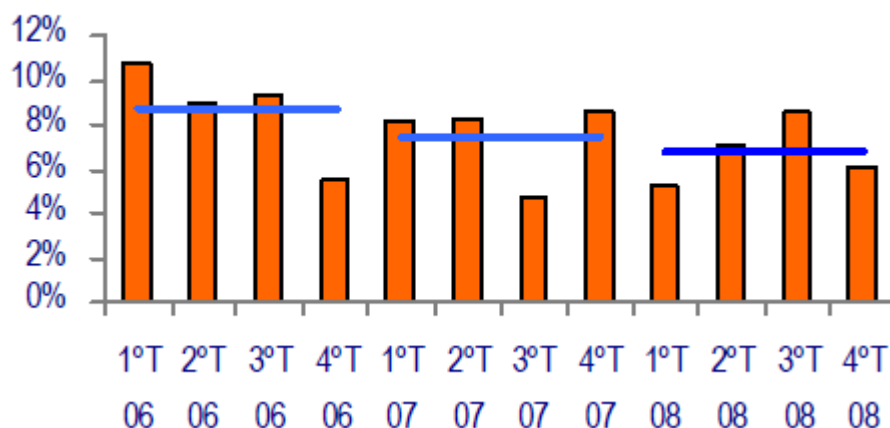
ANO	1977	2007
Taxa de Analfabetismo	60,5%	50,4%
Esperança de Vida	42,3%	49,4%
Taxa de Natalidade (per 1000)		42,2%
Taxa de Mortalidade (per 1000)		16%
Taxa de Mortalidade Infantil (per 1000)	145,7%	118,3%

Fonte: INE, Indicadores sociais 2007

Embora as francas melhorias observadas nos principais índices desenvolvimento, existe a consciência que é preciso actuar de forma muito pró-activa em prol do desenvolvimento e redução da pobreza.

Figura 4.2 – Taxa de Crescimento Real do PIB 2008

Crescimento real do PIB (tvh).



Fonte: BPI. Investimentos-Research- Moçambique.Portugal,BPI 2009. [on-line], Disponível em <<http://www.bpiinvestimentos.pt/Research/research.asp?opc=11>>. acessado em 4 de Abril de 2009.

Nos últimos três anos, o ritmo da economia moçambicana manteve-se confortável, tendo desacelerado de 8,7%, em 2006, para 7,4%, em 2007, e 6,8%, em 2008. Em termos trimestrais, decaiu 2.6 pontos percentuais no último trimestre de 2008, para 6%, enquanto a variação em cadeia medida pelo PIB ajustado a sazonalidade caiu de 2.6% para 1.8%.

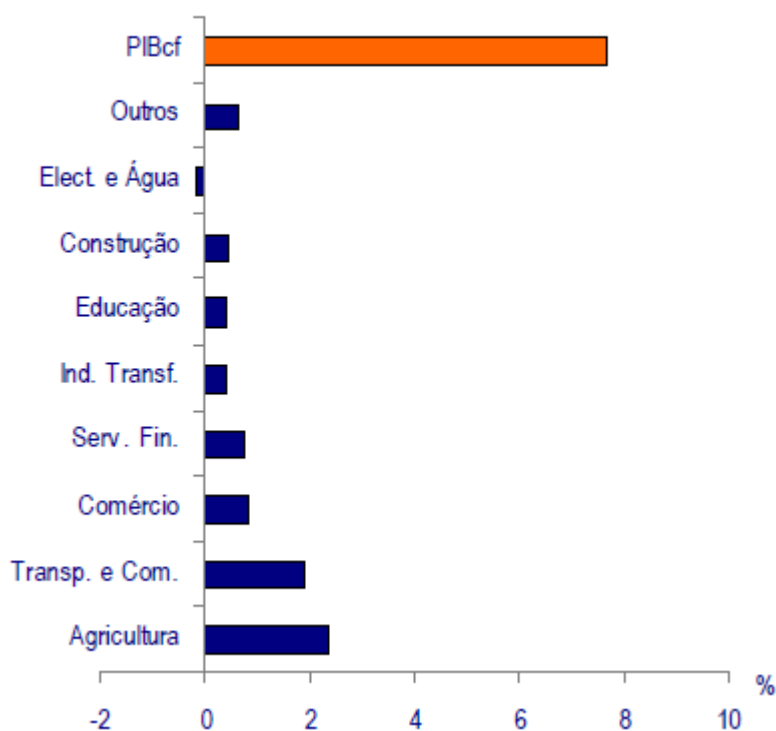
O crescimento real do PIB em 2003 2004 de 7,1 e 7,8 respectivamente, deve-se essencialmente a implementação de indústrias extractivas e manufactureiras de grandes dimensões, designados de (“mega-projectos”), nomeadamente, o gasoduto da Sasol e a expansão de fundição do alumínio Mozal II.

De igual modo, em 2008, foram aprovados novamente mega-projectos como a hidroeléctrica denominada Mpanda Nkuwa, e as refinarias em Maputo e Nacala. Importa dizer que os mega-projectos financiados por investidores estrangeiros que tem vindo a ser implementados em Moçambique, tem um grande peso nos resultados positivos macroeconómicos do país. (vide ANEXO II)

O governo de Moçambique e os doadores tem despendido esforços e recursos consideráveis no desenvolvimento económico e redução da pobreza. Embora isto tenha conduzido a melhorias em termos de crescimento económico ao longo dos últimos 10 anos (Arndt e al 2006) e uma redução de 69 para 54% da população Moçambicana a viver na pobreza (INE 2004), os indicadores chave socioeconómicos são ainda muito graves, colocando Moçambique no 172º lugar, entre 177 países do Índice do Desenvolvimento Humano, o país menos desenvolvido da África Austral (PNUD:2007).

Figura 4.3 – Sectores que Contribuíram para o Crescimento em 2008

Contributo para o crescimento em 2008.



Fonte: BPI. Investimentos-Research- Moçambique.Portugal,BPI 2009. [on-line], Disponível em <<http://www.bpiinvestimentos.pt/Research/research.asp?opc=11>>. acessado em 4 de Abril de 2009.

Em 2008 os sectores que mais contribuíram para o crescimento económico foram:

- Agricultura, que foi responsável por 30% do crescimento. Este sector apresenta um dinamismo devido a prioridade que tem sido dada pelas autoridades ao seu

desenvolvimento, o que permitiu um forte impulso ao desenvolvimento das pequenas produções agrícolas.

- Transportes e comunicação cujo contributo foi de 25%.
- Comércio, um contributo de 10,8%
- Serviços financeiros, 9,4%.

O aumento da produção agrícola permite, não só, o desenvolvimento das áreas rurais e a diminuição das situações de pobreza extrema, como também, a diminuição da dependência externa alimentar do país. Da mesma forma, o desenvolvimento do sector industrial permite uma diminuição da dependência externa em relação aos bens de consumo que necessitam de ser importados quase na totalidade.

A distribuição sectorial da economia moçambicana é diversificada. O sector agrícola tem um peso de 26% no PIB. Segue-se a Indústria transformadora com 14%. Transporte e comunicações com 12%. Com o peso de 6% surgem os sectores de Electricidade, Água e serviços Financeiros (vide ANEXO III).

Contudo, o crescimento económico não tem correspondência na diminuição da pobreza e, apesar das ajudas internacionais o número de pobres e dos muito pobres continua a aumentar, disse Joseph Hanlon⁹ à Lusa numa Conferência em 27/11/2009, “Pobreza e Paz nos PALOP”, organizada pelo Centro de Estudos Africanos do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa, em Lisboa.

O autor salientou que “apesar da maciça ajuda dos doadores internacionais: mil milhões de dólares anualmente (667 milhões de euros), há cada vez mais pobres, cada vez aumentam mais os índices de pobreza, acentuando que a pobreza foi menor do que devia ter sido”.

Entretanto, entre 2002 e 2005, 18% dos pobres das zonas rurais conseguiram sair da pobreza. Nas zonas rurais, grandes números de pessoas permanecem isolados dos benefícios do progresso: 56% dos extremamente pobres rurais em 2002 permaneciam na mesma categoria em 2005 (Hanlon 2007:3).

⁹ Joseph Hanlon é investigador britânico, jornalista e docente em Inglaterra que conhecedor da realidade Moçambicana.

Assim é possível sustentar-se que as conquistas do progresso económico têm sido distribuídas de forma desigual, Já entre 1996 e 2002, os mais ricos alcançaram mais, tendo esta situação continuada entre 2002 e 2006 (Hanlon 2007:6).

Neste sentido, o Banco Mundial (2008I:14-16) realçou os consideráveis recursos naturais do país capazes de suportar e sustentar as elevadas taxas de crescimento necessárias para reduzir a pobreza, nomeadamente um excedente de terras férteis; zonas turísticas costeiras subdesenvolvidas; depósitos de carvão, entre outros. Acrescentou ainda que a contribuição do capital humano está a aumentar e poderá continuar a fazê-lo, embora isso exerça pressão num sistema de ensino que tem dificuldades em satisfazer os problemas básicos de acesso. Identifica a igualdade do género como elemento chave do crescimento em favor dos pobres (2008I:59).

Contudo, movimentando milhões de dólares, gerando divisas e criando novos postos de trabalho, o ecoturismo é uma importante actividade económica em Moçambique. Neste ano (2010), com a Copa do Mundo na África do Sul, Moçambique juntamente com a África do Sul, Zimbabué, Botswana e os países vizinhos estão se a preparar estrategicamente para aproveitar a vinda de muita gente de várias partes do mundo que, naturalmente, devem querer conhecer a África, criando infra-estruturas a fim de oferecer aos visitantes as melhores condições, para poderem ver a fauna bravia da África selvagem.

Todavia, apesar das estatísticas positivas em relação aos anos anteriores e uma economia sempre em crescimento, ainda não se reflecte na melhoria das condições de vida da população moçambicana. Neste sentido o crescimento económico não está a reduzir a pobreza em Moçambique, o que supostamente poderá acontecer a um longo prazo.

De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano 2005 de Moçambique, intitulado “Desenvolvimento Humano até 2015: Atingindo os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio”, o estudo analisa a evolução dos indicadores sociais moçambicanos e faz algumas recomendações, para que o governo consiga converter o crescimento económico em progressos em áreas como renda, saúde, educação e reforma agrária.

Mas para garantir a continuidade desses progressos, o estudo sugere que o governo mantenha o equilíbrio entre estabilidade macroeconómica e crescimento do

PIB; aumente os investimentos intersectoriais no combate a doenças endémicas como o HIV/SIDA, a malária e a tuberculose; e fomenta a criação de parcerias entre o poder público e o sector privado. Além disso, propõe que o país “reveja” a estratégia de desenvolvimento agrário na distribuição do orçamento, “levando em conta a importância da agricultura na economia e na nutrição da maioria dos moçambicanos”.

Neste contexto, urge o governo Moçambicano, acelerar o processo de desenvolvimento, redução de pobreza, aposta na educação, fomento de um sector forte e diversificado gerador de emprego, de forma a limitar focos de tensão social.

Capítulo V – Degradação Ambiental

5.1 – Moçambique Rumo ao Desenvolvimento Sustentável

Existe actualmente a preocupação mundial quanto a preservação dos recursos naturais e ambientais devido aos problemas trazidos pela degradação ambiental. De acordo com o Relatório de Brundtland, a degradação ambiental passou a ser associada ao grau de pobreza da população.

Moçambique possui uma riqueza mineral extraordinária, mas a sua exploração mineira tem muitas vezes destruído vários ecossistemas em locais onde é implementada. A actividade de extracção mineira mais activa em Moçambique, é a da exploração do carvão mineral (de carácter industrial) e a exploração de ouro (de carácter artesanal), além da extracção de areias pesadas, mármore e gás natural (industrial).

Encontramos também variedades de plantas para exploração de madeira de diferentes tipos e, devido a dureza, confere uma qualidade excelente. Estas árvores levam muito tempo a crescerem e podem viver muitos anos. Tendo em conta que até a pouco tempo essas árvores se encontravam em florestas, muitas delas ainda virgem e sem a intervenção do Homem, puderam crescer e viver muitos anos, dando-lhes grande robustez, sendo alvos dos madeireiros que vão a estas zonas para abate de árvores e corte dos seus troncos para madeira. A princípio, a exploração de madeira não constituía perigo de destruição do meio ambiente (floresta) porque a sua exploração era artesanal e não industrial, embora nunca houvesse reposição da mesma ou novas espécies após o abate de uma árvore.

Verifica-se nos últimos anos, com a exploração de madeira por parte da China, a

exploração da madeira é vista como uma ameaça a biodiversidade e da flora Moçambicana, e de destruição da natureza sem precedentes, visto que a destruição põe também em perigo a fauna bravia e outras biodiversidades locais. Actualmente, o abate e corte de madeira atingiram proporções alarmantes. A fiscalização florestal não consegue conter esta barbaridade. Em Moçambique, com uma situação de salários baixos, os funcionários de fiscalização com a necessidade de ganhar ainda mais como forma de melhorar a sua vida, e pela ignorância em relação às consequências negativas futuras que possam advir ao ecossistema local, facilmente são corrompidos, impedindo que agentes que efectuem actos ilegais contra a exploração dos recursos naturais, sejam punidos, contribuindo deste modo para a degradação da natureza e do meio ambiente local.

Abarcando os agentes destruidores da natureza, encontram-se algumas populações locais, no geral pobre, que facilmente encontram a actividade de venda de madeira como uma fonte alternativa de rendimento e que por sua vez os exploradores estrangeiros compram-na e exportam para seus Países. Esta população não repõe as árvores abatidas. Estas, enganadas por alguns trocados oferecidos por exploradores (muitas vezes já ricos e que dizem estarem a investir no País) não têm noção da tamanha destruição que eles próprios estão a executar para o próprio meio ambiente onde habitam. Para eles é só mais uma fonte de rendimento para sustento familiar; é uma forma de ganhar para melhorar a sua vida. A sua atitude não é vista de uma forma negativa, mas sim uma oportunidade de negócio e de melhoramento de vida.

Tratando-se de pessoas ignorantes em matéria de destruição do meio ambiente em que habitam é difícil julgá-los pelos actos bárbaros que estão a cometer.

Contudo, há necessidade urgente de sensibilizá-los de forma a terem noção destes actos. Esta sensibilização contará com uma divulgação de mensagens educativas sobre o meio ambiente, e até educação ambiental básico nestas áreas rurais, como forma de abrir suas mentes e terem peso de consciência das barbaridades que estão sendo feitas contra a natureza.

Embora esta sensibilização não influencie o término de exploração de madeira como fonte de rendimento, ajudará no cultivo de suas mentes, na consciencialização ambiental e na selecção de espécies para o abate e exploração desta matéria para sua actividade comercial, como também ajudará na reposição de novas plantas da mesma espécie para reflorestamento das áreas exploradas.

Em relação as zonas industriais, o nível de emissão de gases poluentes das indústrias moçambicanas, como por exemplo a Fábrica de Cimento e a de Alumínios, não é assustadora se compararmos com países desenvolvidos e industrializados do mundo inteiro, embora tenham um impacto negativo principalmente para o ambiente local.

A hidroeléctrica de Mpanda Nkuwa, criada em 2008, para desenvolver um mega projecto de construção mega-barragens Mpanda Nkuwa poderá trazer consequências ambientais no vale do Zambéze e as refinarias em Maputo e Nacala projecto contestado porque pode afectar a biodiversidade.

A ambientalista Anabela Lemos, alertou em 23/09/09, no Jornal Nacional OJE/Lusa, para o caminho que as autoridades moçambicanas decidiram seguir, no sentido de alcançar o desenvolvimento a todo o custo. Moçambique está em risco com a questão da poluição, minas e iminente exploração de petróleo que está a iniciar. Os projectos aprovados, a mega-barragem Mpanda Nkuwa e as refinarias em Maputo e Nacala, poderão trazer consequências para o ambiente.

Embora a legislação dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) em Moçambique exija a produção de um EIA por cada projecto de desenvolvimento, tem vindo a ser aprovadas muitas concessões para o desenvolvimento turístico sem a existência prévia de um EIA como é o caso de Bazaruto e a Ponta de Ouro.

A Organização não-governamental (ONG) moçambicana “Justiça Ambiental”, acusa o Governo de Moçambique de adoptar “políticas erradas ambientais” ao concentrar as atenções no desenvolvimento, sem ter em atenção um balanço com as áreas social e económica.

Neste caso, a questão da degradação ambiental está relacionada a razões económicas, porque como inicialmente foi dito, Moçambique como sendo um dos países mais pobres do mundo, luta pelo seu desenvolvimento e crescimento económico. Entretanto, as práticas agrícolas e de extracção mineira inadequadas também têm conduzido também à desflorestação e degradação dos solos.

Moçambique tem uma alta incidência de pobreza rural, afectando a maioria dos 79,7% da população moçambicana que vive no campo. Entretanto, entre 2002 a 2005, 18% dos pobres das zonas rurais conseguiram sair da pobreza. Nas zonas rurais, grandes números de pessoas permaneciam isolados dos benefícios do progresso: 56% dos

extremamente pobres rurais em 2002 permaneciam na mesma categoria em 2005 (Hanlon 2007: 2-3).

O contexto de pobreza extrema em Moçambique constitui uma forte pressão sobre os recursos naturais, uma vez que estes representam a principal fonte de subsistência da maior parte das famílias. O país continua a ser, predominantemente, uma economia rural. Cerca de 60% dos moçambicanos vivem em zonas rurais e a agricultura, por si só, emprega mais de 80% da força de trabalho total e cerca de 93% da força de trabalho rural (PNUD 2004).

Com intuito de atenuar a vulnerabilidade, entretanto, os pobres adoptam um conjunto de mecanismos ou estratégias de sobrevivência a fim de reduzir o impacto da sua situação e maximizar a utilidade dos recursos limitados. Muitas vezes, os recursos naturais são o único bem a que o pobre tem acesso. Com isto, a degradação desses recursos pode afectar a sobrevivência dos pobres através do desequilíbrio das funções do ecossistema, aumentando a fragilidade ecológica e, conseqüentemente a vulnerabilidade dos pobres e choques naturais. Entretanto, sob certas circunstâncias, a degradação ambiental pode incrementar a renda dos pobres e, com isso, melhorar sua condição socioeconómica. (Shyamsundar, 2001).

Para diversos autores¹⁰, existe uma forte relação expressiva e directa entre a pobreza e degradação ambiental. Isto porque os pobres dependem dos recursos naturais para sobreviver e, para garantir a sua sobrevivência exploram tais recursos de forma insustentável, ultrapassando a capacidade de suporte (*carring capacity*)¹¹ do meio ambiente.

De acordo com o Relatório Brundtland, o crescimento populacional também é vista como condição sine qua non para a degradação do ambiente e relacionado com a pobreza, ou seja, a pobreza também relacionado com o crescimento populacional que **por** sua vez degrada o ambiente por causa da necessidade da procura de água, alimentos e outros recursos naturais, aumenta de forma insustentável. Como conseqüências mananciais são poluídas e florestas são derrubadas a fim de originar novas terras agricultáveis, o que resulta no agravamento da pobreza (CMMD, 1991).

¹⁰ Ekbohm e Bojo, 1999; Pearce e Warford, 1993; Mink, 1993; Broad, 1994; Prakash, 1997

¹¹ Capacidade de suporte ou sustento do meio ambiente é considerada a capacidade que os recursos naturais apresentam de suportar determinada carga de utilização ou consumo, sem entrar em processo degradativo. Ultrapassada essa carga, os recursos naturais entram em processo de degradação e/ou exaustão (TISDELL, 1991; ALIER, 1998).

Entretanto, Ekbom e Bojö (1999) opõe-se a visão do Relatório Brundtland quanto ao crescimento populacional e a degradação ambiental, argumentando que a escassez de recursos e o crescimento populacional induzem a mudanças tecnológicas, inovações e intensificação, o que não necessariamente tem impactos negativos sobre o meio ambiente. Segundo a autora, a pobreza e crescimento populacional tornam-se agentes positivos de mudança na dinâmica da relação entre a pobreza e o meio ambiente. O crescimento populacional tem um papel significativo sobre a qualidade e o stock do capital natural, mas em muitas situações não é a causa principal de degradação ambiental e nem pode estar relacionada à condição da pobreza.

Em Moçambique, ainda existe um longo caminho a percorrer para atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). O progresso para alcançar o ODM7 tem sido desencorajador, além da vulnerabilidade dos ecossistemas, a deficiente capacidade institucional é um obstáculo à gestão ambiental. A falta de recursos humanos qualificados e meios técnicos limita as acções do Governo para fazer cumprir a legislação ambiental e monitorizar a utilização dos recursos naturais.

No País, os dados estatísticos sobre indicadores ambientais são escassos, em particular os que poderiam facilitar a avaliação sobre a implementação do ODM7.

Como se pode depreender, a degradação ambiental vai acontecendo um pouco por todo o País, ou por razões de subsistência da população, na medida em a população precisa dos recursos para sobreviver, ou por razões económicas porque o país com todo o seu direito luta pelo crescimento económico.

O investimento estrangeiro, atraído pela estabilidade política e o bom desempenho macroeconómico do país, também tem colocado bastante pressão sobre o potencial produtivo nacional, em particular nos sectores das florestas, da exploração mineira, das pescas e do turismo. São vários os países que investem em Moçambique, entre os quais África do Sul, Suíça, Brasil e Holanda (vide ANEXO IV).

Ao longo do processo de desenvolvimento, os objectivos de crescimento económico colidem, muitas vezes, com os objectivos de sustentabilidade ambiental. A sustentabilidade, vai depender da sua capacidade de se submeter aos preceitos de prudência ecológica, e de fazer um bom uso da natureza.

Retomando a questão da investigação. Como os países pobres poderão se desenvolver sem destruir o ambiente, quando eles procuram um crescimento

económico? O caso concreto de Moçambique, mediante os indicadores disponíveis vê que o seu crescimento não é sustentável, porque a escala actual da economia mostra sinais claros de insustentabilidade. O termo Desenvolvimento Sustentável faz sentido para uma economia, mas apenas se entendida como desenvolvimento sem crescimento. Mas é exactamente a insustentabilidade do crescimento que dá urgência ao conceito de Desenvolvimento Sustentável. Até mesmo “crescimento verde” não é sustentável. Por outro lado, a condição de pobreza aumenta a degradação ambiental. Neste sentido, em que medida se pode erradicar a pobreza através de um desenvolvimento sem crescimento? Observando algumas nações ricas nos últimos anos, não pode ser proclamada como rompendo o vínculo entre expansão económica e o meio ambiente.

Perante toda a situação exposta, a política do Desenvolvimento Sustentável está totalmente descontextualizada da realidade moçambicana e, da africana no geral.

5.2 - ONGs: Parceiros para o Desenvolvimento Sustentável

Foi a partir dos anos 90 que se viu surgir, uma multiplicidade de ONGs interessadas em actuar na área do ambiente. Em Junho de 2001, calculava-se que existiam no país 26 ONGs Moçambicanas activas no domínio do ambiente.

São vários os parceiros de desenvolvimento que dão apoio, directa e indirectamente, às actividades de gestão ambiental em Moçambique. Alguns centraram-se no desenvolvimento de políticas e da capacidade dos organismos governamentais, enquanto outros se concentraram em intervenções directas no terreno, com o governo ou com organizações não governamentais.

Entre outras, podemos mencionar a Holanda, que foi durante muitos anos e até há pouco tempo, a principal fonte de apoio bilateral do MICOA, tendo desempenhado um papel importante em diversos processos fundamentais da política ambiental, como a criação do MICOA, a legislação sobre Estudos do Impacto Ambiental e a Estratégia Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável. A Holanda apesar de terminar o seu apoio directo em 2008, continua a ser considerada a agência líder para os assuntos de política ambiental entre os doadores.

Actualmente, a Dinamarca é a principal fonte de apoio ao desenvolvimento da capacidade institucional do MICOA e está a gerir um Programa de Apoio ao Ambiente, a cinco anos (2006-2010), destinado a financiar actividades de construção de capacidade

até um total de US\$ 5,5 milhões. O Programa contém outras componentes a vários níveis da governação ambiental (elevando-se a US\$ 29 milhões): gestão ambiental urbana a nível municipal, apoio ao Centro de Desenvolvimento Sustentável das Zonas Costeiras, apoio à conservação da natureza (Parque Nacional da Gorongosa) e apoio ao desenvolvimento da Estratégia de Gestão Ambiental para a área do Grande Maputo. O Programa inclui também a provisão de 2 consultores dinamarqueses para o MICOA (um colocado em Maputo e o outro na Dinamarca) e uma equipa de consultores internacionais para consultoria a curto prazo. O Programa tem uma Unidade de Gestão Financeira dirigida por uma entidade contratada (estabelecida fora das estruturas do governo).

O Banco Mundial é uma importante fonte de financiamento multilateral, estando actualmente a financiar dois grandes projectos de cerca de US\$ 15 milhões para intervenções de protecção ambiental: Desenvolvimento de Áreas de Conservação e Turismo Transfronteiriço e Gestão da Biodiversidade Marinha e Costeira (2001-07).

Há várias agências das Nações Unidas que prestam apoio à acção ambiental por diversas vias:

- O UNEP gere a Iniciativa para a Redução da Pobreza e a gestão ambiental (PEI), que se dedica essencialmente a actividades de desenvolvimento da capacidade e consciencialização sobre as relações entre pobreza e ambiente e a cultura do ambiente na implementação do PARPA a nível provincial. Os parceiros do PEI incluem entidades governamentais (MICOA e MPD) e não governamentais (Centro Terra Viva).
- A UN-HABITAT desempenha um papel activo nas áreas do saneamento básico, gestão de resíduos e erosão, a nível municipal.
- A UNIDO abrangendo sete países da África subsaariana, que tratar os impactos negativos do turismo balnear no ambiente costeiro e marinho e promover o desenvolvimento de políticas e estratégias de turismo sustentável.
- A FAO apoia a implementação da componente Florestas e Vida Selvagem do Programa Nacional para o Desenvolvimento Agrícola (PROAGRI), centrado na participação das comunidades locais na utilização, conservação e geração de benefícios decorrentes da gestão dos recursos naturais.

Há ainda vários outros parceiros de desenvolvimento que financiam projectos de actividades ambientais, incluindo: Finlândia (CDS – recursos naturais), França (Parques Naturais), Alemanha (conservação transfronteiriça e gestão de resíduos), Japão (pesticidas obsoletos e saneamento básico), Portugal (Parques Nacionais, saneamento básico e alterações climáticas), Espanha (ordenamento do território) e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) (Parques Nacionais e saneamento básico).

Alguns doadores prestam apoio indirecto a actividades de gestão ambiental. Por exemplo, parte do apoio ao orçamento provincial prestado pela Irlanda a dois governos provinciais (em Niassa e Inhambane) foi utilizada para apoiar o mapeamento de recursos ambientais como um contributo para a elaboração de Estratégias de Desenvolvimento Provincial. A Espanha e a Itália também deram o seu apoio a intervenções ambientais, através de acordos de ajuda ao orçamento provincial, respectivamente, em Cabo Delgado e Sofala. Existem ainda alguns projectos cujo principal foco não é o ambiente, mas que integram componentes relacionadas com gestão ambiental. Um exemplo é o Projecto de Reforma e Acesso Energéticos, que inclui uma componente de apoio ao investimento em energia renovável.

A obrigatoriedade da integração do ambiente nos diversos sectores económicos, é condição *sine qua non* do desenvolvimento sustentável e, a integração das preocupações ambientais em todas as políticas sectoriais para uma redução da utilização dos recursos naturais, mensurável a sua sustentabilidade através da utilização de indicadores.

O Grupo de Trabalho Ambiental (GTA), promove uma abordagem intersectorial para criar sinergias entre políticas, estratégias e programa, assegurando que sejam tomados em conta aspectos ambientais nos instrumentos de planeamento do desenvolvimento.

Existe também uma ONG que representa os interesses do sector privado relativamente a questões ambientais. O Fórum Empresarial para o Meio Ambiente (FEMA) foi criado em 1996 e integra mais de 90 dos maiores operadores do sector privado em Moçambique. Entre as suas actividades, figuram: promoção da consciência ambiental; mediação do diálogo entre os sectores público e privado sobre políticas e legislação do ambiente; e prestação de assistência técnica e formação sobre investimento ambientalmente são, mitigação da poluição e gestão sustentável dos recursos naturais.

A Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), é um estabelecimento público ao serviço de uma missão de interesse geral: o financiamento do desenvolvimento.

Instituição financeira especializada, a Agência financia nos cinco continentes – com uma primazia para a África que representa dois terços dos seus compromissos – projectos económicos e sociais levados a cabo pelos poderes públicos locais, empresas ou sector privado e associativo. Estes projectos dizem respeito ao desenvolvimento urbano e às infra-estruturas, ao desenvolvimento rural, à indústria, aos sistemas financeiros, à preservação do meio ambiente, bem como à educação e à saúde.

A Agência insere as suas intervenções no quadro dos Objectivos do Milénio, no cruzamento dos objectivos de crescimento económico, de redução da pobreza e da preservação do ambiente. O desenvolvimento sustentável é a base da estratégia da AFD. Apoia a promoção de um desenvolvimento sustentável, associando a conservação das áreas protegidas a um desenvolvimento económico que se preocupa com a coesão social, em zonas rurais onde a pobreza é particularmente aguda.

A AFD intervém em Moçambique desde 1981. A agência de Maputo foi aberta em Novembro de 1985. Até há pouco tempo, a AFD concentrou as suas intervenções na reabilitação das infra-estruturas de base (telecomunicações, energia, água) e no apoio ao sector rural para apoiar as actividades tradicionais locais (pecuária) ou de exportação (algodão, caju, copra).

As suas intervenções inserem-se em dois âmbitos: por um lado, a estratégia do governo definida no documento de estratégia de acção para a redução da pobreza absoluta 2006-2009 (PARPA 2), por outro lado, a estratégia da França em Moçambique (ela própria desenvolvida a partir do PARPA 2) definida no Documento Quadro de Parceria (DCP) assinado entre a França e Moçambique em Julho de 2006. Este documento fixa as orientações da cooperação francesa para os cinco anos 2006-2010 e retém como sectores de concentração a saúde e o ambiente, bem como a água fora do sector de concentração.

As vertentes de intervenção da AFD: a valorização e a gestão sustentável dos recursos naturais: gestão sustentável das áreas protegidas e da biodiversidade, segundo um procedimento de gestão comunitário e de desenvolvimento local, a melhoria sustentável e equitativa dos serviços básicos: (1) sector saúde: apoio à política sectorial do sector, orientada pelo Ministério da Saúde e em ligação com os outros doadores. (2)

sector água e saneamento, nomeadamente na hidráulica periurbana, a participação no financiamento global da estratégia nacional de luta contra a pobreza, por via do apoio orçamental global, os empréstimos às empresas dos sectores público e privado, em particular para as infra-estruturas (energia, telecomunicações, transportes, água, etc.).

A acção da AFD em Moçambique abrange, por último, uma dimensão regional, através das intervenções que contribuem para a melhoria da eficácia económica e para a integração regional, tais como os parques nacionais transfronteiriços ou as infra-estruturas do sector da energia.

5.3 - Acções Nacionais Para o Ambiente

A protecção do ambiente e o combate a pobreza são dois principais desafios da humanidade. A qualidade de vida depende do meio ambiente ecologicamente equilibrado e, Moçambique não está indiferente a estas preocupações.

Existem várias organizações estatais, privadas e estrangeiras a ajudar o país em prol do ambiente, e a legislação para a defesa e conservação do ambiente é vasta.

Neste sentido, foi criado pela Lei do Ambiente n.º 20/97, de 01 de Outubro, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável (CONDES), como órgão consultivo do Conselho de Ministros e de auscultação da opinião pública sobre questões ambientais, que garante uma efectiva e correcta coordenação e integração dos princípios e das actividades de gestão ambiental no processo de desenvolvimento do país.

Este Conselho, está subordinado ao Gabinete do Primeiro-Ministro e é constituído por Ministros e Vice-Ministros dos sectores relevantes, (agricultura, turismo, recursos minerais, planeamento e desenvolvimento, saúde, etc.) e presidido pelo Ministro do Ambiente.

O CONDES, foi formalmente concebido para promover e coordenar todos os esforços sectoriais no sentido da utilização sustentável dos recursos naturais, a par da promoção do desenvolvimento económico e social sustentável. Ele está no topo da hierarquia de gestão ambiental do Governo de Moçambique,

Há várias ONG activas no sector do ambiente. A maior parte delas está localizada em Maputo. O perfil das ONG moçambicanas para o ambiente é diversificado. O Centro Terra Viva (CTV), por exemplo, dedica-se principalmente à

investigação e consultoria na área de políticas. Colabora frequentemente com o Governo de Moçambique, fornecendo estudos, aconselhamento jurídico e formação. Já a Livaningo, (primeira ONG ambiental em Moçambique) e os Fórum Natureza em Perigo (FNP), entre outras, desempenham um papel mais activista, conduzindo campanhas de advocacia, denunciando más condutas ambientais e questionando as políticas do governo que ameacem a conservação e a gestão sustentável dos recursos naturais. A Livaningo, por exemplo, descreve a sua acção como “luta de rua” e já teceu duras críticas ao governo pela sua apatia em relação às actividades ilegais de abate de árvores, pesca e estabelecimento de infra-estruturas de turismo na zona costeira. As ONGs apontam falta de uma consciência pública sobre o ambiente, o que se crê dever-se ao desapego da população em relação à terra.

Existem Moçambique três Centros de Desenvolvimento Sustentável (CDS): um concentra a sua actuação nas zonas costeiras no sul de Moçambique, outro dedica-se ao ambiente urbano no norte, e o terceiro, no centro, concentra-se na conservação e gestão dos recursos naturais.

A EADS, é uma estratégia do governo a médio prazo, criada para fornecer uma visão e orientação comum a todos os actores do ambiente (governo, ONG, sector privado, parceiros de desenvolvimento e sociedade civil) nos seus esforços para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza. A Estratégia foi produzida por uma equipa multisectorial do governo, na sequência da participação do Governo de Moçambique na Cimeira Mundial de 2002 sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em Joanesburgo. Foi aprovada pelo Gabinete em 2007, depois de um processo de preparação de quatro anos, que envolveu extensa consulta dos vários actores.

Assim, para garantir que as questões ambientais fossem tomadas em conta no processo de tomada de decisão, Moçambique adoptou políticas sectoriais, através da aprovação de variada legislação impondo a obrigatoriedade de se proceder à avaliação dos impactos ambientais e, a constituir parte integrante dos processos de tomada de decisão no âmbito do licenciamento e autorização de implementação de actividades de desenvolvimento, tais como:

- Lei do Ambiente de nº 20/97 de 01 de Outubro, estabelece as bases da política e do enquadramento institucional da gestão ambiental em Moçambique. Define o âmbito, os agentes e os instrumentos de gestão ambiental.

Desde então, foram produzidas várias leis, regulamentos e documentos de estratégia específicos como:

- O Plano Estratégico para o Sector do Ambiente 2005-2015
- E a Estratégia Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável 2007-2017 (EADS).

Os instrumentos políticos específicos sobre gestão ambiental incluem:

- A Lei do Ordenamento do Território (Lei nº17/2007),
- A Política de Ordenamento do Território (Resolução nº 18/2007),
- A Lei de Regulamento sobre Avaliação do Impacto Ambiental (Decreto nº 45/2004).

Entre outros documentos relevantes de legislação e política subsectorial, figuram:

- A Lei da Terra, a Lei das Florestas e da Vida Selvagem, a Política Energética, a Legislação sobre os Recursos Hídricos, a Estratégia Nacional do Turismo, a Estratégia de Gestão dos Resíduos Tóxicos, a Estratégia de Gestão Costeira, o Plano de Acção para o Combate à Seca e à Desertificação, o Plano de Acção para a Conservação da Biodiversidade e o Plano de Acção para Combater a Erosão dos Solos.

O combate a desflorestação, para além do postulado na legislação ambiental e florestal, centrou-se na formulação de projectos e programas comunitários quer na melhoria dos sistemas e práticas agrícolas como na gestão dos recursos florestais e de queimadas florestais.

A participação activa das mulheres na sociedade é uma contribuição essencial para o progresso do desenvolvimento e sua sustentabilidade. A sua valorização, é essencial dado a sua responsabilidade na garantia da segurança alimentar do agregado familiar.

Existem no país em diferentes sectores de actividade várias organizações femininas que procuram contribuir para a elevação do papel da mulher no desenvolvimento político, económico, social e cultural do país. São de destacar as seguintes: Associação das Mulheres de Carreira Jurídica, Associação das Mulheres

Rurais, Associação das Mulheres Empresárias, Associação da Mulher e Educação, Associação Mbeu, etc.

No conjunto, o quadro legal e político da gestão ambiental é abrangente e de qualidade satisfatória. Um estudo realizado pela CIDA classificou a legislação e avaliação ambiental moçambicana como sólida (CIDA, 2004).

O programa do Governo de Moçambique reconhece que o Desenvolvimento Sustentável é uma prioridade, neste contexto e tendo em conta o objectivo principal de assegurar um desenvolvimento sócio económico e a protecção do Ambiente do país, foi criado o Fundo do Ambiente, com o Decreto nº 39/2000, de 17 de Outubro. Esta instituição tem como objectivo principal, promover e fomentar acções ou actividades que tem por fim garantir o Desenvolvimento Sustentável.

Capítulo VI – Pobreza em Moçambique

6.1 - Desafios no Combate a Pobreza

O crescimento exponencial da população moçambicana é um dos grandes problemas de desenvolvimento. Esse crescimento exponencial, não é acompanhado pelo aumento da produção e da produtividade nos diferentes sectores (com destaque para o agrário), e como consequência o rendimento per capita é cada vez mais reduzido.

Contudo, nos anos recentes, a taxa de crescimento da população baixou para 1,8% em 2008 entretanto, a taxa de fertilidade total (5,2%) e a taxa de fertilidade dos adolescentes (155 por 1.000) continua muito elevada.

Em 2003, cerca de 47% da população estava subnutrida e apenas 36% tinha acesso a uma fonte de água tratada e, alguns indicadores socioeconómicos têm vindo a apresentar um progresso notável.

De acordo com o relatório de Do Desenvolvimento Humano PNUD de 2007-2008, a linha de pobreza nacional de 64%.

A luta contra a pobreza tem sido uma preocupação constante desde os primeiros anos da Independência Nacional. A herança colonial, caracterizada por baixo nível de escolaridade e formação técnica, assimetrias na implantação de infra-estruturas e baixo nível de industrialização e, os 16 anos de guerra que o país enfrentou até 1992 com a

pressão da guerra civil, a infra-estrutura de governação desintegrou-se. Em extensas áreas rurais de Moçambique, as escolas e os postos de saúde foram destruídos e os professores e enfermeiros evacuados. Cerca de 37% da população perdeu as suas casas e ficaram deslocados, fazendo de Moçambique um dos países mais pobres do mundo.

Em Moçambique, “a pobreza tornou-se objecto particular de preocupação a partir de 1989, no segundo ano do Programa de Reabilitação Económica (PRE), no contexto da iniciativa dos doadores que levaria posteriormente à transformação do PRE em Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES)”. Desde então vários estudos foram publicados sobre a questão da pobreza em Moçambique, levando posteriormente, em 2001 à aprovação pelo Conselho de Ministros do Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta – 2001/2005 (PARPA).

No decurso dos anos 90 e início dos anos 2000, particularmente desde o acordo de paz de 1992 e as primeiras eleições livres em 1994, para muitos moçambicanos a vida melhorou consideravelmente. Os rendimentos dos agregados familiares aumentaram, assim melhorou o acesso aos serviços públicos e a sua qualidade de vida. O Banco Mundial refere para o período 1994-2003: “ (Moçambique) tem tido um êxito espantoso no restabelecimento do crescimento e no aumento do bem-estar”. A redução da pobreza rural de Moçambique até foi apelidada uma das mais bem sucedidas do mundo. As calamidades naturais, como secas e cheias devastadoras, dificultaram este progresso.

Desde o acordo de paz, o país passou por um período de crescimento ininterrupto de cerca de 8% ao ano. Isto reduziu o nível de pobreza absoluta de 69% da população em 1996 – 97 para 54% em 2002 –2003. Contudo, persistem as taxas altas de pobreza, os indicadores de saúde fracos e as taxas elevadas de analfabetismo.

Segundo o PARPA, o objectivo de crescimento médio anual de 8% do PIB (Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI 2005), permite que estejam criadas condições para que a incidência da pobreza absoluta decresça de cerca de 70% (ao nível nacional) para menos de 50% em 2010¹².

Em Moçambique, em 2000-06, (PNUD 2008) estimava que 90% da população moçambicana, representando mais de 19 milhões de pessoas, vivia com menos de USD

¹² *Action Plan for the Reduction of Absolute Poverty (2001-2005) (PARPA) - (Strategy Document for the Reduction of Poverty and Promotion of Economic Growth)*. Republic of Mozambique. Maputo. April 2001.

2 por dia; e em 2003, aproximadamente 75% da população tinha de sobreviver com uma renda inferior a USD 1/dia. Embora inicialmente considerado um sucesso, a estratégia de redução da pobreza do governo parece ter estagnado na primeira década do século XXI, sobretudo nas zonas rurais. A distribuição da pobreza faz-se de acordo com os sexos, fazendo sentir-se mais entre as mulheres. Na realidade, os agregados familiares chefiados por mulheres são mais vulneráveis, pois muitas vezes têm menos bens e menos recursos de produção (World Bank 2008I:10-19).

Figura 6.1 – Indicadores do HIV/SIDA (2008 a 2010)

Principais Indicadores de Impacto Demográfico do HIV/SIDA
(Moçambique, anos 2008 a 2010).

	2008	2009	2010
Taxa de Prevalência do HIV em Adultos			
População geral 15-49 anos	14.0%	14.0%	14.0%
Mulheres grávidas 15-49 anos	16.0%	16.0%	16.0%
Número de Pessoas Vivendo com o HIV	1.6 milhões	1.6 milhões	1.7 milhões
Número de Novas Infecções Diárias	440	440	445
Número de Pessoas que Precisam de TARV			
Adultos (15+)	385.2 mil	425.1 mil	465.9 mil
Crianças (0-14)	44.7 mil	47.0 mil	49.2 mil
Número de Óbitos Devido ao SIDA	92.1 mil	96.3 mil	98.0 mil
Número de Órfãos Devido ao SIDA (0-17 anos)	462.9 mil	510.5 mil	557.5 mil

Fonte: BPI. Investimentos-Research- Moçambique.Portugal,BPI 2009. [on-line], Disponível em <<http://www.bpiinvestimentos.pt/Research/research.asp?opc=11>>. acesso em 4 de Abril de 2009.

Consideramos o problema de HIV/SIDS, como o mais grave e maior desafio que o país enfrenta. Refira-se que os valores divulgados pelo Departamento de acompanhamento do SIDA da ONU (UNAID) e pela Organização Mundial de saúde, apontam para o número de adultos a viver com sida entre 2008 e 2010, se situava entre 1,6 e 1,7 milhões. Para além da perda de vidas e do aumento do número de órfãos, o facto de a doença afectar os jovens adultos, na fase em que deveriam prestar maior contributo à sociedade e à economia, coloca desafios importantes à sociedade moçambicana, e as empresas. Neste caso, o governo tem de desenvolver estratégias que permitam tirar partido da população já contaminada, por outro lado, actuar de forma

mais determinada na prevenção, da contaminação, além de cuidados sanitários e de higiene, também atitudes que derivam de crenças profundamente enraizadas, como é o caso do recurso aos curandeiros.

A partir da última década do século XX começou a ser aceite a ideia de que o crescimento económico, só por si, não leva, necessariamente, à satisfação de todas as necessidades de todos os indivíduos, como o demonstrou o notável crescimento económico dos anos 1960-70.

É neste debate que surge o conceito de “desenvolvimento humano” adoptado pelo PNUD, e que já na década de 1960 o economista W. Arthur Lewis preconizava, quando argumentava que “a vantagem do crescimento económico não é a de aumentar a felicidade das pessoas, mas sim a de poder alargar a gama de escolhas disponíveis aos seres humanos”.

Neste sentido, de acordo com o pensamento de Carl Rogers (1984a), o Desenvolvimento Humano é consubstanciada naquilo que os seus seguidores vieram a denominar, Abordagem Centrada na Pessoa. Socorrendo-nos do pensamento de ROGERS (1984^a: 64-65), a compreensão empática diz respeito à sensibilidade que o facilitador deve ter para com os sentimentos e as reacções pessoais que o outro experimenta a cada momento, ao compreendê-los de dentro, tal como o outro os vê, e quando consegue comunicar com êxito sobre essa mesma compreensão ao outro, então dá-se a mudança.

O argumento da perspectiva de desenvolvimento humano, defende que o crescimento económico não pode, nem deve ser visto de forma isolada, pois ele só ganha relevância quando contribui para tirar as pessoas das condições de privação que se reflectem na redução dos índices de pobreza, na redução do desemprego e no alargamento do acesso a serviços sociais, como educação e saúde, e a bens e serviços essenciais como água potável, saneamento do meio, etc., portanto de satisfazer as suas necessidades básicas pelos seus próprios meios adquiridos na combinação de facetas decorrentes da apropriação da riqueza nacional e de seus resultados.

Neste sentido, a publicação, “Ligações pobreza - meio ambiente”, define a pobreza associada aos ecossistemas (Duraiappah 2002) como a privação dos 10 elementos constituintes e determinantes do bem-estar conforme se segue:

- 1 – Estar apto a ficar alimentado adequadamente.
- 2 – Estar apto a ficar isento de doenças evitáveis.
- 3 – Estar apto a viver em abrigo seguro e são no aspecto ambiental.
- 4 – Estar apto a possuir água potável, pura e adequada.
- 5 – Estar apto a ter ar puro.
- 6 – Estar apto a ter energia para se aquecer e cozinhar.
- 7 – Estar apto a utilizar a medicina tradicional.
- 8 – Estar apto a continuar a utilizar os elementos naturais encontrados.
nos ecossistemas para exercício das actividades culturais e espirituais
tradicionais.
- 9 – Estar apto a enfrentar catástrofes naturais graves, designadamente
Inundações, tempestades tropicais e desmoronamento de terrenos.
- 10_ Estar apto a tomar decisões sobre gestão sustentável que respeitem os
Recursos naturais e possibilitem a realização de um fluxo de rendimento
Sustentável.

Estar apto a, significa a capacidade ou liberdade de alcançar os elementos funcionais, também denominados elementos constituintes e determinantes, que os indivíduos apreciem.

Sob esta perspectiva, Maslow and Vargas, (2001:16), sustentando-se na teoria das necessidades básicas, para definir a qualidade de vida, para aquele autor, as necessidades humanas apresentam-se hierarquicamente da seguinte forma:

- a)- necessidades fisiológicas: fome, sono;
- b)- necessidades de segurança: estabilidade, ordem;
- c)- necessidade de amor e pertinência: família, amigos;
- d)- necessidade de estima: respeito, aceitação;
- e)- necessidade de auto-actualização: capacitação.

São necessidades básicas comprometidas para muitos milhões de seres humanos devido a vários factores colaterais, ao avolumar e sobreposição de crises na era contemporânea: crises ecológicas, políticas, económicas e sociais que retardam o crescimento económico e o desenvolvimento.

Dada a grande carência económica e financeira que o país atravessa, a comunidade internacional através de várias organizações financeiras existentes, instituiu um conjunto de programas de ajuda ao desenvolvimento de forma a contribuir para a superação das necessidades mais prementes.

Deste modo, o país beneficiou de programas de redução da sua dívida externa (HIPIC e HIPIC reformado) como forma de permitir que o país redireccionasse para actividade de desenvolvimento. Paralelamente a estes programas, o país recebeu apoios de diversos países que de forma bilateral, foram reduzindo ou perdoando a dívida que os países tinha com os mesmos.

Neste âmbito, organizações multilaterais como o Banco de Mundial, têm contribuído de forma preponderante para ajuda ao desenvolvimento através de financiamento de vários programas estruturais, sobretudo por meio da Agência Internacional para o Desenvolvimento (AID) e do Fundo Monetário Internacional (FMI) e pela assessoria na formulação de políticas.

A Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), é também uma das formas de financiamento ao desenvolvimento, com vista à redução da pobreza. A ajuda destina-se principalmente aos PALOP, e também aos países como Marrocos, Afeganistão, Bósnia, e tem como principais doadores a Comissão Europeia, Nações Unidas, Bancos Regionais de Desenvolvimento. De acordo com os dados finais da Ajuda Pública ao Desenvolvimento Portuguesa, 2005-2008, a APD/RNB é de 0,27 em 2008 (vide ANEXO V).

Segundo Carlos Sangreman¹³ (2008), a cooperação para o desenvolvimento, continua a ser ultra necessária, porque há o reconhecimento de que é imprescindível um desenvolvimento, sob pena de os países mais desenvolvidos serem penalizados pelos menos desenvolvidos.

¹³ Entrevista realizada em 12/05/2008

A fim de promover a integração económica, os Países Desenvolvidos (PD), devem eliminar barreiras comerciais aos Países em Desenvolvimento (PED), e cumprir os compromissos de aumento da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD).

Segundo Joseph Stiglitz (2006)¹⁴, os Países Desenvolvidos, impõem aos países em desenvolvimento tarifas quatro vezes superiores, em média, que as impostas a outros países desenvolvidos. Os países ricos têm custado aos países pobres, três vezes mais em restrições comerciais do que dão ajuda ao desenvolvimento global.

Uma maior liberalização comercial para o sector agrícola e outros sectores, pode aumentar a receita real do mundo em desenvolvimento em até 500 biliões de dólares até 2015¹⁵.

A pobreza, a fome e a desnutrição são um atentado contra a desigualdade humana. Ferem o artigo 11 do Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais, de acordo com o qual todas as pessoas tem direito a um nível adequado de vida para si mesmos e para sua família, incluindo a alimentação apropriada, roupas, moradia e garantia de que haverá contínua melhoria dessas condições.

6.2 - Estratégias de Acção Para Erradicar a Pobreza

Aquando o vigésimo primeiro Conselho Directivo do Fórum Ministerial e Global sobre o Meio Ambiente, realizado em Nairobi, no Quénia, ficou aprovada a resolução 21/15, que solicita ao director executivo do PNUA para desenvolver e fomentar o conhecimento das ligações entre a pobreza e o meio ambiente, os meios que tornam o modo de vida das populações mais produtivo e sustentável no plano ambiental e as opções políticas apropriadas para os governos, incluindo as estratégias de redução da pobreza. Esta decisão foi direccionada sobretudo aos países menos desenvolvidos e mais endividados. Sob esta direcção, estes países tinham de fazer um plano de estratégias para a redução da pobreza.

Mas, estratégia do governo em matéria de desenvolvimento e no combate à pobreza, conforme já referido, remonta no início dos anos 80, aquando do programa “Dimensões Sociais do Ajustamento Estrutural”. Porém, o primeiro inquérito nacional sobre a pobreza e bem-estar, designado por IAF, teve lugar em 1996-97 e o seu enfoque

¹⁴ Entrevista concedida ao jornal Económico & Negócios, de 27 de Setembro de 2006.

¹⁵ Banco Mundial. Desenvolvimento e Redução da Pobreza. Reflexão e Perspectiva, 2004, p. 25.

principal foi a identificação da escassez de recursos dos agregados familiares, num período de grande mobilidade populacional em que uma parte significativa dos deslocados e refugiados retornavam aos seus locais de origem finda a guerra, tendo verificado que aproximadamente 70% da população moçambicana se encontrava abaixo do limiar da pobreza.

Posteriormente, o esforço para a redução da pobreza, foi o de criar um instrumento de política abrangente e integrado para a redução dos níveis de incidência da pobreza absoluta em Moçambique intitulado Plano de Acção para Redução da Pobreza Absoluta (PARPA). Trata-se de um documento multidisciplinar elaborado por um grupo inter-sectorial liderado pelo Ministério de Plano e Finanças para garantir que o referido plano reflecta os objectivos das políticas sectoriais que tenham impacto rápido na redução da pobreza. Por outro lado, visa assegurar que todos os sectores dêem prioridade a redução da pobreza nos planos de actividade. Os planos sectoriais integrantes do PARPA envolvem as seguintes instituições: Ministérios da Saúde, Educação, Trabalho, Mulher e Acção Social, Agricultura e Pescas, Obras Públicas e Habitação e os Institutos Nacionais de Desenvolvimento rural e Acção Social.

Na verdade, todo o processo de preparação do PARPA I¹⁶ surge na sequência do IAF, no âmbito de uma estratégia global de combate à pobreza. O PARPA I constituiu um instrumento de planificação de médio prazo, ou seja, quinquenal, com carácter nacional e multi-sectorial dando papel de relevo aos sectores sociais. Ele emerge como complemento do Programa do Governo e de outros instrumentos a curto prazo, mas igualmente como indicador da política económica externa de Moçambique, como veículo de cooperação e diálogo visando a mobilização de recursos junto dos parceiros internacionais e a negociação para alívio da dívida, no contexto de estratégias para combate à pobreza.

¹⁶ A pobreza absoluta foi definida pelo Parpa I, como sendo a incapacidade dos indivíduos de assegurar para si e os seus dependentes, um conjunto de condições básicas mínimas para a sua subsistência e bem-estar, segundo as normas da sociedade. Já o PARPA II, modificou ligeiramente a concepção oficial da pobreza absoluta, definindo-a como sendo, “Impossibilidade por incapacidade, ou por falta de oportunidade de indivíduos famílias e comunidades de terem acesso à condições mínimas, segundo as normas básicas da sociedade”.

Depois dos progressos registados pelo PARPA 1 (2001 a 2005), que permitiu a diminuição de 69% em 1997 para 54% em 2003 a percentagem da população a viver abaixo do limiar da pobreza, o PARPA 2 (2006-2009) tem em vista a redução da pobreza para 45% em 2009 e a conservação de uma taxa de crescimento elevada (7% por ano), graças, nomeadamente, ao desenvolvimento do sector privado. O PARPA 2 articula-se em torno de três vertentes de reformas: a governação, o desenvolvimento humano e o desenvolvimento económico. Ele centra a sua atenção no incremento do nível de vida das populações mais carenciadas e desfavorecidas, vivendo em pobreza absoluta.

No entanto, apesar da crescente da pobreza do sexo feminino derivada das desigualdades sociais, o objectivo da igualdade de género ainda não se encontrava devidamente retratado no PARPA. Este documento não reflectia as disparidades de género e não continha intervenções concretas que visassem reforçar os direitos das mulheres. Mas foram feitos esforços para superar estas lacunas e algumas organizações femininas, como o Fórum Mulher, o Grupo de Coordenação de Género e o Ministério da Mulher e Acção Social (MMAS) procuraram influenciar na elaboração de indicadores para incorporar aspectos de género.

Paralelamente a esta estratégia foram implementadas diversas medidas de política que concorrem para a mitigação das causas da pobreza, das quais citamos algumas:

Política Agrária - que tem como objectivo principal a recuperação da produção agrária com vista á melhoria da segurança alimentar e a promoção do aumento dos níveis de comercialização de produtos de exportação. No quadro da implementação desta política, foi desenhado o Programa Nacional para o Desenvolvimento Agrário (PROAGRI)¹⁷.

¹⁷ Proagri, é um programa de investimento público no sector agrário em coordenação com outras acções, nomeadamente, estradas e comércio, de forma a facilitar os processos de produção e comercialização agrária para o alívio à pobreza e melhoramento da segurança alimentar.

Figura 6.2 – Exportação de Bens (2007 e 2008)**Evolução da exportação de Bens** (USD milhões)

	2007	Peso	2008	Peso	Var. anual
Total da exportação de Bens	2,412.1	100%	2,653.3	100%	10%
Mercadorias gerais	2,112.7	88%	2,196.5	83%	4%
Alumínio	1,480.2	61%	1,451.8	55%	-2%
Energia Eléctrica	239.7	10%	221.2	8%	-8%
Gás	120.7	5%	152.0	6%	26%
Tabaco	51.8	2%	132.1	5%	155%
Açúcar	61.8	3%	71.3	3%	15%
Algodão	42.0	2%	48.0	2%	14%
Camarão	62.1	3%	45.0	2%	-28%
Ilmenite	2.9	0%	26.0	1%	797%
Madeira	31.9	1%	25.5	1%	-20%
Castanha de Cajú	10.8	0%	12.5	0%	16%
Amêndoa de Cajú	8.9	0%	10.9	0%	22%
Combust. adquiridos em portos por transportadoras	20.9	1%	27.8	1%	33%
Reexportações (Combustíveis)	28.7	1%	32.6	1%	14%
Outros	249.8	10%	396.3	15%	59%
Exportações dos grandes projectos	1,843.5	76%	1851.1	70%	0%
Exportações excluindo os grandes projectos	568.6	24%	802.2	30%	41%

Fonte: BPI. Investimentos-Research- Moçambique.Portugal,BPI 2009. [on-line], Disponível em <<http://www.bpiinvestimentos.pt/Research/research.asp?opc=11>>. acessado em 4 de Abril de 2009.

A exportação de Bens e Serviços é bastante deficitária, cerca de 10% do PIB em 2008. No entanto, houve bons desenvolvimentos a nível das exportações que, excluindo os megas projectos, aumentaram 41%; destaca-se o tabaco, o gás, a amêndoa e a castanha de caju, o açúcar, com os maiores índices de expansão. Dos principais bens de consumo exportados pesam mais a energia eléctrica, gás, tabaco e o açúcar. Nos grandes projectos, incluem a Mozal, Sasol, areias pesadas de Moma, Areias pesadas de Chibuto, Rio doce Moçambique e Hidroeléctrica de Cabora-Bassa.

Infra-estruturas de Transportes e comunicações – Para facilitar a ligação entre os centros de produção e de consumo para o desenvolvimento rural, o governo tem vindo a implementar um programa de reabilitação de estradas secundárias e terciárias, usando métodos baseados no trabalho intensivo.

Estratégia Nacional de Segurança Alimentar – programa definido pelo governo com o objectivo central de promover o desenvolvimento socioeconómico e a satisfação crescente das necessidades fundamentais de todo o povo moçambicano, em especial os grupos mais vulneráveis.

Moçambique beneficia de um importante apoio da comunidade internacional, o que incitou o governo moçambicano e os seus parceiros a se envolverem bastante cedo no processo de harmonização e melhoria da eficácia da ajuda. Desde o ano 2000, Moçambique beneficia nomeadamente de um programa de ajuda orçamental global, que associa 19 parceiros (o “G 19”) em 2007.

Este programa baseia-se num diálogo estruturado entre o governo e o “G 19”, alinhado sobre o ciclo orçamental moçambicano. Os desempenhos do governo são avaliados por um dispositivo de grupos de trabalho temáticos e sectoriais que associam os doadores, os ministérios e a sociedade civil. O acompanhamento dos resultados é feito de acordo com os instrumentos de planificação e execução nacionais. Este acompanhamento abrange uma matriz de indicadores macroeconómicos e de gestão das finanças públicas, de governação e de políticas sectoriais.

O sucesso que teve o processo de harmonização, tem a ver com a apropriação pelo governo da estratégia de luta contra a pobreza, e de crescimento e a sua vontade de realizar as reformas necessárias.

Moçambique tem também um grande desafio na luta contra a corrupção, um dos grandes males existente no país, que é um grande obstáculo para o desenvolvimento do país e, onde, como é normal, o ónus recai para os mais pobres, empobrecendo-os ainda mais. Muitas vezes vêm-se obrigados a pagar suborno, até mesmo a serviços a que têm os seus direitos consagrados na Constituição da República.

De acordo com os resultados da Pesquisa Nacional de Base Sobre Governação e Corrupção, realizada em 2004, a corrupção pública foi considerada um dos principais obstáculos para o desenvolvimento económico do país, no conjunto de outros problemas, tais como o desemprego, o custo de vida, a inflação, o difícil acesso a água, a fome, a qualidade de estradas e o crime. A corrupção se manifestava de diversas maneiras na administração pública, com destaque para a educação, saúde, polícia e sistema judicial. A forma mais praticada de corrupção é o suborno. Vários estudos

indicam que, num passado recente em Moçambique não havia referências alarmantes de corrupção como as que ocorrem nos nossos dias.

Para combater este mal, existem mecanismos institucionais criados para o efeito. Assim, a Assembleia da República aprovou a Lei nº 6/2004, de 17 de Julho que cria dentro da Procuradoria-Geral da República e subordinado ao Procurador-Geral da República o Gabinete Central de Combate a Corrupção, tendo por objecto o reforço do quadro legal vigente para o combate aos crimes de corrupção, e de participação económica ilícita. A Lei nº 6/2004 de 17 de Junho, é regulamentada pelo Decreto nº 22/2005, de 22 de Junho. Além do Gabinete Central, foram também criados os Gabinetes Provinciais.

Capítulo VII - Educação Ambiental em Moçambique

7.1 – A emergência de um novo pensamento Educativo

Na sociedade actual, onde o acesso às Novas Tecnologias da Comunicação e da Informação atravessa culturas e fronteiras, existe uma enorme pressão para reformar o pensamento educativo, para que a partir dele se desenvolvam novas políticas educativas.

Este pensamento educativo é baseado em filosofias educativas que definem as relações entre a educação, a sociedade, o meio e o conhecimento e que são, de acordo com Bertrand, imagens fabricadas da realidade que geram modelos educacionais que estabelecem regras e valores que orientam a organização da educação e dos seus sistemas. Estes pensamentos educativos, traduzidos em teorias, definem as finalidades da educação assumindo a forma de uma imagem fabricada da realidade que serve de referência à mudança organizacional (Bertrand, 2001:9).

Como consequência da emergência de um novo pensamento educativo que estabelece uma nova finalidade para a educação, baseada em novos paradigmas educativos, assistimos, também, a mudanças ao nível dos fins e objectivos da educação.

Maria Irene Figueiredo (1993:77), estabelece uma divisão entre os objectivos definidos para a educação: por um lado destacam-se os objectivos definidos em função do sistema educativo; por outro lado, referem-se os objectivos que visam a eficácia externa da educação, ou seja, orientados para o sistema social em geral.

A Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, no seu Relatório para a UNESCO (1996:18) “alerta para a exigência de uma maior compreensão mútua, de entreajuda pacífica” reforçando o que a Comissão considera um dos quatro pilares base da Educação, o de aprender a viver juntos.

De acordo com Morin (2003:42) a educação deve contribuir para a formação de uma consciência humanista e ética de pertença à espécie humana e de equilíbrio com o ambiente. Visto o planeta terra ser uma totalidade complexa, nas suas múltiplas dimensões (física, biológica, antropológica), tal como o ser humano o é (ser biológico, cultural, económico, social, etc.).

7.2 – A Importância da Educação Ambiental para uma Sociedade Moçambicana Sustentável

A Educação Ambiental representa um instrumento essencial para superar os actuais impasses da nossa sociedade.

Em Moçambique, a introdução da componente ambiental nos dois graus iniciais do sistema do ensino, nomeadamente o EP1 e o EP2, foi um dos objectivos num trabalho conjunto entre o MICOA e o Ministério da Educação (Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação – INDE).

O aumento do papel dos jovens e seu envolvimento activo na protecção do ambiente e na promoção do desenvolvimento económico e social, tem sido considerável. Tem havido entusiasmo das pessoas inerentes a esta faixa etária, nos bairros, escolas, organizações juvenis e em outros locais de aglomeração de jovens, fazendo com que se multiplicasse o surgimento de “Clubes” e “Associações” do Ambiente. Vários programas de educação ambiental têm tido lugar fundamentalmente nas escolas no âmbito dos “Clubes do Ambiente” ou através da Organização Nacional dos Continuadores. Importa destacar a criação do Comité Intersectorial de Apoio ao Desenvolvimento do Adolescente e Jovem (CIADAJ) que congrega o governo, associações juvenis e organizações religiosas que tem como objectivo permitir ao governo auscultar a opinião pública sobre as questões relativas ao desenvolvimento dos adolescentes e jovens. Assim são objectivos do CIADAJ propor ao governo políticas estratégicas e programas que visam fundamental educar o adolescente e o jovem na

conservação e preservação do ambiente, educação para o trabalho, no combate à droga, ao SIDA, e outros problemas que afectam esta camada.

Particular destaque vai ainda para a criação Conselho Nacional da Juventude, que congrega associações juvenis de diferentes cores políticas, de diferentes religiões ou actividade com o objectivo de promover uma participação cada vez maior dos jovens no desenvolvimento do país.

O papel da Liga dos Escuteiros, é também de mencionar uma vez que esta organização tem desenvolvido várias actividades de educação cívica e ambiental no seio da juventude através da organização de campanhas de limpeza nos bairros e praias bem como através de realização de palestras e debates educativos nas escolas.

Neste âmbito, merecem ainda destaque os seguintes aspectos:

- A introdução da cadeira do “Direito Ambiental” na faculdade da Universidade Eduardo Mondlane.
- A introdução da cadeira do “Ambiente” no currículo da Escola de Jornalismo. No ano de 2000 houve, em Maputo, um seminário sobre o assunto. Os jornalistas têm desempenhado um papel de reconhecido destaque na divulgação de questões ambientais, daí que seja relevante esta orientação.
- Aumento da consciencialização pública. Tanto o Governo como a Sociedade Civil desenvolveram com o apoio dos meios de comunicação social programas que visavam o aumento da consciência ambiental dos cidadãos sendo de destacar:
- Programas da Rádio Nacional e Comunitárias de Divulgação Ambiental.
- Séries Televisivas de Educação Ambiental, nomeadamente “ABC do Ambiente” e “Recursos e Vida” que foram apresentadas tanto na Estação Televisiva Nacional como na Estação RDP África que é difundida internacionalmente e em particular para os falantes do Português.
- Divulgação de temas ambientais através de artigos e folhetos.
- Produção de uma revista especializada sobre Ambiente e Desenvolvimento.
- Realização de jornadas de consciencialização ambiental por ocasião das comemorações do Dia Mundial do Ambiente que é comemorado no país todos

os anos sendo as cerimónias centrais realizadas rotativamente numa das capitais provinciais do país. Estas comemorações incluem actividades de plantio de árvores, campanhas de limpeza, exposições, palestras, actividades desportivas e culturais, etc.

- Promoção da formação. Foram também organizadas e realizadas acções de formação que contaram com o apoio de parceiros estrangeiros e organizações internacionais que permitiram oferecer aos moçambicanos cursos médios e superiores em matérias ambientais bem como estágios e seminários de formação. São de destacar as acções de formação desenvolvidas com o apoio da Cooperação Portuguesa (20 Técnicos Médios formados em Gestão Ambiental), com o Reino Unido, com os Países Baixos, Reinos da Dinamarca e Noruega entre outros, como a UNEP, a SADC, a ASDI etc.

Capítulo VIII – O Triângulo Sustentável em Moçambique

8.1 – A Análise SWOT de Moçambique

A sigla SWOT que representa a primeira letra das palavras, em ingles: Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats, foi criada por dois professores da *Harvard Business School*: *Kenneth Andrews* e *Roland Christensen*, e pode ser aplicada em qualquer tipo de análise de cenário, desde uma empresa até a gestão de uma multinacional. Os Pontos fracos e fortes considerados factores internos da empresa, as oportunidades e ameaças, factores externos, são justamente os pontos a serem analisados.

A análise SWOT (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças), é uma ferramenta que visa a detecção dos principais elementos a reter para a definição de uma estratégia a seguir por uma corporação ou empresa.

A matriz SWOT está organizada precisamente segundo as temáticas associadas às questões relacionadas e, serve para verificar a posição estratégica da empresa no ambiente em questão.

Forças e fraquezas – Uma das partes da análise SWOT, trata dos pontos fortes e fracos da organização, ou seja de seu ambiente interno. Assim, quando percebe-se um

ponto forte, devemos ressaltá-lo ainda mais e quando percebemos um ponto fraco devemos agir para corrigi-lo ou pelo menos para minimizar seus efeitos.

Ameaças e oportunidades – A outra parte da análise SWOT é o estudo do ambiente externo à organização em busca de ameaças e oportunidades. Trata-se da análise daquilo que está sempre fora do controle das empresas, mas que é importante de se conhecer e monitorar. Entre as forças a serem consideradas estão os factores demográficos, económicos, históricos, políticos, sociais, tecnológicos, sindicais, legais, etc.

As fontes para esta análise serão tiradas da grande imprensa, dos órgãos governamentais, dos indicadores financeiros, das organizações correlatas e das revistas e associações especializadas no seu campo de actuação.

As ameaças e oportunidades, sempre afectam de forma homogénea todas as organizações que concorrem num mesmo mercado - alvo. Contudo, as organizações deverão estar atentas, para melhor proveito tirar das oportunidades e menor dano das ameaças. Ou seja, deve-se dar maior atenção às tendências com maior probabilidade de acontecer, para assim evitar as ameaças reais e explorar as oportunidades da melhor maneira possível.

No caso de Moçambique, foram levados em linha de conta nesta matriz SWOT os estudos, e relatórios que permitiram recolher alguns elementos relevantes para a análise.

Não obstante, a dificuldade de escassez de dados com que nos deparamos para a realização da investigação, entendemos estar em nosso entender, identificados informação necessária que nos permite a elaboração da matriz SWOT e, a partir da mesma, delinear as estratégias a seguir.

Neste sentido, o governo de Moçambique deve estar atento a todas as forças internas do país, para maior tirar maior proveito das oportunidades de investimento que estiverem ao seu alcance.

Tabela 8.1

Análise SWOT de Moçambique

<p>PONTOS FRACOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - HIV/SIDA é considerado o problema mais grave e o maior desafio que o país enfrenta. - Pobreza absoluta, considerado um dos países mais pobres do mundo. - Deficiência ao nível de infra-estruturas de transportes, sanitárias e redes de água. - Importação de bens de consumo, como cereais, automóveis, medicamentos etc. - Alterações climáticas: secas e inundações. - Desflorestação e degradação dos solos. - Barreiras no acesso aos mercados internacionais. - Igualdade do género, como elemento chave do crescimento a favor dos desfavorecidos. 	<p>PONTOS FORTES</p> <ul style="list-style-type: none"> - Crescimento económico confortável. - Potencial de energias renováveis (sol, ondas, mar e vento). - Turismo, importante actividade económica. - Sector agrícola, tem um peso significativo no PIB - Construção de novas barragens e a expansão do HCB. Os grandes projectos, a Mozal, Sasol, Areias pesadas. - Elevada percentagem de quadros superiores. - Produtos de exportação: tabaco, o gás, a amêndoa e a castanha de caju, o açúcar, com maiores índices de expansão. Além do camarão, alumínio e o petróleo. - Fortes investimentos públicos e privados impulsionam a economia.
<p>AMEAÇAS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Crise internacional. - A dificuldade de obtenção de financiamento, constitui entrave para o desenvolvimento privado. - Diminuição de investimento e ajudas internacionais. - Entrave no sector turismo devido a deficiência em infra-estruturas. 	<p>OPORTUNIDADES</p> <ul style="list-style-type: none"> -A localização geográfica, a extensa linha da costa para escoamento de produtos. -Recursos naturais, sobretudo carvão e gás natural. -Recursos a equipamentos, técnicas para a agricultura, há alguns incentivos, taxas mais baixas e isenções. - Turismo, dadas as condições geográficas e beleza natural do país. - Construção, expansão na construção privada e forte actividade de recuperação e construção de estradas. - Parcerias internacionais – cooperação económica e social internacional.

8.2 – Discussão de Resultados e Estratégias

Mediante a matriz SWOT, Moçambique apesar de uma economia confortável, é provável que, a médio/ longo prazo, a crise internacional tenha um impacto negativo, dada a retracção do investimento e a queda das exportações, sobretudo, o alumínio. A queda de exportação do alumínio, foi devido a forte queda da procura pelos países asiáticos, nomeadamente a China e Índia.

Em contrapartida, existem efeitos compensadores. Em 2008, houve bons desenvolvimentos a nível das exportações, que excluindo os mega-projectos, aumentaram, 41%; destaca-se o tabaco, o gás, amêndoa e a castanha de caju, o açúcar, com os maiores índices de expansão. Em termos de peso, o destaque vai para a energia eléctrica, gás, tabaco e açúcar.

A situação de Moçambique, não é alarmante como se pretende fazer transparecer; o governo tem implementado políticas de estabilização, mas é necessário repensar as estratégias, e definir um novo rumo a seguir.

No plano social, existe a intenção de reduzir a pobreza, mas é necessário aumentar a escolaridade, pois o factor de futuro é o conhecimento, com o objectivo de caminhar em direcção ao cumprimento dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio.

Apostar na Educação, mais no conteúdo e na qualidade de ensino prestado, e, na formação profissional, capacitar os alunos com novas competências, passos fundamentais para alcançar o desenvolvimento económico, deve ser uma das estratégias a seguir.

A propagação da pandemia do HIV/SIDA, constitui uma ameaça para a redução da pobreza em Moçambique. A orfandade é um problema enorme e crescente que arruína as perspectivas de vida de muitas crianças no país.

É importante a criação de infra-estruturas de suporte, no sector de turismo e agricultura. A estratégia a seguir para a agricultura, seria a criação de estruturas produtivas com objectivo comercial. No entanto, existem melhorias evidentes na agricultura, contribuindo para reduzir situações de carência alimentar graves, graças ao gradual surgimento da agricultura de subsistência. O sector agrícola, tem peso

significativo no PIB. No entanto, o seu contributo para o crescimento tem sido volátil, dependendo muito de questões climáticas.

Todavia, em Moçambique, as atenções e esforços estão concentrados no sector económico, nos grandes projectos de investimento. A localização geográfica de Moçambique, fazendo fronteira com países com dimensão económica significativa no contexto da região da África Austral, constitui alguns dos pontos fortes da economia, embora ainda por explorar plenamente. Para tal impõe-se a melhoria de alguns eixos ferroviários, alterações estruturais nos principais portos, de forma a possibilitar a sua utilização por navios de maior porte, articulação com os eixos ferroviários, criação de terminais logísticos, entre outros, com a possibilidade de Moçambique funcionar como plataforma logística e de transacções comerciais para países sem linha de costa, como é o caso da Zâmbia do Zimbabwe ou do Botswana, e a intensificação das ligações económicas com a África do Sul, a maior economia da região, constitui uma oportunidade ainda pouco explorada.

Os recursos naturais, sobretudo carvão, potencial exportação para os países vizinhos e, juntamente com o gás natural, são também uma plataforma de fornecimento de energia eléctrica dos países da região. Este é um sector em clara fase ascendente da economia moçambicana e vários projectos estão em fase de implementação com a participação de várias empresas internacionais, como a Riversdale, empresa mineira australiana; Vale, maior empresa brasileira no sector mineiro; Tata Steel, empresa indiana na área de siderurgia; Sazol, petrolífera sul-africana, etc. Outros sectores de oportunidades de investimento são a construção e as energias renováveis. Com a expansão da construção privada, existe forte actividade na construção e recuperação de estradas, escolas barragens e central térmica. É também preciso tirar maior partido nos recursos hídricos abundantes, o vento e sol. O sol com altas temperaturas durante todo o ano, nunca inferiores a 20°C; vento; oceano e o mar em toda a costa litoral com elevando o potencial das ondas. Estas energias são consideradas alternativas, e com menor impacto ambiental. Contudo, estes recursos são inexplorados por razões de ordem económica e financeira, na medida em que a sua exploração e manutenção é muito dispendiosa.

No aspecto ambiental, o país deve antes de mais, garantir um eficaz uso dos recursos, evitando danos sérios e irreversíveis ao ambiente, proteger a saúde humana e

garantir a segurança de pessoas e bens, identificando os principais impactes e as melhores medidas para os mitigar, através de um Estudo de Impacto Ambiental (EIA).

Neste contexto, Moçambique tem de definir, que áreas ou actividades estimular, que infra-estruturas desenvolver, ou seja, tem de definir o melhor caminho para alcançar o desenvolvimento, que seja sustentável.

Entretanto, muitos países em desenvolvimento continuam a enfrentar barreiras no acesso aos mercados internacionais, o que limita a potencialidade do comércio enquanto factor de dinamização económica. Há um enorme potencial de expansão dos serviços, o sector com maior crescimento nas trocas internacionais e no investimento. Mas, os países em desenvolvimento enfrentam dificuldades em aceder aos mercados. A definição de regras mais flexíveis e mais justas será um importante impulso para o crescimento económico de muitos países em desenvolvimento.

Neste sentido, da análise da matriz SWOT, Moçambique deve por um lado tirar maior partido das forças internas, maximizando-as, por outro lado, saber lidar com as ameaças, minimizando-as. Esta será a estratégia do país a seguir.

Deste modo, as energias renováveis devem constituir a força interna moçambicana, por razões já referidas, por exemplo, do sol praticamente todo o ano, vento, ondas e o mar, e até resíduos da natureza, reforçando a energia hidráulica já existente no país

Outra força interna do país, é a riqueza do solo, subsolo, e a influência do clima. Com esta riqueza natural em recursos minerais e marinhos, a estratégia é maximizar todas as suas potencialidades. Assim, a agricultura, além de satisfazer as necessidades da maioria da população moçambicana, contribui também para o crescimento económico. Para tirar maior partido na produção agrícola Moçambique deve adoptar a estratégia de implementação de equipamentos e técnicas para a agricultura, com objectivo de ter a transformação dos produtos para exportação. Cabe lembrar que a inserção de novas tecnologias é interessante para auxiliar as comunidades pobres a sair na condição da pobreza. Porém, a tecnologia deve ser introduzida gradualmente, bem como ser agregada aos conhecimentos locais, já que a implementação de tal tecnologia se realizada de forma abrupta, pode romper com os laços sociais de determinada comunidade e, ainda degradar o meio ambiente (World Bank, 2003; Keck, 1998; IUCN, 2003).

Relativamente a sua posição geográfica, a estratégia a seguir é de alterar estruturalmente os principais portos, de forma a possibilitar a sua utilização por navios de maior porte, com a possibilidade de Moçambique funcionar como plataforma logística e de transacções comerciais para países sem linha de costa, como é o caso da Zâmbia do Zimbábwe ou do Botswana, e a intensificação das ligações económicas com a África do Sul.

Estas seriam as principais forças internas que Moçambique teria que tirar partido, através da criação de projectos e investimentos, contribuindo deste modo para a criação de empregos, e aumento nos rendimentos dos agregados familiares e redução da pobreza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com metade da humanidade vivendo abaixo da linha de pobreza, já se consomem 25% a mais do que a Terra consegue renovar. O perigo não atinge apenas as nações pobres. Se a economia global continuar se apoiando sobre o uso de combustíveis fósseis, o equilíbrio climático do planeta inteiro será afectado, como advertiram os cientistas do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC). Hoje sabe-se que, se o actual ritmo de exploração dos recursos do planeta continuar, não haverá no futuro fontes de água ou de energia, reservas de ar puro nem terras para a agricultura em quantidade suficiente para a preservação da vida humana.

Combater a pobreza e proporcionar uma existência digna de vida dos cidadãos e das cidadãs, passa a ser o objectivo principal do governo comprometido com o bem-estar social. Assim, adoptar a perspectiva sustentável do desenvolvimento é tentar superar a problemática da pobreza.

Trabalhar a superação dos problemas sociais de populações pobres requer, a partir da perspectiva do desenvolvimento sustentável, um trabalho integrado entre agentes institucionais capazes de colocar em prática acções transformadoras da realidade. Unir poder público, sector privado e sociedade civil organizada é o caminho de toda iniciativa pública que pretende integrar para desenvolver.

Contudo, a integração no desenvolvimento sustentável deve ir além da relação entre esses agentes institucionais acima mencionados. O procedimento mais adequado para o alcance dos objectivos da sustentabilidade, segundo análise de seus próprios pressupostos, é integrar também as acções práticas, ou seja, é proporcionar a interconexão entre áreas estratégicas, tais como educação, saúde, assistência social, geração de emprego e renda, infra-estrutura urbana, habitação, conservação ambiental, cultura e lazer. Tudo isso através por um planeamento apto a qualificar uma intervenção eficiente e eficaz junto a populações - alvo e a consolidar um padrão de vida mais digno e humano para estas.

Num sentido mais abrangente, a noção de desenvolvimento sustentável refere-se antes de tudo as relações entre os próprios seres humanos e a sociedade, e em segundo lugar entre os seres humanos e a natureza. Porque todas as acções dos homens são reflectidas na natureza e, uma acção tem uma reacção. Ora, se no seio dos próprios seres

humanos não há um relacionamento saudável, porquê essa corrida com a terra em vez de começar por onde realmente tem de se começar? Estamos caminhando para um abismo.

As desigualdades sociais e económicas nas nações constituem obstáculos à redução sustentável da pobreza. A globalização oferece perspectivas prometedoras para estimular o crescimento e reduzir a pobreza, mas deverá ser feito um esforço especial para assegurar que os países e as populações pobres partilhem de forma justa as oportunidades e as vantagens que daí decorrem.

A redução da pobreza e das desigualdades no mundo é essencial para o interesse comum, dado o seu impacte potencial na segurança regional e mundial, na cooperação internacional, no desenvolvimento sustentável e na prosperidade.

Os países em desenvolvimento devem ter os seus próprios modelos de desenvolvimento, assumir a liderança e formular estratégias nacionais eficazes para reduzir a pobreza. Estas estratégias devem integrar preocupações económicas, sociais, ambientais e ligadas à boa governação no quadro de um desenvolvimento integrado, ao nível nacional. Tendo em conta que a actividade empresarial é o motor de desenvolvimento de um país, o conceito de desenvolvimento sustentável deve ser assimilado pela liderança de uma empresa como uma nova forma de produzir sem degradar o meio ambiente, estendendo essa cultura a todos os níveis da organização, para que seja formalizado um processo de identificação do impacto de produção da empresa no meio ambiente e resulte na execução de um projecto que alie produção da empresa e preservação ambiental, com uso de tecnologia adaptada a esse preceito.

E por fim, para garantir um desenvolvimento equilibrado, promover a qualidade de vida e proteger a qualidade do ambiente e dos recursos, há que responsabilizar os mais directos causadores, ou seja, é preciso criar e reforçar os mecanismos de internalização dos custos ambientais nos custos de produção e evitar que o ónus da degradação ambiental incida sobre os contribuintes, as gerações futuras ou os países mais pobres. Algumas dessas medidas podem ser apontadas: O princípio do poluidor-pagador, a aplicação de um diferencial de impostos de acordo com o desempenho ambiental, emissão de autorizações de utilização negociada de recursos naturais, etc. Os países ricos devem repensar quais são os bens necessários para uma vida saudável.

A educação é vista como um processo capaz de construir uma sociedade mais justa, libertando o homem de determinismos e fazendo-o reconhecer o papel da *história* e da *identidade cultural* como práticas pedagógicas importantes à concretização de uma vida melhor para todos. Respeitando a história e a identidade cultural de cada povo, é possível o fortalecimento da cidadania, na medida em que se garante uma verdadeira comunicação entre actores sociais que compartilham de uma mesma existência. A educação é, portanto, o caminho para o conhecimento do mundo e da realidade, capaz de levar o homem à transformação.

De acordo com o Banco Mundial (2006), não se pode falar de combater a pobreza sem promover a equidade que comporta 2 princípios: o primeiro é o princípio de oportunidades iguais; porque as conquistas da vida de uma pessoa devem ser determinada principalmente por seus talentos e esforços, e não por circunstâncias pré-determinadas como a etnia, género, história social ou famílias ou ainda país de nascimento. O segundo princípio é a prevenção dos resultados especialmente em saúde educação e níveis de consumo.

A privação atrofia o desenvolvimento parcelar das suas vítimas, os alicerces em que se assenta o desenvolvimento nacional. Trata-se de privação do usufruto do que é intrínseco ao ser humano; a liberdade e o direito a vida condigna.

Durante muito tempo pensou-se que desenvolvimento e crescimento eram sinónimos. Mais tarde verificou-se que o crescimento só leva a acumulação de riquezas e que não leva nem a sustentabilidade ecológica, nem a eliminação da pobreza, e que o desenvolvimento conduz a igualdade, justiça social e qualidade de vida.

Nesta dissertação, de forma a perceber a situação actual de Moçambique, foi analisada a relação existente entre o Desenvolvimento Sustentável e a pobreza em Moçambique. Ao longo o trabalho de investigação, pode-se constatar que Moçambique é um país rico em recursos naturais, e que a construção de mega-projectos, financiados por investidores estrangeiros, tanto em 2003 como em 2008 tem sido um motor para o crescimento da economia no país e consequentemente o aumento do PIB. Mas, se por um lado a economia do país cresce, por outro, a degradação ambiental. E para o progresso, não pode haver rompimento do vínculo entre a expansão económica e o meio ambiente.

Entretanto, conforme já referido, Moçambique tem um alto índice de pobreza, a maior parte da pobreza é rural, e é considerado pela ONU um dos países mais pobres do mundo, mas que mais acções têm feito para a erradicação da pobreza. Os pobres dependem totalmente dos recursos naturais para a sua sobrevivência e, como consequência e não tendo outra alternativa, degradam o ambiente.

Deste modo, e de forma a dar resposta a pergunta de partida, se o Desenvolvimento Sustentável pode acabar com a pobreza em Moçambique, tendo em conta que o país está preocupado com o crescimento económico, verificou-se através das estatísticas, que embora o país tenha apresentado um crescimento económico consecutivo ao longo de anos, não foi suficiente para resolver o problema da pobreza.

E o Desenvolvimento Sustentável, que relação existe com a pobreza? Tanto o crescimento económico como a pobreza, degradam o ambiente, deixando de haver sustentabilidade ambiental. Neste sentido a política do Desenvolvimento Sustentável é vaga e totalmente descontextualizada da realidade, tendo em conta que, esta visa a preservar a biodiversidade e os ecossistemas, o que na realidade não se verifica. O Relatório de Brundtland não leva em consideração as várias dimensões da condição da pobreza e do meio ambiente, como contexto social, económicos políticos e institucional, importantes para compreensão desta relação. Pelo que se pode constatar, não existe crescimento sustentável e, não se pode aliviar a pobreza através de um desenvolvimento sem crescimento. Assim, pode-se considerar a política do Desenvolvimento Sustentável é “utópica” porque está descontextualizada da realidade dos países pobres e o Desenvolvimento Sustentável busca simultaneamente a eficiência económica, a justiça social e a harmonia ambiental o neste caso não se verifica.

Neste contexto, Moçambique está longe de alcançar os Objectivos do Milénio e tem um longo caminho a percorrer. Mas, o que há de errado no país?

Moçambique é um país que tem todas as potencialidades para alcançar os seus ideais, além da riqueza natural, os doadores internacionais que ajudam para o desenvolvimento do país, beneficiou de programas de redução da sua dívida externa (HIPC), investimentos estrangeiros, enfim, tem uma série de ajudas internacionais. Segundo o FMI, Moçambique continua a ser encarado como um caso exemplar entre as novas economias emergentes africanas. Apesar da sua expressão ainda reduzida, tem assumido um papel cada vez mais determinante no contexto da África Austral, atendendo nomeadamente ao seu potencial como fornecedor de energia da região,

através da Hidroelétrica de Cabora Bassa. E de acordo com a visão do FMI, apesar da crise internacional, a economia vai continuar a crescer a um ritmo confortável em 2010.

Contudo, mediante a análise SWOT, seguindo as estratégias definidas, Moçambique poderá a um prazo não longínquo, alcançar o primeiro Objectivo do Milénio, através de investimento das potencialidades do país, como as energias renováveis, a produção agrícola e sua posição estratégica para fins comerciais.

Desenvolvimento Sustentável, como resposta as crises actuais, e como estratégia no combate a pobreza absoluta, poderá ser possível, se adoptar-se instrumentos e mecanismos operacionais para a sua materialização, sem estar directamente relacionada com a degradação ambiental.

Em Moçambique poderá ser possível o Desenvolvimento Sustentável, mas será necessário ter em consideração alguns aspectos, e apostar entre em algumas áreas, tais como:

- Investimento em infra-estruturas de suporte para o desenvolvimento do turismo e agricultura.
- Criação de estruturas produtivas com objectivo comercial no sector agrícola.
- Os países ricos devem auxiliar com a inserção de novas tecnologias o que permite maior produtividade em diversas áreas e, como consequência, rápido desenvolvimento do País.
- Promover a estabilidade macroeconómica.
- Investir em energias renováveis, como a eólica, hídrica, as energias das ondas, bem como apostar nos biocombustíveis para os transportes, no biogás e na biomassa.
- Implantação de políticas públicas que possam afirmar a igualdade de direitos e a cidadania das mulheres, e a participação destas nas esferas importantes do Executivo, Legislativo e do Judiciário.
- Investimentos directos na promoção da igualdade de género em educação, saúde, oportunidades económicas e direitos políticos que podem possibilitar, em longo prazo, o desenvolvimento sustentável das próximas gerações.

Não se pode falar de desenvolvimento, sem falar da igualdade de género. Não se promove mudanças se as mulheres não estiverem a participar na elaboração de todas as políticas. A ausência da mulher nos espaços do poder põe em causa a legitimidade da democracia.

Relativamente às energias renováveis, devido as suas condições climáticas, e recursos naturais, Moçambique está em situação privilegiada para o aproveitamento destes recursos e, deveria a um prazo não longínquo, ter toda a electricidade consumida de origem renovável.

Porém, o atraso de África deve-se em grande parte as tradições, aos costumes e as religiosidades com que eles estão agarrados, e fechados em si próprio. E a maior parte destas tradições e religiosidades são um pacto com o demónio, e o demónio, é um espírito atrasado. África precisa de uma mente mais aberta, para transformação, libertação e renovação.

BIBLIOGRAFIA

- ALLEMAND, S. & BORBOLAN, J. C. R, *A Mundialização*, Mem Martins, Editorial Inquérito, 2002
- ALIER, J. M. Da economia ecológica ao ecologismo popular. Editora da FURB, 1998.
- AMBRÓSIO, T. *Educação e Desenvolvimento – Contribuição para uma Mudança Reflexiva na Educação*, Monte da Caparica, UIED, 2001.
- AMBRÓSIO, T, “A Complexidade da Adaptação dos Processos de Formação e Desenvolvimento humano”, in *Formação e Desenvolvimento Humano: Inteligibilidade das suas Relações Complexas*, Lisboa, MCX/APC Atelier 34, 2003.
- BANCO MUNDIAL. Relatório sobre o desenvolvimento mundial: visão geral, equidade e desenvolvimento, Washington, D.C. 2006.
- BARBIER, E. Land Degradation and Rural Poverty in África: Examining the Evidence. UNU/INRA annual Lectures, 1998.
- BARBIER, E. The economic linkages between rural poverty and land degradation: some evidence from África. *Agriculture, Ecosystems and Environment*. vol.82, p. 355-70, 2000.
- BARICCO, A. *NEXT – Pequeno livro sobre a Globalização e sobre o mundo que virá*, Lisboa, Fim de Século, 2003.
- BECK, U. Risk society. London: Sage Publications, 1992.
- BECK, U., GIDDENS, A. & LASCH, S. *Modernização Reflexiva*, Oeiras, Celta Editora, 2000.
- BELL, J. *Como realizar um projecto de investigação*, Lisboa, Gradiva, 1997.
- BERTRAND, Y. *Teorias Contemporâneas da Educação*, Lisboa, Instituto Piaget, 2001.
- BOYER, R. & DRACHE, D. *Estados contra mercados – os limites da Globalização*, Lisboa, Instituto Piaget, 1996.

CAMARGO, Ana L. B. *Desenvolvimento Sustentável: Dimensões e Desafios*. 2 ed. Campinas, SP: Papirus, 2005.

CARVALHO, I. *A Invenção ecológica*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001. In: CAVALCANTI, C. (org.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1997. p.384-390.

CAVENDISH, W. *Poverty, Inequality and Environmental Resources: Quantitative Analysis of Rural Households*. 1999a.

CAVENDISH, W. *Empirical regularities in the poverty-environment relationship of African rural households*. 1999b.

CHOMSKY, N. *A Democracia e os Mercados na Nova Ordem Mundial*, Lisboa, Edições Antígona, 2000.

COMISSÃO EUROPEIA. *Memorando sobre a Aprendizagem ao Longo da Vida*, Bruxelas, 2000.

CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL. *Parecer sobre a Globalização: Implicações para o Desenvolvimento Sustentável*, Lisboa, Conselho Económico e Social, 1997.

CMMD. *Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nosso Futuro Comum*. 2. ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1991.

DASGUPTA, S.; DEICHMANU, U.; MEISNER, C.; WHEELER, D. *The Poverty/Environment Nexus in Cambodia and Lao People's Democratic Republic*. World Bank Policy Working Paper 2960, 2003.

DICKEN, P. *Transforming the world Economy*, London, Paul Chapman Publishing Lda, 1998.

DURAIAPPAH, A. K. *Poverty and Environmental Degradation: A Review and Analysis of the Nexus*. World Development. vol. 26, n. 12, 1998, p. 2169-79.

ECHEVERRIA, R. G. *Elementos estratégicos para la reducción de la pobreza rural em América Latina y el Caribe*. Washington: BID, 1998.

ECHEVERRIA, R, G. *Opciones para reducir la pobreza rural en América Latina y el Caribe*. Revista de la CEPAL, 2000.

ECO, U. *Como se faz uma tese em Ciências Humanas*, Barcarena, Editorial Presença, 2002.

EKBOM, A; BOJÖ, J. Poverty and Environment: Evidence of Links and Integration into the Country Assistance Strategy Process. Environment Group. The World Bank. Discussion Paper n. 4, 1999.

FIGUEIREDO, M. I. M. (1993), *A Reforma Educativa Portuguesa de 1986. Retórica e Realidade*, Braga, Universidade do Minho, Instituto de Educação, 1993

FRIEDMAN, T. L. *Compreender a Globalização*, Lisboa, Quetzal Editores, 2000.

FUKUYAMA, F. “Capital Social e Globalização”, in *Globalização, Desenvolvimento e Equidade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian. 166, 2000.

GIDDENS, A. *O Mundo na Era da Globalização*, Lisboa, Editorial Presença, 2001.

GOUVEIA, T. P. “A globalização como fenómeno de homogeneização,cultural”, in *Globalização e Democracia – os Desafios para o Século XXI*, Lisboa, Edições Colibri, 2003.

GRIFFIN, K. E MCKINLEY, T. *Implementing a Human Development Strategy*, London, MacMillan Press Ltd, 1994 .

HANLON, J. Há mais bicicletas – mas há desenvolvimento? Maputo: Missanga Ideias & Projectos Lda., 2008.

HAYES, A.; NADKARNI, M. V. Poverty, Environment and Development Studies of four countries in the Asia Pacific Region. UNESCO, 2001.

HILL, R. C. GRIFFITHS, W. E.; JUDGE, G. G. *Econometria*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

HORST, S. & KLODT, H. “A caminho da concorrência global: catalisadores e condicionantes”, in *O futuro da Economia Global rumo a uma expansão duradoura?*, Lisboa, OCDE, 2001.

IUCN. The World Consevation Union. Poverty and Environment nexus study: Rehri Mian, Korangi Creek Área – Pakistan Component, 2003.

JACOBI, P. et al. (orgs.). *Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências*. São Paulo: SMA, 1998.

JACOBI, P. *Cidade e meio ambiente*. São Paulo: Annablume, 1999.

- LEFF, E. *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Cortez, 2001
- LIMA, L. “Da vida ao longo da aprendizagem”, in *Jornal a Página da Educação*, n.º 115, Setembro 2002, 2002.
- LIPIETZ, A. “Promover a sustentabilidade ecológica mundial: a caminho de uma Nova Grande Transformação”, in *O futuro da Economia Global rumo a uma expansão duradoura?*, Lisboa, OCDE, 2001.
- LIPSEY, R. G. “Fontes de dinamismo económico permanente de longo prazo no século XXI” in *O futuro da Economia Global rumo a uma expansão duradoura?*, Lisboa, OCDE, 2001.
- MACHADO, C. B., SANTOS, S. E., SOUZA, T. C. A sustentabilidade Ambiental em Questão. In: SILVA, Christian Luiz da. *Desenvolvimento Sustentável: Um Modelo Analítico, Integrado e Adaptativo*. 1 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006, p. 123-134.
- MCMICHAEL, P. *Development and Social Change. A global perspective*, London, Pine Forge Press, 1996.
- MELO, A. *Globalização Cultural*, Lisboa, Quimera Editores, 2002.
- MINK, S. D. Poverty, population, and the environment. World Bank Discussion Paper, n. 189, 1993.
- MEADOWS, D. et al. *Limites do crescimento: um relatório para o projecto do Clube de Roma sobre os problemas da humanidade*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- MARKANDIA, A. Poverty, environment and development. *Fronties of Environmental Economics*. Edward Elgar. Cheltenham, UK. P. 192-213, 2001.
- MÓNICA, M. F. *Escola e Classes Sociais: introdução a uma problemática da Sociedade da Educação*, Lisboa, Presença, 1981.
- MONTEIRO, A. R. “A Educação no Projecto Comunitário Europeu. Uma história com 30 anos”, in *Inovação*, vol. 15, n.º. 1-2-3, 2002, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 7-21, 2002.
- MORIN, E. *Os Sete Saberes para a Educação do Futuro*, Lisboa, Instituto Piaget, 1999.
- MORIN, E. *Introdução ao Pensamento Complexo*, Lisboa, Instituto Piaget 168, 2001.
- MORIN, E. *Repensar a Reforma, Reformar o Pensamento: a Cabeça Bem Feita*, Lisboa, Instituto Piaget, 2002.

MURTEIRA, M. *A emergência de uma Nova Ordem Mundial*, Lisboa, Difusão Cultural, 1995.

NAÇÕES UNIDAS *Agenda 21: Programa de Acção para o Desenvolvimento Sustentável. Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento*, Texto final dos acordos negociados pelos governos na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, Nova Iorque, Nações Unidas, 1992.

OLIVEIRA, Lívio. L. S. *Economia dos Recursos Naturais, Desenvolvimento Sustentável e Teoria do Crescimento Económico: Uma aplicação para o Brasil*. 2004. 107 f. Dissertação (Pós-graduação em Economia) -Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

PÁDUA, S.; TABANEZ, M. (orgs.). *Educação ambiental: caminhos trilhados no Brasil*. São Paulo: Ipê, 1998. WCED. World Commission on Environment and Development. *Our Common Future* Oxford and New York: Oxford University Press, 1987.

PARPA, (2001-2005). *Plano de acção para a redução da pobreza absoluta, 2001-2005*. Maputo, 2001.

PATROCÍNIO, T. *Tecnologia, Educação e Cidadania*, Lisboa, IIE, 2002.

PNUD. *Relatório do Desenvolvimento Humano*. Washington, D.C., 2001.

PNUD. *Relatório do Desenvolvimento Humano*, Nova Iorque, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2007-2008).

PRAKASH, S. *Poverty and Environment linkages in Mountains and Uplands: Reflections on the "Poverty trap" thesis*. CREED Working, 1997, p. 12.

QUIVY, R. *Manual de investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva, 1998.

RAWLES, J. *Uma Teoria da Justiça*, Lisboa, Ed. Fundamento, 1971.

REBELO, S. "Educação, Capital Humano e Desenvolvimento Económico", in *Globalização, Desenvolvimento e Equidade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

REIGOTA, M. *Desafios à educação ambiental escolar*. In: JACOBI, P. et al. (orgs.). *Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências*. São Paulo: SMA, 1998. P.43-50.

ROGERS, C. *Tornar-se pessoa*, Lisboa, Moraes, Editores, 1984^a.

- ROSA, J. C. “Abordagem Onto-atropológica do Desenvolvimento Humano”, in *Anais UIED 2002*, Monte da Caparica, UIED – FCT/UNL, 2002. *Novos modos de governação*, Porto, Edições Afrontamento, 2003.
- RUSHEINSKY, A. (org.). Educação ambiental: abordagens múltiplas. Porto Alegre: Artmed, 2002. p.169-173. Rede de relações: os sentidos da educação ambiental na formação de professores. São Paulo, Tese (Dout.) Feusp.2000.
- SANTOS, B. S. *Globalização, Fatalidade ou Utopia?*, Lisboa, Ed. Afrontamento, 2001.
- SANTOS, B. S. “Dilemas do nosso tempo: globalização, multiculturalismo e conhecimento”, in *Currículo Sem Fronteiras*, V. 3, N. 2, pp. 5-23, Jul/Dez 2003.
- SANTOS, J. E. Agenda 21 em sinopse. São Carlos. Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de São Carlos, 1996, p. 41.
- SANTOS, V. M. *Conhecimento e Mudança – Para uma Epistemologia da Globalização*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2002.
- SACRISTÁN, J. G. *Educar e conviver na cultura global*, Porto, Edições ASA, 2003.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Scwarcz, 1999.
- SCHULTZ, T. “Investment in Human Capital”, in *Economics of Education*, Victoria, Australia, M. Blaug Edition, 1968.
- SCHWARTZ, B. *Uma escola diferente*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984.
- SCHWARTZ, P., EAMONN, R. & BOYER, N. “O despertar da economia global do conhecimento”, in *O futuro da Economia Global rumo a uma expansão duradoura?*, Lisboa, OCDE, 2001.
- SERAGELDIN, I. “Evaluating environmentally sustainable development”, in *Evaluation and Development. Proceedings of the 1994 World Bank Conference*, Washington, World Bank Operations Evaluation Department, 1995.
- STIGLITZ, J. E. *Globalização – A grande desilusão*, Lisboa, Terramar, 2002.
- SOARES, M. *Porto Alegre e Nova Iorque. Um mundo dividido?* Lisboa, Gradiva, 2002.
- SOARES, M. “A Globalização e a nova configuração das relações norte-sul”, in *Globalização e Democracia – os Desafios para o Século XXI*, Lisboa, Edições Colibri, 2003.

- SORRENTINO, M. De Tbilisi a Tessaloniki, a educação ambiental no Brasil. In: TAMAIO, I. A Mediação do professor na construção do conceito de natureza. Campinas. Dissert.(Mestr.) FE/Unicamp, 2000.
- TEDESCO, J. C. *O Novo Pacto Educativo*, Porto, Fundação Manuel Leão, 1999.
- TEODORO, A. “Organizações internacionais e políticas educativas nacionais: A emergência de novas formas de regulação transnacional, ou de uma globalização de baixa densidade”, in *Transnacionalização da Educação Da crise da Educação à “Educação” da crise* (Stephen R. Stoer; Luiza Cortesão; José A. Correia orgs.), Porto, Edições Afrontamento, 126-158, 2001.
- TEODORO, A. *Globalização e Educação. Políticas Educacionais e novos modos de governação*, Porto, Edições Afrontamento, 2003.
- TOLDA, J. “Globalização e espaços locais: economia de conhecimento e de inovação”, in *A Economia em Curso. Contextos e Modalidades* (José Reis e Maria Ioannis Braganha orgs.), Porto, Edições Afrontamento, 2002.
- TORRES, C. A. “Política para a Educação de Adultos e Globalização”, in *Currículo sem Fronteiras*, V. 3, nº. 2, pp. 69-69, Jul/Dez 2003, 2003.
- UNESCO, *O Direito à Educação. Uma Educação para todos durante toda a vida*. Relatório Mundial sobre a Educação, Porto, Edições ASA, 2000.
- UNESCO, *Global Education Digest 2003 – Comparing Education Statistics across the world*, Montréal, Institute of Statistics – UNESCO, 2003.
- VALA, J. “A análise de conteúdo”, in *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento, 2001.
- VARGAS, Heliana Comim. *Novos instrumentos de Gestão Ambiental Urbana*, São Paulo: EDUSP, 2001.
- VIGOTSKY, L. *A Formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- WALLACE, I. *The Global Economy System*, London, Routledge, 1990.
- WATERS, M. *Globalização*, Oeiras, Celta Editora, 1999.
- WOLFGANG, M., RIEL, M. & STEVENS, B. “Anatomia de uma expansão duradoura”, in *O futuro da Economia Global rumo a uma expansão duradoura?*, Lisboa, OCDE, 2001.

WYATT, T. “Les indicateurs de l’enseignement. Analyse bibliographique“, in *Évaluer l’Enseignement. De l’utilité des indicateurs internationaux*, Paris, OCDE – CERI, 1994.

ZUIRN, H. « La Complexité. La science du XXI siècle », in *Pour La Science*, Dez. 2003. 2003.

WORLD BANK World Development Report 1992: development and the Environment Oxford and New York: Oxford University Press, 1992.

WORD BANK Linking Poverty Reduction and Environment Management. Policy Challenges and Opportunities, 2002.

Sites consultados :

ODM, [on-line, Disponível em http://www.unicef.pt/docs/os_objectivos_de_desenvolvimento_do_milenio.pdf

CNDES, [on-line], Disponível em http://www.un.org/jsummit/html/prep_process/national_reports/mozambique_natl_assess_0307p.pdf

Overseas Development Institute, [on-line], Disponível em <http://www.odi.org.uk/resources/download/3556.pdf>

INE, [on-line], Disponível em <http://www.ine.gov.mz/censo2007>

Desenvolvimento da Metodologia para o PARPA II, [on-line], Disponível em http://www.iese.ac.mz/lib/af/Bibliografia_Relevante_para_Preparacao_do_PARPA_II.pdf

GDM, 2005: Estratégia Anti-Corrupção (2005 – 2009), [on-line], Disponível em <http://blogs.dfid-gov.uk/content/uploads/2010/03/mou-final-version-30july08.pdf>.

BPI. Estudos económicos e Financeiros. Moçambique. Lisboa, 2009. [on-line], Disponível em http://www.bci.co.mz/Mocambique_Jun_09.pdf.

<http://www.worldbank.org/> - World Bank

<http://mdgs.un.org/> - Unstats Millennium Indicators











NEVES, Cláudia Susana Coelho. Educação e Desenvolvimento Humano. Contributo para uma análise crítica e comparativa das políticas educativas à luz do paradigma do

Desenvolvimento Humano. Lisboa, ISCTE, 2005. [on-line], Disponível em http://run.unl.pt/bitstream/10362/1005/1/neves_2005.pdf

ANEXOS

ANEXO I

Índice de Desenvolvimento Humano 2007-2008

Posição	País	IDH	
		Dado 2007	Mudança de comparada aos dados de 2006
27	 Lesoto	0,514	▲ +0,003
28	 Uganda	0,514	▲ +0,009
29	 Nigéria	0,511	▲ +0,005
Desenvolvimento humano baixo			
30	 Togo	0,499	▲ +0,001
31	 Malawi	0,493	▲ +0,009
32	 Benim	0,492	▲ +0,005
33	 Costa do Marfim	0,484	▲ +0,002
34	 Zâmbia	0,481	▲ +0,008
35	 Eritreia	0,472	▲ +0,005
36	 Senegal	0,464	▲ +0,002

37	 Ruanda	0,460	▲ +0,005
38	 Gâmbia	0,456	▲ +0,003
39	 Libéria	0,442	▲ +0,008
40	 Guiné	0,435	▲ +0,002
41	 Etiópia	0,414	▲ +0,012
42	 Moçambique	0,402	▲ +0,005
43	 Guiné-Bissau	0,396	▲ +0,005
44	 Burundi	0,394	▲ +0,007
45	 Chade	0,392	▼ -0,001
46	 República Democrática do Congo	0,389	▲ +0,018
47	 Burkina Faso	0,389	▲ +0,005
48	 Mali	0,371	▲ +0,005
49	 República Centro-Africana	0,369	▲ +0,002
50	 Serra Leoa	0,365	▲ +0,008
51	 Níger	0,340	▲ +0,005

Fonte:disponível

em [http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista de pa%C3%ADses africanos por %C3%8Dndice de Desenvolvimento Humano](http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_pa%C3%ADses_africanos_por_%C3%8Dndice_de_Developmento_Humano)

ANEXO II

Cenário Macroeconómico de Moçambique

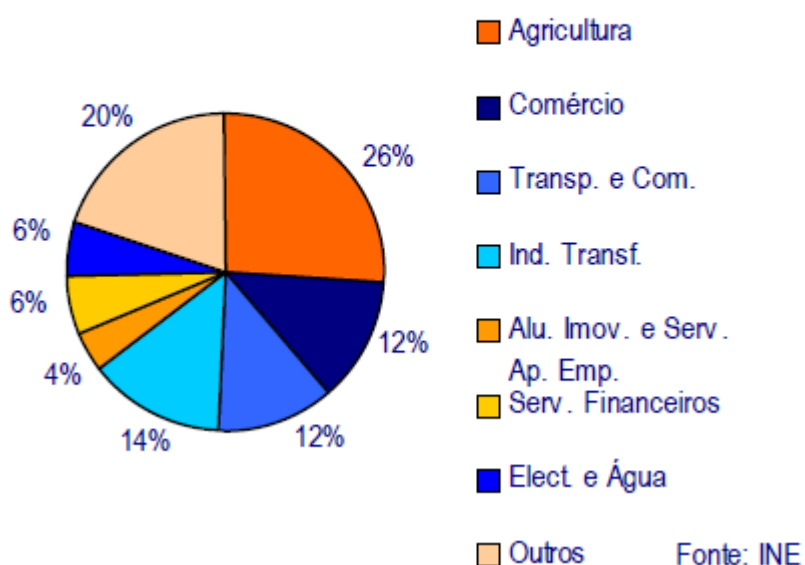
Moçambique - Cenário macroeconómico.

Instituição	Data	PIB		Inflação		Saldo orçamental (% PIB)		BTC (% PIB)	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
FMI	Abril	4.3	4	5.4	5.2	-7.1	-6.2	-11.7	-10.9
OCDE	Maio	4	5.2						
EIU	Maio	4.8	5.2	6.8	7.2	-6	-5.7	-8.4	-10.2

Fonte: BPI. Investimentos-Research- Moçambique.Portugal,BPI 2009. [on-line], Disponível em <<http://www.bpiinvestimentos.pt/Research/research.asp?opc=11>>. acesso em 4 de Abril de 2009.

ANEXO III

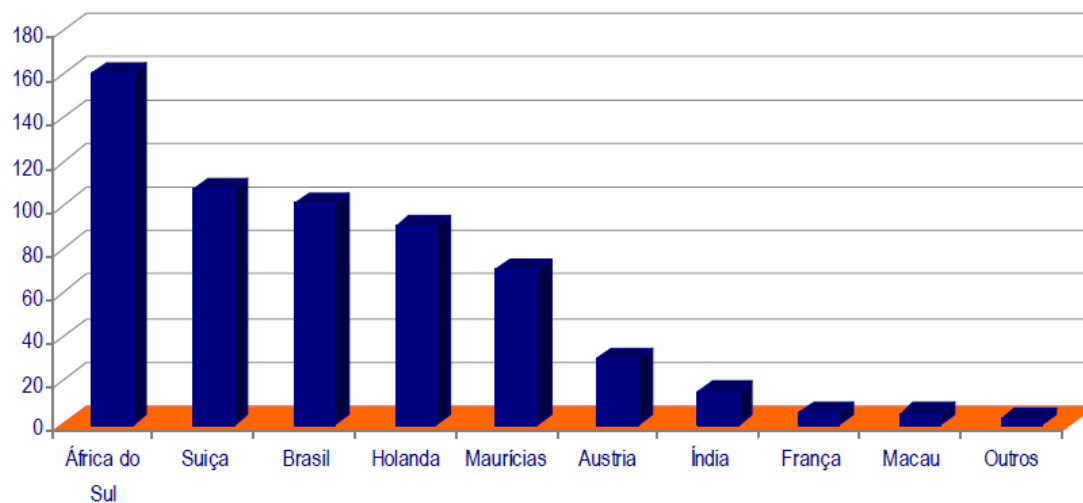
PIB por sector em 2008 (% do total).



Fonte: BPI. Investimentos-Research- Moçambique.Portugal,BPI 2009. [on-line], Disponível em <<http://www.bpiinvestimentos.pt/Research/research.asp?opc=11>>. acesso em 4 de Abril de 2009.

ANEXO IV

Os dez países maiores investidores em Moçambique, 2008 (USD Milhões).



Fonte: Banco de Moçambique

Fonte: BPI. Investimentos-Research- Moçambique.Portugal,BPI 2009. [on-line], Disponível em <<http://www.bpiinvestimentos.pt/Research/research.asp?opc=11>>. acesso em 4 de Abril de 2009.

ANEXO V

Ajuda Pública ao Desenvolvimento Portuguesa
2005/2008 (Dados Finais)

	2005		2006		2007		2008	
		%		%		%		%
APD BILATERAL, TOTAL	175.644	100	169.333	100	197.360	100	258.862	100
ANGOLA	16.836	9,6	15.996	9,5	13.975	7,1	13.250	5,1
CABO VERDE	36.499	20,8	37.688	22,4	31.921	16,2	43.286	16,7
GUINÉ-BISSAU	10.874	6,2	11.761	7,0	11.518	5,8	12.371	4,8
MOÇAMBIQUE	18.150	10,3	17.268	10,3	15.799	8,0	17.410	6,7
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	9.224	5,3	8.952	5,3	9.539	4,8	9.209	3,6
PALOP **	4.295	2,4	2.891	1,7	4.124	2,1	3.539	1,4
TIMOR LESTE	27.907	15,9	30.674	18,2	34.071	17,3	27.030	10,4
OUTROS PAÍSES	51.859	29,5	43.103	25,6	76.413	38,7	132.767	51,3
dos quais:								
MARROCOS	668	0,4	180	0,1	188	0,1	66.063	25,5
AFEGANISTÃO	4.461	2,5	5.243	3,1	6.567	3,3	9.829	3,8
BÓSNIA	7.626	4,3	4.634	2,8	9.291	4,7	15.002	5,8
APD MULTILATERAL, TOTAL	127.782	100	147.441	100	146.366	100	171.093	100
NAÇÕES UNIDAS	8.397	6,6	8.134	5,5	9.071	6,2	7.805	4,6
1.1. Nações Unidas - Agências, Fundos e Comissões	8.397	6,6	8.134	5,5	9.071	6,2	5.502	3,2
COMISSÃO EUROPEIA	102.708	80,4	99.139	67,2	103.270	70,6	111.792	65,3
2.1. Orçamento CE p/ Países em Desenvolvimento	76.600	59,9	72.740	49,3	75.480	51,6	79.300	46,3
2.2. FED - Fundo Europeu para o Desenvolvimento	22.601	17,7	24.347	16,5	25.608	17,5	29.164	17,0
2.3. BEI - Banco Europeu de Investimento	3.507	2,7	2.052	1,4	2.182	1,5	3.328	1,9
FMI, BANCO MUNDIAL E OMC	10.194	8,0	12.403	8,4	13.129	9,0	28.999	16,9
3.1. Grupo Banco Mundial	9.590	7,5	11.800	8,0	12.544	8,6	28.380	16,6
3.2. Organização Mundial do Comércio	604	0,5	603	0,4	585	0,4	619	0,4
BANCOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO	2.821	2,2	24.201	16,4	12.700	8,7	17.167	10,0
OUTRAS INSTITUIÇÕES MULTILATERAIS	3.662	2,9	3.564	2,4	8.196	5,6	5.330	3,1
das quais:								
GEF - Global Environment Facility	1.103	0,9	1.558	0,9	2.751	1,9	1.375	0,8
Protocolo de Montreal	50	0,0	473	0,3	1.996	1,4	64	0,0
CPLP - Community of Portuguese Speaking Countries ****	572	0,4	984	0,6	881	0,6	895	0,5
GFFATM - Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria	1.238	1,0	1.558	0,9	2.062	1,4	2.379	1,4
APD TOTAL	303.426		315.774		343.726		429.955	
Para referência:								
% APD/PNB								
% APD/RNB***	0,21		0,21		0,22		0,27	

Fonte: IPAD/DPP

** PALOP: Projectos conjuntos ou não discriminados por país.

*** RNB: Rendimento Nacional Bruto

Fonte: IPAD/DPP